

Autenticacao: 6fb11c12764741d0a91eb1e61cee8694
@ 17:39:54

Solicitante: 5274 Data: 2012-11-30



P O D E R J U D I C I A R I O

ESTADO DE GOIAS

PROCESSO: 428622-83.2012.8.09.0064 (201204286226)

NATUREZA:
RECUPERACAO JUDICIAL

Primeiro Autor: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
Primeiro Reqdo:

CLASSE PROC. : PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO - PROCESSO DE CONHECIMENTO -
PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
- PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CODIGOS, LEIS ESPARSAS E
REGIMENTOS - RECUPERACAO JUDICIAL

● CODG

ASSUNTO

4993

- DIREITO CIVIL - EMPRESAS - RECUPERACAO JUDICIAL E FALENCIA

SP67422N

SP6



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

03
201

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Vara Cível da
Comarca de Goianira - Estado de Goiás.

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

(a "Recuperanda", a "Nacional Asfaltos", a "Requerente") sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF nº 03.354.176/0004-82, com principal estabelecimento na Via Primária e Secundária 3, Quadra 7, Lotes 1 a 10, Distrito Agroindustrial, município de Goianira, Goiás, CEP 75370-000, juntamente com seus demais CNPJs/MF nºs 03.354.176/0001-30 (Palmas-TO), 03.354.176/0003-00 (Candeias-BA), 03.354.176/0002-10 (Betim-MG), 03.354.176/0005-63 (Fortaleza-CE), 03.354.176/0008-06 (Paulínia-SP), e 03.354.176/0007-25 (Araguatins-TO), todas por intermédio de seus advogados¹ que ao final assinam, estabelecidos profissionalmente no endereço impresso no rodapé, que indicam para receber as comunicações de estilo, vem perante Vossa Excelência, com o respeito e acatamento devidos, apresentar

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

aduzindo para tanto os fundamentos fáticos e os substratos jurídicos que embasam a sua pretensão, conforme a seguir o faz.

¹ Documento 1 - Procuração, Substabelecimento, Estatuto Social.

h
el



1 - DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

01. Inicialmente, há de se ressaltar que o objetivo consagrado na Lei de Recuperação Judicial e Falência - Lei nº 11.101/2005 (a "LRF") - é dar operacionalidade aos mandamentos constitucionais previstos no artigo 170 da Constituição, quais sejam, da função social da propriedade, da valorização do trabalho humano, da livre iniciativa, da preservação do pleno emprego, além de outros postulados não menos honrados de serem lembrados, os quais se encontram consagrados no artigo 47 da LRF:

"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."

02. Assim, visando alcançar esses princípios basilares, também conhecidos como da preservação da empresa, da proteção aos trabalhadores e da defesa dos interesses dos credores, é que a Requerente se socorre do Poder Judiciário por meio do instituto da Recuperação Judicial.

2 - DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE GOIANIRA

03. A Nacional Asfaltos é uma empresa que possui diferentes endereços operacionais - unidades de fabricação e distribuição - e um único administrativo, no qual estão alocados os administradores, os responsáveis contábeis, os financeiros, o departamento pessoal, etc. Essa sede administrativa é situada justamente nesta Comarca de Goianira e trata-se do principal estabelecimento da Nacional Asfaltos exatamente por ser o centro operacional de todas as suas atividades. É nele que as decisões administrativas, bem como as mais importantes para o desenvolvimento dos negócios, são tomadas.

04. Em outras palavras, a administração de todos os negócios da Nacional Asfaltos está concentrada nesta Comarca, no escritório central localizado na Via Primária com Secundária 3, Quadra 7, Lote 1/10, Distrito Agroindustrial, CEP



75370-000, Goianira-GO. Essa característica leva à competência deste foro para processar e dirigir a presente recuperação judicial, conforme dicção do artigo 3º da Lei nº 11.101/05, *verbis*:

"Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil." (grifamos)

05. Veja-se que a Lei não determina o ajuizamento no foro da sede da empresa, mas no local do principal estabelecimento dela, considerado este como o lugar em que seus administradores se reúnem para gerir o negócio em si. Inclusive este é o entendimento há muito sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça (grifos nossos):

"Concordata - Competência. Foro competente para a Concordata preventiva é o do local em que o comerciante tem seu principal estabelecimento. Entende-se por principal estabelecimento, não necessariamente aquele indicado como sede, nos estatutos ou no contrato social, mas a verdadeira sede administrativa, em que está situada a direção da empresa, de onde parte o comando de seus negócios."²

"Foro do estabelecimento principal do devedor. 1. A competência para o processo e julgamento do pedido de falência é do juízo onde o devedor tem o seu principal estabelecimento, e este "é o local onde a atividade se mantém centralizada", não sendo, de outra parte, "aquele a que os estatutos conferem o título principal, mas o que forma o corpo vivo, o centro vital das principais atividades do devedor" (CComp. 21.896/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo). 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 8ª Vara Cível de São Paulo - SP, suscitado. (Ccomp. 27.835, rel Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 09.04.2001, p. 328, RSTJ 143/206)"

06. No caso da Nacional Asfaltos, além de Goianira ser o local em que se concentram as principais decisões da empresa, é aqui também que se concentra o maior volume de seus negócios. Confirmam-se os números abaixo (vendas brutas de 2009 a 2012):

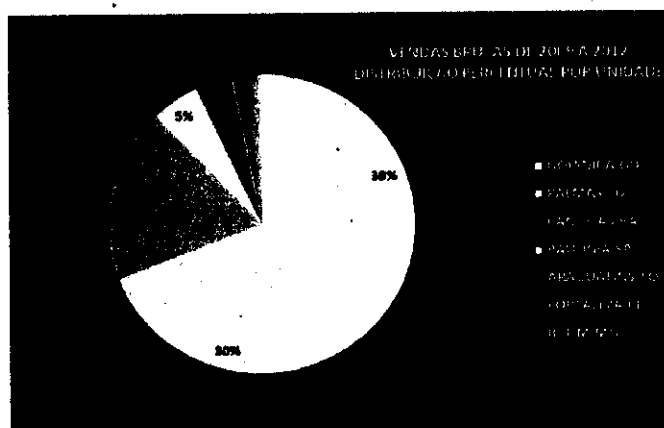
² Mendel, Julio Kahal. Jurisprudência do STJ, Conflito de Competência, Proc: CC; n. 0000366, citada na Obra Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas anotada: Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 14/15



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

4

LOCAL	VALOR EM	
	MILHARES DE REAIS	%
GOIANIRA-GO	100.762	39%
PALMAS-TO	79.139	30%
CANDEIAS-BA	48.920	19%
PAULÍNIA-SP	13.469	5%
ARAGUATINS-TO	9.978	4%
FORTALEZA-CE	6.049	2%
BETIM-MG	1.911	1%
CRISTALINA-GO	984	0%
TOTAL	261.211	100%



07. Também quanto a essa característica, o entendimento do STJ vem sendo perfilhado pelos Tribunais Estaduais, definindo o principal estabelecimento do devedor, para fins de competência, tanto pelo aspecto *gerencial* quanto *econômico*:

TJ/DF

"Agravado de Instrumento. - Competência - Pedido de Falência - Foro do Principal Estabelecimento. 1. O foro competente para decretar a falência é o juízo do local do principal estabelecimento do devedor, entendendo-se, assim, aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa, o mais importante do ponto de vista econômico. 2. omissis. (35678720118070000 DF 0003567-87.2011.807.0000, Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 08/06/2011, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 10/06/2011, DJ-e Pág. 135)"



TJ/PE

"Agravamento Regimento contra Decisão Interlocutória proferida em Agravo de Instrumento. Pedido de Falência. Estabelecimento Principal. 1.º foro competente para decretar a falência é o juízo do local do principal estabelecimento do devedor, entendendo-se, assim, aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa, o qual não deve coincidir necessariamente com sua sede. 2.º Agravo Regimento Improvido. (2730610 PE 0010264-14.2012.8.17.0000, Relator: Francisco Manoel Tenório dos Santos, Data de Julgamento: 09/08/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 152)"

TJ/PR

"Processamento afeto à localização onde o comerciante centraliza a direção geral de seus negócios e não onde tem a sede estatutária da empresa. (TJPR, j. 17.03.1998, RT 754/392)"

08. É por essa razão que os intérpretes da lei defendem que a exegese do comando legal pressupõe que para a eleição do foro competente para processar e julgar uma recuperação judicial pode ser definida pela conjunção de dois importantes fatores: a) ser o local o centro de decisões da empresa e b) o de maior volume de negócios:

Julio Kahal Mendel: "Entendo que em geral cabe ao devedor escolher o melhor local para impetrar sua recuperação judicial, dentro de um critério justificável e juridicamente aceitável, quando for difícil a simples definição de principal estabelecimento em virtude do tamanho e complexidade da empresa".³

Rubens Requião: "Conceitua-se o principal estabelecimento tendo em vista aquele em que se situa a chefia da empresa, onde efetivamente atua o empresário no governo ou no comando de seus negócios, de onde emanam as suas ordens e instruções, em que se procede às operações comerciais e financeiras de maior vulto e em massa"⁴.

Fábio Ulhoa Coelho: "Principal estabelecimento, para fins de definição da competência para o direito falimentar, é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante do ponto de vista econômico"⁵.

Ricardo Negrão: "A doutrina, há muito, considera principal estabelecimento, para efeito falimentar, aquele em que se encontrar a

³ Mendel, Julio Kahal Obra citada, p. 15

⁴ Requião, Rubens in Curso de Direito Comercial, v. 1, Saraiva, 25ª ed., 2003, p. 277

⁵ Coelho, Fábio Ulhoa in Comentários à nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, Saraiva, 2005, p. 28



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

centralização das ocupações empresariais, isto é, o local de onde emanam as ordens e se realizam as atividades mais intensas da empresa".⁶

09. Aliás, a definição da competência pelo local mais importante do ponto de vista econômico tem razão maior de ser: a de oportunizar o acesso ao processo ao maior número de credores possível.

10. Além disso, "o juiz do local onde se encontra o tal estabelecimento é o competente para o processo falimentar, porque estará provavelmente próximo aos bens, à contabilidade e aos credores do falido"⁷.

11. Portanto, a Nacional Asfaltos distribui seu pedido de Recuperação nesta Comarca para atender ao disposto na Lei e tendo como base três importantes premissas: (i) é na unidade de Goianira que a administração de todos os negócios realizados pela empresa acontece e onde se encontram os profissionais contábeis e financeiros da Nacional Asfaltos; (ii) é nesta cidade que ocorrem os maiores volumes de negócio⁸; (iii) e onde estão localizados o maior número de credores (Goiás), conforme lista anexa (Documento 9).

12. Por esses motivos cabe à Nacional Asfaltos requerer o processamento de sua recuperação judicial nesta Comarca de Goianira, devendo ser declarada a competência deste r. Juízo para tanto, prestigiando o posicionamento de Julio Kahal Mendel (op. cit):

os conflitos de competência devem ser evitados, pois uma empresa que se socorre de um plano de recuperação está fragilizada econômica e comercialmente, e a paralisação do processamento de seu plano enquanto se discute a competência para julgá-lo traz prejuízos irreparáveis para todos os envolvidos".

13. E não é só, a escolha pela competência do foro de Goianira, principal estabelecimento da Nacional Asfaltos, está de acordo com o entendimento do **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:**

⁶ Negrão, Ricardo in Manual de Direito Comercial e de Empresa, v. 1, 3ª ed., Saraiva, 2003, p. 81

⁷ Coelho, Fábio Ulhoa in Comentários à nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, Saraiva, 2009, p. 27.

⁸ O maior volume de negócios está comprovado nas informações contábeis, que demonstram claramente (i) que os faturamentos da unidade de Goianira supera as das demais unidades; (ii) o maior número de credores se concentram na região; e (iii) maior número de funcionários.



09
26

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE NAO OCORRIDA. PEDIDO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERACAO JUDICIAL. FORO COMPETENTE PARA AJUIZAMENTO. LITISCONSORCIO ATIVO. LIMITACAO - CABIMENTO. 1 - CONSTATADA A INTERPOSICAO DO RECURSO DENTRO DO PRAZO LEGAL, INCABIVEL SE APRESENTA A ALEGACAO DE INTEMPESTIVIDADE DO MESMO. 2 - O ATO QUE EFETUOU O PROCESSAMENTO DA RECUPERACAO JUDICIAL, PELO QUE SE INFERE DO ARTIGO 52 DA LEI N 11.101/05, E DECISAO INTERLOCUTORIA, QUE SESAFIA O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. 3 - NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DA LRE, CONSTATADO QUE O PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DOS DEVEDORES, EM QUESTAO, NAO E LOCAL ONDE FORA AJUIZADO O PEDIDO DE RECUPERACAO JUDICIAL, IMPERIOSO SE MOSTRA O RECONHECIMENTO DA INCOMPETENCIA DESSE JUIZO. 4 - NAO HA PORQUE NAO LIMITAR O LITISCONSORCIO ATIVO FACULTATIVO QUANDO PRESENTE O COMPROMETIMENTO DA RAPIDA E JUSTA SOLUCAO DA RECUPERACAO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. (TJGO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 70190-3/180, Rel. DES. GILBERTO MARQUES FILHO, 2A CAMARA CIVEL, julgado em 21/07/2009, DJe 406 de 26/08/2009)

14. Por fim, mister trazer à baila recente decisão do Juiz da 11ª Vara Cível de Goiânia, anexa⁹, que ao se pronunciar acerca do juízo competente para processar a Recuperação Judicial do Grupo Coral (Goiânia, sede do principal estabelecimento ou Aparecida de Goiânia, matriz estatutária) entendeu pela competência da Capital, em conformidade com o disposto no artigo 3º da LRF e entendimentos jurisprudenciais acima:

"Primeiramente, quanto a competência deste juízo para o processamento do feito, verifico que o volume de negócio do grupo econômico se concentra nesta Capital, conforme documentos, bem como é entendimento pacificado deste Egrégio Tribunal de Justiça Goiano de que nas recuperações judiciais, em especial, o Juízo competente corresponde ao local dos negócios realizados com o fim de possibilitar um acompanhamento maior e uma fiscalização eficaz."

⁹ Documento 2 - Decisão Grupo Coral

h

h



3 - BREVE HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA NACIONAL ASFALTOS

15. Superada a questão da competência deste d. Juízo, mister destacar o histórico da Nacional Asfaltos e sua importância social e econômico-financeira não só nas regiões que atua, mas em todo o país, sendo, ainda, grande geradora de empregos diretos e indiretos.

16. Fundada em 1999, a Nacional Asfaltos tem por objetivo a industrialização, o refino, o re-refino, o envasamento, a estocagem, o transporte, a coleta, a distribuição e a comercialização de asfaltos, massas e emulsões asfálticas. É reconhecida nacionalmente por ser uma empresa inovadora no seu segmento, por sempre investir em novas tecnologias para incrementar a qualidade dos pavimentos rodoviários e urbanos, bem como por estruturar uma eficiente logística de fornecimento de produtos asfálticos¹⁰.

17. Com atuação empreendedora, ao longo dos anos a Requerente investiu e ainda investe na qualificação do seu quadro de profissionais e utiliza em sua linha de produção materiais asfálticos, equipamentos e sistemas industriais com tecnologia de última geração, até porque a autorização da Agência Nacional de Petróleo¹¹ para o exercício desse tipo de atividade exige das empresas licenciadas o cumprimento permanente de quesitos técnicos estabelecidos no artigo 7º da Resolução nº 2/2005 da ANP¹², além de manter em seus quadros profissionais altamente gabaritados.

¹⁰ Vide site da Cia.: www.nacionalasfaltos.com.br

¹¹ Documento 3 - Autorização da ANP (verificável diretamente em: <http://www.anp.gov.br/?dw=12269>).

¹² Art. 7º. Para a comprovação da qualificação técnico-econômica, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar estudo técnico-econômico do empreendimento, do qual constem, necessariamente, as seguintes informações:

I - projeção do volume de comercialização, por tipo de asfalto, e do fluxo de caixa para os 02 (dois) primeiros anos de operação, com indicação da(s) região(ões) geográfica(s) de atuação; e

II - descrição dos investimentos diretos e indiretos, que contenha, no mínimo, os dados a seguir:

a) investimentos diretos: em imóveis, obras civis, instalações de armazenamento com sistema de aquecimento, equipamentos e linhas para distribuição, laboratório especializado para controle de qualidade e sistema antiincêndio; e

b) investimentos indiretos: caminhões-tanque e carretas-tanque, exclusivamente para transporte de asfaltos e materiais betuminosos.

§ 1º A análise da qualificação técnico-econômica consistirá na avaliação mínima dos seguintes itens: i) adequação da capacidade operacional da base de armazenamento com o volume mensal de venda pretendido; ii) compatibilização da localização geográfica da base de armazenamento com o mercado consumidor; e iii) avaliação da logística de distribuição apresentada com a infra-estrutura de mercado existente ou projetada.

§ 2º A não qualificação técnico-econômica implicará o indeferimento do requerimento de autorização, com a consequente informação ao requerente do(s) motivo(s), determinando-se o arquivamento do feito.



18. Ademais, em decorrência da atividade exercida pela Recuperanda estar inserida em um mercado altamente regulado e regulamentado, devem ser observadas, ainda, diversas exigências para produção e transporte de produtos perigosos, como Licença de Operação Ambiental de todas as unidades produtivas, Cadastro IBAMA de todas as unidades, produtivas ou não, Licença Ambiental de Transporte (*que somente no ano de 2012 passou a ser única, pois até então era uma para cada estado da federação*), Licenças do Corpo de Bombeiros, Certificados IMETRO e qualificação de todos os seus motoristas - *que são obrigados a possuir Certificado "MOPP" (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos)*.

19. A regulamentação do restrito mercado de asfaltos decorre ainda das exigências estabelecida pela única fornecedora dos insumos, qual seja, a Petrobrás.

20. Mesmo diante de todos e de tantos obstáculos legais e concorrenciais, a Nacional Asfaltos cresceu dentro do mercado e, atualmente, possui três fábricas que estão implantadas nas cidades de Goianira-GO, Palmas-TO e Candeias-BA, gerando atualmente 62 (sessenta e dois) empregos diretos e mais de 500 (quinhentos) indiretos, entre empregos formais e prestadores de serviços.

21. A importância socioeconômica da Nacional Asfaltos não se restringe apenas às regiões em que atua, mas abrange todo o sistema nacional que se utiliza de asfalto, notada e notoriamente a própria Administração Pública, e produtos correlatos uma vez que a companhia pertence a pequeno e seletivo grupo de empreendedores autorizado pela ANP¹³. Apenas 28 empresas atendem todo o território brasileiro no que diz respeito a fornecimento de massa asfáltica:

§ 3º São confidenciais os dados contidos no estudo técnico-econômico do empreendimento.

§ 4º Eventuais alterações no estudo técnico-econômico do empreendimento deverão ser informadas à ANP, acompanhadas de justificativa, e poderão implicar o seu reexame.

¹³ Documento 4 - Lista emitida pela ANP de empresas autorizadas a comercializar asfaltos



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

12/10
10

Nº AUTORIZAÇÃO DA ANP	RAZÃO SOCIAL
229/08	Alberto Marques dos Santos Júnior
690/10	Alesat Combustíveis S.A
503/09	Arapetro Distribuidora de Petróleo Ltda.
94/08	Asfaltos Califórnia Ltda.
308/09	Asfaltos Nordeste Ltda.
214/08	Betumat Química Ltda
140/06	Betunel Indústria e Comércio Ltda.
158/07	Brasquímica Produtos Asfálticos Ltda.
302/10	Cap - Comercio de Asfalto e Petróleo Ltda.
326/06	Casa do Asfalto Distrib. Ind. e Comercio de Asfalto Ltda.
215/06	Cbb Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda
185/06	Centro Oeste Asfaltos Ltda.
295/06	Companhia Brasileira de Asfaltos da Amazônia
72/08	Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.
547/08	Denver Impermeabilizantes, Indústria e Comércio Ltda
374/05	Distribuidora Brasileira de Asfalto Ltda - Disbral
93/06	Emam - Emulsões e Transportes Ltda.
376/05	Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda.
393/05	Indústria Dryko Ltda.
473/05	Indústria Nacional de Asfaltos Ltda.
34/07	Lwart Química Ltda.
141/07	Nta - Novas Técnicas de Asfaltos S.A
82/07	Petrobrás Distribuidora S.A
22/06	Probitec - Produtos Betuminosos e Tecnologia de Aplicação Ltda.
380/05	Stratura Asfaltos S.A
563/11	Viaplan Engenharia Ltda.
303/09	Viapol Ltda.
549/09	Wbl Nkn Distribuição e Transportes de Betumes Ltda.

22. Esses fatores são os motivos pelos quais a empresa, grande empregadora da região, encontra-se até o presente momento em funcionamento,



o que comprova que apesar de estar atravessando uma crise econômico-financeira trata-se, essencialmente, de uma empresa sólida.

4 - DOS FATOS QUE CULMINARAM NA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

23. A LRF impõe que a devedora especifique quais razões a arrastaram para a atual situação patrimonial e quais as causas que a levaram à crise econômico-financeira que atravessa. Com isso a LRF pretende que seja demonstrado, com boa-fé, transparência e verdade, se a crise pela qual a empresa se passa provém de fatos alheios à sua vontade, para que reste evidenciado que as devedoras não buscam por meio do processo recuperatório se enriquecer ilicitamente, e muito menos fraudar qualquer tipo de credor.

24. Pois bem. A solidez alcançada pela Nacional Asfaltos não foi suficiente para afastar a crise econômico-financeira da empresa, que possui atualmente um desequilíbrio financeiro. Originalmente esse desequilíbrio foi ocasionado pelos altos investimentos realizados nos anos de 2008, 2009 e 2010, em decorrência de seu rápido crescimento, motivados, em grande parte, pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (o "**PAC**"), o qual compeliu a Nacional Asfaltos a aplicar significativos valores em estrutura de produção.

25. Assim, para atender as demandas de asfalto e de produtos correlatos em todo o país, derivadas do estímulo que se avizinhava através do PAC, a Nacional Asfaltos investiu no aprimoramento de suas unidades de produção e, sobretudo, em logística por meio da abertura de filiais e da aquisição de uma nova frota de caminhões. Todo o investimento ocorreu na confiança da política do governo e nas expectativas do mercado, que não previam qualquer possibilidade de retração do setor.

26. Contudo, no ano de 2011 foi deflagrada a crise no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ("DNIT"). Noticiada em todos os meios de comunicação e configurada pelos escândalos e desvios de verbas, a crise



resultou na suspensão de todos os investimentos federais. Obviamente isso abateu implacavelmente o setor explorado pela Nacional Asfaltos, com respectiva retração do mercado, até porque se avizinhava o período chuvoso, quando não se vende asfalto, e, conseqüentemente, de crédito.

27. Se antes o PAC sinalizava um mercado promissor, a crise no DNIT congelou todas as expectativas. Ante este cenário imprevisível, a Nacional Asfaltos se viu obrigada a contrair empréstimos e a realizar adiantamentos de recebíveis para pagamentos de fornecedores, gerando uma alta redução do lucro em face dos juros exorbitantes exigidos pelos bancos e pelas empresas de *factoring*, prejudicando sobremaneira o seu fluxo de caixa.

28. O desequilíbrio econômico-financeiro ocasionado pelos fatos delineados acima já vem trazendo preocupantes conseqüências que podem gerar a bancarrota da empresa tais como (i) a inscrição do nome da Requerente nos órgãos de restrição ao crédito; (ii) a dificuldade em se obter capital de giro a baixos custos; (iii) a dificuldade em comprar a prazo, ante a negativação do seu nome, (iv) o aumento gradual do passivo, entre outros.

29. Até o momento a Nacional Asfaltos vinha conseguindo gerenciar as dificuldades. Contudo, tal situação, na forma como está, tornou-se insustentável, sendo imprescindível a intervenção do Poder Judiciário para lhe prestar socorro, evitando, assim, as famigeradas execuções individuais, o enxovalhamento do nome da empresa nos bancos de dados de proteção ao crédito e os inoportunos pedidos de falência, comumente utilizados como meio de pressão para obrigar as empresas a pagarem valores que não dispõem de imediato sem que com isso comprometam seu regular funcionamento.

30. Entretanto, imprescindível ressaltar que o atual desencaixe financeiro da Nacional Asfaltos é equalizável mediante a negociação assemblear com seus credores e a aplicação dos meios de recuperação permitidos no artigo 50 da LRF, razão pela qual, e pela importância que a Nacional Asfaltos representa para a sociedade, imperioso que lhe seja dada a oportunidade de se reestruturar.



19

5 - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

31. Diante do quadro relatado, resta evidente que a Nacional Asfaltos necessita do socorro protetivo do Poder Judiciário, o que se busca por meio do instituto da recuperação judicial, vez que preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 11.101/2005. Nesse sentido, o artigo 51 da LRF¹⁴ arrola inúmeros documentos que devem constar da petição inicial de recuperação judicial.

32. Contudo, antes de arrolar os documentos juntados, a Recuperanda declara, atendendo ao disposto no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005¹⁵, que exerce regularmente sua atividade há mais de dois anos. Declara, ainda, que nunca teve sua quebra decretada e que não obteve os favores da recuperação judicial anteriormente. A declaração, ainda, atesta que os seus acionistas nunca foram condenados pela prática de crime falimentar.

33. Dessa forma, satisfeitas as condições exigidas pelo artigo 48 e pelo inciso I do artigo 51, ambos da LRF, esclarece-se, ainda, que por meio da inicial e dos documentos os anexos, os demais requisitos constantes nos incisos II a IX do artigo 51 da Lei estão sendo comprovadamente cumpridos:

i. demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2009, 2010, 2011 e de

¹⁴ Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: I - a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira; II - as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção; III - a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente; IV - a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento; V - certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores; VI - a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor; VII - os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras; VIII - certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial; IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

¹⁵ Documento 5 - Declaração da Nacional Asfaltos



16
[Handwritten signature]

- 2012 e demonstração do resultado desses exercícios¹⁶;
- ii. demonstração de resultados acumulados¹⁷;
 - iii. relatório gerencial de fluxo de caixa da empresa, com projeção até dezembro de 2013¹⁸;
 - iv. relação nominal completa dos credores, na qual inclusive já se encontram inseridos todos os créditos trabalhistas vindicados ou não judicialmente e os créditos dos atuais empregados¹⁹;
 - v. relação completa dos empregados, com indicação de função e de salário²⁰;
 - vi. atos constitutivos, atas de Assembleias e certidão de regularidade atualizada da Junta Comercial, emitida recentemente²¹;
 - vii. relação dos bens particulares do sócio controlador²²;
 - viii. extratos das contas bancárias²³;
 - ix. certidões dos cartórios de protesto²⁴;
 - x. relações de ações em que a empresa figura como parte ré na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho²⁵.

34. Portanto, configuram-se cumpridos os objetivos requisitos legais.

6 - DA NECESSIDADE E VIABILIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA NACIONAL ASFALTOS

35. Superado o cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 51 da LRF, mister se faz ressaltar que a Nacional Asfaltos, além de colaborar com a economia dos estados em que atua e, em última instância, do próprio País, é responsável por inúmeros empregos²⁶. Isso demonstra a sua importância social e

¹⁶ Documento 6 - Demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2009, 2010, 2011 e de 2012 e demonstração do resultado dos exercícios

¹⁷ Documento 7 - Demonstração de resultados acumulados

¹⁸ Documento 8 - Relatório gerencial de fluxo de caixa da empresa, com projeção até dezembro de 2013

¹⁹ Documento 9 - Relação nominal completa dos credores, na qual inclusive já se encontram inseridos todos os créditos trabalhistas vindicados ou não judicialmente e créditos dos atuais empregados

²⁰ Documento 10 - Relação completa dos empregados, com indicação de função e salário

²¹ Documento 11 - Atos constitutivos, atas de Assembleias e certidão de regularidade atualizada da JUCEG, emitida recentemente

²² Documento 12 - Relação dos bens particulares do sócio controlador

²³ Documento 13 - Extratos das contas bancárias

²⁴ Documento 14 - Certidões dos cartórios de protesto

²⁵ Documento 15 - Relações de ações em que a empresa figura como parte ré, na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho

²⁶ São 62 empregos diretos e mais de 500 indiretos.

[Handwritten signature]



a necessidade premente de preservação de suas atividades. De fato, com a paralisação de suas atividades não somente os trabalhadores em exercício restarão prejudicados, mas todos aqueles que dela dependem, vez que riquezas deixarão de ser geradas, impostos deixarão de serem recolhidos, etc.

36. E não é só. A empresa é detentora tanto de ativos tangíveis, formados pelos bens imobilizados e ativos operacionais, como intangíveis, constituídos (i) pela boa fama que ostenta perante toda sociedade, (ii) pela logística implementada, licenciada e altamente capacitada; (iii) pelo mercado conquistado; (iv) pelo cumprimento de todas as exigências legais de funcionamento; (v) pela vasta experiência de seus administradores; e (vi) pelo *know-how*, consistente na capacidade operacional de fornecer seus serviços com qualidade e segurança.

37. Desta forma, a Nacional Asfaltos faz jus ao dever legal da Recuperação Judicial, instrumento instituído pelo direito moderno que visa proteger a atividade empresarial e permite que a empresa em recuperação e seus credores negociem uma forma de manter a fonte produtora de empregos, de receitas e de tributos. De fato, o que se faz necessário é que a devedora tenha oportunidade de negociar com todos os seus credores, de uma única vez, para demonstrar, de forma transparente e objetiva, que possui condições suficientes para cumprir as suas obrigações, desde que (i) continue operando e (ii) cada credor ofereça suas condições especiais de negociação.

38. Contudo, a reestruturação da Nacional Asfaltos e o pagamento de todos os seus credores só será possível se o tangível e o intangível que compõem o total dos ativos produtivos da empresa permanecerem organizados, já que só assim possuem elevado valor. Caso sejam separados de forma desarticulada, o valor de cada um deles sofrerá profunda desvalorização e serão insuficientes para arcar com todo passivo da Recuperanda.

39. Por fim, caso ocorra a eventual prejudicial quebra da empresa, todos os esforços despendidos pelos sócios, o investimento, o conhecimento e a experiência adquiridos por eles e a confiança conquistada ao longo dos anos serão



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

literalmente expurgados do mercado, uma vez que os sócios diretores ficarão impedidos de exercer atividade comercial.

40. Ressalte-se, por oportuno, que estando suficientemente claras para a Nacional Asfaltos as razões pelas quais entrou em crise-econômica, patrimonial e financeira, conforme exposto acima, acredita a Requerente que há espaço no mercado que se avizinha para uma pronta recuperação - até porque os erros cometidos no passado não serão repetidos e o ponto positivo é justamente essa lição. De fato, no que tange às demandas de mercado e conforme amplamente divulgado, o estado de Goiás já iniciou as obras dos programas “Rodovia Conservação”, “Rodovia Reconstrução - Grupo II” e “Rodovia Construção/BNDES”.

41. Pelo Rodovia Construção/BNDES serão construídos 1,7 mil quilômetros de novas rodovias estaduais e 29 aeródromos, com recursos de R\$ 1,5 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Parte das obras terá início imediato e o restante até março de 2013.

42. O Rodovia Reconstrução - Grupo II será responsável pela reconstrução de 2.119 quilômetros de estradas no estado entre os meses de março e dezembro de 2013, com investimento de R\$ 539 milhões custeados pelo Fundo de Transportes.

43. Já o Rodovia Conservação, com início imediato das obras, será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de malha rodoviária pavimentada (10.259,4 quilômetros) e não pavimentada (9.175,2 quilômetros) de Goiás, com investimentos de mais de R\$ 587 milhões custeados pelo Fundo de Transportes.

44. Assim, a previsão é que, até o final de 2013, serão mais de 4,2 mil quilômetros de rodovias reconstruídas no estado de Goiás pelo maior programa de intervenção na malha rodoviária de sua história²⁷.

²⁷ Para maiores informações, pode ser consultado o site da Agetop: <http://www.agetop.go.gov.br/>



19
[Handwritten signature]

45. Esse cenário de mercado a partir de Goiás traz à Nacional Asfaltos perspectivas realistas de recuperação, bastando agora, sob proteção da Recuperação Judicial, reorganizar-se e reestruturar-se para atender a essa demanda concretamente gerada.

46. Daí porque a viabilidade da preservação da Nacional Asfaltos através da utilização do instituto da Recuperação Judicial é patente, sendo ainda salutar que seja concedido aos diretores a prerrogativa de tentarem o *turnaround* através do processamento da recuperação judicial.

7 - DO PERMISSIVO LEGAL

47. A moderna legislação que regula a recuperação judicial, derivada das mais avançadas leis contemporâneas que cuidam de empresas em circunstâncias financeiras desfavoráveis, visa resguardar exatamente o interesse buscado pela Nacional Asfaltos, qual seja, sua reestruturação econômico-financeira, justamente como prevê o já citado artigo 47 da Lei nº 11.101/05.

48. A empresa é uma fonte produtora de serviços, de empregos e de tributos, principalmente de ICMS em Goiás, tanto que em 2009 e 2010 a companhia ficou entre os 500 maiores pagadores de ICMS pelo *ranking* elaborado na SEFAZ/GO²⁸. Nesse contexto, a crise econômico-financeira há de ser contornada por meio de sua recuperação judicial, novel instituto criado precisamente para substituir as famigeradas ações de concordata e evitar, também, a quebra da empresa.

49. A recuperação judicial, tal qual desenhada pela LRF, tem se mostrado uma eficiente medida de saneamento e de reestruturação de empreendimentos. Ela permite que credores conheçam a real situação da devedora, encorajando-os a renegociar seus créditos em condições que realmente permitam o seu pagamento, de forma a reorganizar a sua atividade e manter os seus empregos.

²⁸ Posição 321 em 2009 (http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_780_maiores2009.pdf) e posição 401 em 2010 (http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_782_500maiores.pdf).

[Handwritten signature]



50. Inclusive já existem casos bem sucedidos de recuperação judicial, como os da Varig e da Parmalat, nacionalmente, bem como da Drogaria Santa Marta²⁹, das Sementes Selecta³⁰ e do Grupo Coral³¹, regionalmente. Todas essas empresas, além de se recuperarem e/ou estarem em pleno processo de recuperação, conseguiram impedir suas liquidações e o encerramento de suas atividades empresariais. A nova lei certamente alterará, como já tem feito com a chancela do Judiciário, o quadro de falência de empresas no país nos próximos anos e, principalmente, o estigma que marcava as empresas que se socorriam da antiga concordata e que acabavam na bancarrota.

51. De mais a mais, a nova lei brasileira de recuperação de empresas se amolda aos ditames mundiais de modernização de concessão de crédito. Tem como base a legislação europeia mesclada com o que há de melhor na lei de falência norte-americana (*Bankruptcy Act Code*). Seus princípios são os mesmos que regem o conhecido documento "*Guia de boas práticas e princípios de reestruturação, falência e recomeço*", ISBN 92-894-1874-5 Comunidades Europeias, 2002, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2002. Explica o documento, entre outras coisas, que:

"Um sistema rígido de controle de recuperação de empresas e direitos dos credores foi identificado como elemento-chave para o bom funcionamento da economia e para a redução dos riscos e dos custos da 'instabilidade financeira no mercado'".

52. O documento *Principles and Guidelines for Effective Insolvency and Creditor Rights Systems* (Princípios e Diretrizes para Sistemas Eficazes de Recuperação de Direitos dos Credores) contribui para o esforço de aumento da estabilidade financeira mundial criando um quadro uniforme para avaliar a eficácia dos sistemas de recuperação de direitos dos credores, através de uma orientação das autoridades de mercado quanto às escolhas políticas necessárias para que sejam reforçados esses sistemas.

²⁹ Documento 16 - Indicativo do processo n. 376608-58.2010.8.09.0011

³⁰ Documento 16 - Indicativo do processo n. 293100-31.2009.8.09.0051

³¹ Documento 16 - Indicativo do processo n. 488661-22.2011.8.09.0051



21

53. É exatamente esse conjunto de princípios que o legislador brasileiro buscou incluir na nova lei de recuperação de empresas, sendo eles:

- (i) a integração entre os sistemas jurídico e comercial do país, de uma forma mais ampla - vê-se na Lei a busca pela interação entre juiz e empresário através da figura do Administrador Judicial, que deve ser alguém que efetivamente possa auxiliar tanto o Juiz como o empresário;
- (ii) a maximização do valor dos ativos de uma empresa, com uma opção de reorganização - vê-se na lei a clara vontade de impedir a desvalorização dos ativos da empresa, com a separação dos mesmos, através da quebra prematura da empresa;
- (iii) o equilíbrio cuidadoso entre liquidação e reorganização - percebe-se que cabe ao empresário optar, na elaboração do plano de recuperação, pelos bens que são prescindíveis à atividade e liquidá-los, mantendo consigo ativos produtivos, necessários à reorganização;
- (iv) o tratamento equitativo dos credores em situação semelhante - credores trabalhistas, quirografários e com garantia real são divididos em classes, com peso igual de votação por classe na Assembleia Geral de Credores;
- (v) a resolução oportuna, eficiente e imparcial das insolvências - a lei prevê prazo máximo de 180 dias para finalizar o processo, devendo a Recuperanda, o Juízo e todos envolvidos efetuarem em prazos exíguos seus afazeres;
- (vi) um processo transparente que contenha incentivos à verificação e ao fornecimento de informações - a lei é severa na aplicação de penas por sonegação de bens e dados, e obriga às recuperandas a abrirem todas as informações, inclusive dos sócios, sob pena de não ser deferido o processamento da recuperação, além do Juiz nomear um Administrador Judicial que, afora ajudar, tem a função de fiscalizar os atos dos empresários, dando clareza e transparência ao processo;

rk



- (vii) o reconhecimento dos direitos dos credores existentes e o respeito da prioridade dos pedidos com um processo previsível e instituído - a existência da Lei, que garante ao pedido de recuperação o devido processo legal, presidido por Magistrado imparcial, afiança que os princípios de manutenção e recuperação de atividades produtivas que passam por crises estejam, definitivamente, resguardados.

8 - DAS MEDIDAS URGENTES

54. Por todo o até aqui exposto, é certo que este nobre Juízo deferirá o processamento da recuperação judicial da Nacional Asfaltos, pois que satisfaz todos os requisitos legais.

55. Contudo, além do deferimento do processamento, outras medidas devem ser concedidas. Isso porque a incompreensão inicial dos credores pode culminar em execuções, protestos, bloqueio de bens e, via de consequência, na inviabilidade total dos negócios da empresa, razão pela qual mister se faz, pelo poder geral de cautela desse Juízo, seja suspensa de imediato a exigibilidade dos créditos relacionados.

56. A própria LRF estipula que, atendida a exigência no que tange à apresentação da documentação, o Juiz deferirá o processamento da recuperação e ordenará a suspensão de todas as ações e de todas as execuções ajuizadas em desfavor da requerente (inciso III do artigo 52).

57. Tal medida tem respaldo também nos artigos 273 e 798 do Código de Processo Civil, que autorizam que o Magistrado tome todas as medidas acautelatórias necessárias a fim de resguardar o direito das partes, sendo que entre esses direitos se encontra o da Requerente de não ser pressionada por ações individuais promovidas por seus credores que, uma vez aprovado o plano de recuperação da Nacional Asfaltos, tornar-se-ão inócuas, servindo apenas de procedimentos infrutíferos e dispendiosos, seja para a empresa, seja para os seus credores.



Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.

58. De fato, o deferimento da recuperação gera não apenas a suspensão de todas as ações e execuções, mas, inclusive, da exigibilidade de todas as dívidas contraídas pela requerente antes da apresentação de seu pedido de recuperação, ficando garantida aos credores, em contrapartida, a suspensão do prazo prescricional de exigir os seus respectivos créditos.

59. Assim é que a Nacional requer (i) a sustação e proibição de inclusão de novos protestos/negativações; (ii) a manutenção de bens essenciais à operação na posse da Nacional Asfaltos; (iii) a incólume permanência do contrato celebrado com a Petrobrás; (iv) a dispensa de certidões negativas para contratar. É o que se pede em itens sucessivos.

8.1 - RETIRADA E PROIBIÇÃO DE INCLUSÃO DE NOVOS PROTESTOS

60. Pois bem Excelência, por todos os motivos até aqui elencados, faz-se necessário que seja deferida, juntamente com o pedido de processamento da presente recuperação e consequente suspensão das ações e execuções intentadas contra a requerente, medida que retire todos os protestos existentes em nome da Recuperanda e, conjuntamente, impeça novo protesto nos Cartórios competentes dos títulos emitidos contra a Nacional Asfaltos, constantes na relação de credores anexa.

61. Não há que se falar, também, em inscrição das dívidas e dos títulos cambiais no Serasa e no SPC, tanto da Requerente como de seus sócios. Ou seja, em substituição à anotação no Serasa, ou em qualquer outro banco de dados, dos inúmeros apontamentos que possam vir a ocorrer, cuja exigibilidade do valor apontado ficará sobrestado, deve ser comunicado ao Serasa que a empresa se encontra em recuperação judicial, para que qualquer interessado possa ter

rk



21
22

ciência de que a devedora tem, no momento, este apontamento : "recuperação judicial".

62. Sobre a necessidade de sobrestar todos os efeitos prejudiciais à recuperação, decorrentes da exigibilidade dos créditos, confira o que disse o Desembargador Guiomar Teodoro Borges, nos autos do Agravo de Instrumento nº 75122/2008, da 3ª Câmara Cível do TJMT:

É certo que, quando do deferimento do pedido de recuperação judicial os prazos prescricionais e as execuções ficam suspensas, na forma do art. 6ª, da Lei 11.101/2005.

Neste sentido, em cognição sumária e em observância ao objetivo do legislador, estende-se, por interpretação analógica, à negativação, o mesmo raciocínio dispensado à suspensão das execuções.

Isso porque, efetivamente, o período em que a lei autoriza a suspensão das execuções tem por finalidade específica permitir a reestruturação da empresa bem como proporcionar o cumprimento do plano de recuperação e dessa forma, a negativação do nome das empresas, bem como de seus sócios e a manutenção do registro dos títulos protestados, nesse período, acaba por não atender ao princípio elencado pela nova legislação.

(...). Não bastasse isso, o perigo de dano irreparável ou de incerta reparação está evidenciado, porque é sabido os efeitos prejudiciais que os protestos dos títulos e negativação dos nomes das empresas recuperandas, podem causar às demandantes, porquanto tratam-se de pessoas jurídicas que procuram equalizar seu passivo e contam com as benesses da nova lei.

Posto isso, concedo, em parte a tutela vindicada para que o Juízo determine ao Cartório de Protestos da Comarca de Cuiabá/MT, a suspensão dos efeitos dos registros de protestos de responsabilidade das agravantes, em recuperação judicial, bem assim das anotações do SERASA E SPC."

63. Logo, é necessário que seja deferida, juntamente com o processamento da presente recuperação, com base na nova Lei de Recuperação Judicial e no poder geral de cautela do Juiz, medida ordenando a retirada de todos os apontamentos (Cartório de Protesto, Serasa e SPC) relativos aos créditos/títulos discriminados neste processo, tanto dos inscritos em nome da Requerente, quanto dos inscritos em nome de seus acionistas, inclusive, constando na ordem determinação para que os órgãos de restrição ao crédito se abstenham de levar à inscrição novos apontamentos enquanto estiver em andamento o procedimento de recuperação judicial.



8.2 - MANUTENÇÃO DOS BENS ESSENCIAIS À OPERAÇÃO NA POSSE DA NACIONAL ASFALTOS

64. Também com base no poder geral de cautela, faz imprescindível que seja concedida, liminarmente, na decisão que deferir o processamento da recuperação, medida que impeça a retirada de bens essenciais às atividades da devedora pelo prazo de 180 dias, com fulcro na parte final do § 3º do artigo 49 c/c § 4º do artigo 6º da LRF, que assim dispõe:

*"Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
(...).*

§ 3o Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4o do art. 6o desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial."

65. E essa medida é imperativa porque os credores ao saberem da existência da recuperação judicial se apressarão em efetuar as constrições dos bens (dinheiro, automóveis, cavalos e reboques, notadamente aqueles necessários ao transporte das emulsões asfálticas³², etc) a que supõem ter direito, quando na realidade a lei veda a retirada de qualquer bem essencial, inclusive numerário, conforme previsto no dispositivo ora mencionado.

66. A determinação para que não haja constrição de bens essenciais às atividades é medida preventiva autorizada a ser conferida na própria decisão que defere o processamento da recuperação, primeiro porque o §3º vincula o prazo do benefício ao mesmo da suspensão das ações e segundo em face ao determinado pelo artigo 52 da LRF:

³² Sobre a importância do transporte e da logística aos negócios da Cia. vide:
<http://www.nacionalasfaltos.com.br/conteudo.php?l=6ec79b56ff5134913b8eedfd7a9317c0>



Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

(...)

III - ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

67. Portanto, é imprescindível que Vossa Excelência determine que não sejam retirados das unidades da Nacional Asfaltos os bens essenciais às suas atividades e sejam mantidos em sua posse, sendo devolvidos aqueles que supostamente tenham sido ou estejam na iminência de ser apreendidos³³.

8.3 - DO CONTRATO CELEBRADO COM A PETROBRÁS

68. Por fim, ainda no que diz respeito às providências iniciais que cabem à Vossa Excelência no exercício do seu poder de cautela, é imperioso que seja oficiada à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) que se abstenha de rescindir o contrato celebrado³⁴ e/ou exigir caução da Nacional Asfaltos, na forma preconizada na Cláusula Décima Sexta, item 16.2, letras "a" e "b":

16.2. As PARTES também poderão rescindir o presente Contrato nos seguinte casos:

a) liquidação judicial ou extrajudicial, falência homologada ou decretada, recuperação judicial ou insolvência comprovada, bem como no caso de dissolução da sociedade, de qualquer das PARTES;

b) homologado o plano de recuperação judicial ou deferida a recuperação judicial de uma das PARTES, se ela não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da outra PARTE;

69. Como acima explicitado, a Nacional Asfaltos desenvolve atividade em que a Petrobrás mantém monopólio no fornecimento dos insumos e a manutenção do contrato celebrado é vital para a permanência da atividade da companhia e para a concretização dos princípios da preservação da empresa, da proteção aos

³³ Documento 17 - Mandados de Busca e Apreensão

³⁴ Documento 18 - Contrato celebrado com a Petrobrás



trabalhadores e da defesa dos interesses dos credores, os quais justificam o instituto da recuperação judicial.

70. Ademais, é sabido que as cláusulas padrões de rescisão contratual, tal como a acima destacada, existem para proteção dos contratantes em face da possível insolência de uma das partes. Visa, assim, prevenir o crédito. No caso concreto, a letra "b" acima transcrita vincula a manutenção da avença a uma indeterminada caução.

71. Ocorre que (i) todos os bens da Nacional Asfaltos garantirão a própria recuperação judicial; (ii) neste momento não há disponibilidade de caixa para prestar qualquer caução; e (iii) a própria recuperação judicial é uma garantia para a Petrobrás, vez que toda a atividade passará a ser fiscalizada pelo administrador judicial e, por consequência, por Vossa Excelência, e desta forma, não há que se falar em prejuízo para a Petrobrás na manutenção do instrumento firmado da forma que está,

72. Contudo, o inverso não ocorre, já que a rescisão do contrato levará a Nacional Asfaltos à bancarrota, razão pela qual é fundamental um pronunciamento judicial acautelatório nesta fase do processo.

8.4 - DA DISPENSA DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

73. Por fim, mas não menos importante, mister se faz que ao deferir o processamento da recuperação judicial Vossa Excelência, ainda, determine liminarmente a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a Nacional Asfaltos possa exercer suas atividades, enquanto perdurar seu status de "empresa em recuperação judicial", inclusive para a contratação com o Poder Público, o que desde já requer.

74. A imperatividade da medida pauta-se no simples fato de que a Nacional Asfaltos trabalha, notoriamente, em níveis relevantes, com a Administração Pública, fornecendo para os governos municipais, estaduais e federal, e suas respectivas autarquias, asfaltos e produtos correlatos. Inclusive a



28
26

íntima ligação da Requerente com o Poder Público está narrada tanto nos itens 4 (Dos Fatos que culminaram na Crise Econômico-Financeira) e 6 (Da Necessidade e Viabilização da Preservação da Nacional Asfaltos).

75. Por outro lado, se mantida a obrigação da Nacional Asfaltos de apresentar certidões negativas para contratar com o Poder Público, todo o processo de recuperação judicial, com a aplicação dos princípios fomentadores da LRF, será ineficaz e a falência da empresa será previsível.

76. E não por outro motivo que, atentos à realidade das empresas que têm a maioria de suas receitas pautadas em contatos celebrados com a Administração, os juízes, ao deferirem o processamento de uma recuperação judicial, vêm estendendo o benefício determinado no inciso II do artigo 52 da LRF também para o Poder Público. Este foi o entendimento do MM Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Dr. Levine Raja Guimarães Artiaga, que ao deferir o processamento da recuperação judicial do Grupo Coral determinou³⁵:

Impedir empresa em recuperação judicial de participar de certames públicos, manter ou prorrogar contratos já firmados com o Poder Público, significa, na prática, privar empresas que se lancem à prestação de serviço público do direito de sanear suas dívidas e se reestruturar, em franca violação ao princípio da igualdade.

Assim, **DEFIRO** o pedido formulado na prefacial (...).
(destaque no original)

77. Portanto, para o sucesso do presente pedido e de todo o processo de recuperação da Nacional Asfaltos, com a permanência da fonte produtiva, dos empregos dos trabalhadores e da garantia dos interesses dos credores, é que se faz necessário que Vossa Excelência determine que a dispensa das certidões negativas incluirá a manutenção de contratos como o Poder Público, a habilitação em novos processos de contratação com o Poder Público e o recebimento de valores das devidas contraprestações de fornecimento de produtos asfálticos.

³⁵ Documento 2 - Decisão Grupo Coral

[Handwritten signature]



29
20/08

9 - DO VALOR DA CAUSA

78. A empresa Requerente possui um determinado passivo. Contudo, não é o seu valor total ou o valor correspondente a uma de suas classes (trabalhista, quirografário ou garantia real) que deve ser indicado para servir como valor da causa.

79. Isso porque, para esse tipo de ação, não há que se falar em valor da causa correspondente à pretensão econômica da demanda (art. 258, CPC), vez que não é possível, neste momento, a identificação do suposto proveito econômico a ser buscado pela companhia. O valor do passivo da empresa serve apenas para demonstrar o montante da dívida a ser negociado com os credores, podendo ou não sofrer redução. Aliás, é a redução que se buscará com as negociações em Assembleia que resultará no suposto proveito econômico perquirido pela Recuperanda.

80. Assim, tem-se que não é a quantia devida pela empresa que serve de base para o valor a ser dado ao pedido de recuperação, mas, sim, a sua viabilidade econômica, devendo ser considerado que a atribuição à causa de valor elevado causará à Nacional Asfaltos um ônus impagável, pois terá que arcar com elevado valor a título de custas judiciais, o que poderá inviabilizar, até, o pedido de processamento, já que enfrenta no momento crise financeira (vide extratos bancários). Veja o valor das custas se calculadas com base no valor do passivo e não do benefício buscado:

Natureza: RECUPERACAO JUDICIAL
Autor: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS
Reu:
Valor da Ação: 28.300.461,12

Grupo	Código	Qtde em UFR	Valor
PROTOCOLO	1023	0,2197	1,46
DISTRIBUIDOR	1031	2,1860	14,58
CONTADOR	1015	8,7472	58,34
CUSTAS	1041	703,0382	4.689,26
TAXA JUDICIARIA	2011	2.054,6455	70.474,34
		Total da Guia:	75.237,98

Observações para Impressão da Guia:

[Handwritten signature]



81. De fato, se a Nacional Asfaltos for obrigada a pagar custas iniciais neste exorbitante valor, no início do seu processo de recuperação, isso irá obstar o próprio funcionamento da empresa.

82. Daí porque, sensíveis à situação peculiar de empresas em crise e ao espírito da Nova Lei, os Juízos têm deferido o processamento da recuperação com valor atribuído somente para efeitos fiscais:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CUSTAS INICIAIS - ISENÇÃO INCABIVEL, NA ESPÉCIE - ADMISSIBILIDADE, CONTUDO, DO DIFERIMENTO - PRESUNÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE RECOLHIMENTO IMEDIATO - PRINCÍPIO INFORMATIVO EXTRAÍDO DOS ART 175, § 1º, INCISO II, DO DECRETO-LEI 7 661/45 E ART 5º DA LEI ESTADUAL Nº 11 608/03 - CABIMENTO DO RECOLHIMENTO NO PRAZO DE TRINTA DIAS A CONTAR DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRECEDENTES DA CÂMARA - AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO .711(5985674900 SP , Relator: Elliot Akel, Data De Julgamento: 29/10/2008, Câmara Especial De Falências E Recup. Judiciais, Data De Publicação: 04/11/2008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO -RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPUGNAÇÃO-RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS -INADMISSIBILIDADE."TEMPESTIVA OU RETARDATÁRIA A HABILITAÇÃO OU A IMPUGNAÇÃO, ESTA CÂMARA RESERVADA JÁ PACIFICOU SEU ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É CABÍVEL O RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS",O QUE SE FUNDAMENTA NA FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA INCIDÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE TAXA JUDICIÁRIA.AGRAVO PROVIDO. (990093717476 SP , Relator: Lino Machado, Data de Julgamento: 19/10/2010, Câmara Reservada à Falência e Recuperação, Data de Publicação: 03/11/2010)

83. E diferentemente não poderia ser, já que não há que se falar em valor da causa correspondente à pretensão econômica da demanda, uma vez que não se faz possível, neste momento, a identificação do proveito econômico buscado pela Requerente. No entanto, impende considerar que, nesta hipótese de impossibilidade de imediata mensuração da quantia visada, o valor da causa sendo estimado para fins fiscais pelo autor, em valor simbólico e provisório, é tranquilamente passível de posterior adequação.

84. Assim é que a Nacional Asfaltos atribui à causa valor meramente fiscal, para então, quando da homologação da Recuperação Judicial, após a Assembleia Geral de Credores, ser recolhidas custas pautadas no valor do passivo



resultante da negociação e do proveito econômico obtido.

10 - DOS PEDIDOS

85. Diante do exposto, requer:

- i. seja deferido o processamento do presente pedido de recuperação judicial em favor da empresa Requerente, na forma da lei, nomeando administrador judicial e determinada a dispensa da apresentação de certidões negativas para exercício normal das atividades da empresa, conforme inciso II do art. 52 da LRF, sendo inclusive determinado **liminarmente** à Administração Pública, em seus diversos níveis, que a circunstância de estar a devedora em recuperação judicial não pode ser considerada motivo legítimo para a não manutenção ou a não prorrogação de contratos públicos já vigentes e nem à habilitação em novos processos licitatórios ou de qualquer contratação com o Poder Público, dispensando ainda, enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, a apresentação de certidões de tributos para o recebimento da contraprestação pelos serviços prestados;
- ii. seja ordenada **liminarmente** a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra a requerente, bem como a de todas as ações e execuções dos credores particulares de seus sócios, por força do que dispõe o inciso III do art. 52 e os § 4º e § 5º do artigo 6º da LRF;
- iii. igualmente, com base no poder geral de cautela, seja ordenado liminarmente aos Cartórios de Protestos, identificados nos documentos anexos, que sustentem os protestos existentes e que deixem de proceder inscrições relativas aos créditos constantes nas relações de credores apresentadas em desfavor da Requerente e de seus sócios, bem como que seja direcionada ao Serasa e ao SPC a mesma ordem, consignando na decisão que a medida serve para todos os demais órgãos de restrição ao crédito, inclusive para retirada dos apontamentos eventualmente inscritos;

AK



- iv. seja oficiada às Juntas Comerciais onde a companhia possui unidade para que efetuem nos atos constitutivos da empresa a anotação que passará a ser apontada como “EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”, ficando certo, desde já, que a Requerente passará a se utilizar dessa designação em todos os documentos em que for signatária;
- v. que seja determinada liminarmente a permanência dos bens essenciais à operação da Requerente, na forma preconizada pelo § 3º do artigo 49 da LRF, sendo devolvidos aqueles que supostamente tenham sido ou estejam na iminência de ser apreendidos;
- vi. que seja oficiado à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), localizada na Av. República do Chile, nº 65, Rio de Janeiro-RJ, para que se abstenha de rescindir e/ou exigir caução da empresa Nacional Asfaltos, enquanto esta ostentar a característica “EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”, vez ser aquela a única fornecedora do insumo utilizado pela Requerente e essencial à sua manutenção como fonte produtora;
- vii. sejam oficiados aos bancos de dados de proteção de crédito (Serasa e SPC) para que tenham ciência da concessão do benefício da recuperação judicial à Nacional Asfaltos, devendo constar esse apontamento em seus cadastros.
- viii. igualmente, seja intimado o r. representante do Ministério Público, oficiando também as Fazendas Públicas Estadual e Federal, bem como que seja determinada a expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005.
- ix. que as intimações ocorram sempre e somente nos nomes dos advogados Juliana Ferreira de Paula Pires (OAB/GO 17.395), Marlos Borges Nogueira (OAB/GO 17.441) e Thiago Vinicius Vieira Miranda (OAB 22.861), sob pena de nulidade.

86. Requer, por fim, sejam os autos despachados sempre em regime de



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

33
26

urgência, em vista da exiguidade de prazos (150 dias para realização de assembleia), que prevêem falência para os casos de não cumprimento do tempo determinado, e para que seja possível a total finalização do processo, no prazo legal.

87. Atribui-se à causa, para meros efeitos fiscais, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

É o que se pede, esperando deferimento.

Goianira, 27 de novembro de 2012.

Juliana Ferreira de Paula Pires
OAB/GO 17.395

Marlos Borges Nogueira
OAB/GO 17.441

Thiago Vinicius Vieira Miranda
OAB 22.861



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

32

Relação de Documentos Anexos

Documento 1 - Procuração Pública, Substabelecimento, Estatuto Social.

Documento 2 - Decisão Grupo Coral

Documento 3 - Autorização da ANP

Documento 4 - Lista emitida pela ANP de empresas autorizadas a comercializar asfaltos

Documento 5 - Declaração da Nacional Asfaltos - artigo 48 da LRF

Documento 6 - Demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2009, 2010, 2011 e de 2012 e demonstração do resultado desses exercícios

Documento 7 - Demonstração de resultados acumulados

Documento 8 - Relatório gerencial de fluxo de caixa da empresa, com projeção até dezembro de 2013

Documento 9 - Relação nominal completa dos credores, na qual inclusive já se encontram inseridos todos os créditos trabalhistas vindicados ou não judicialmente e os créditos dos atuais empregados

Documento 10 - Relação completa dos empregados, com indicação de função e salário

Documento 11 - Atos constitutivos, atas de Assembleias e certidão de regularidade atualizada da JUCEG, emitida recentemente

Documento 12 - Relação dos bens particulares do sócio controlador



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

25
[Handwritten signature]

Documento 13 - Extratos das contas bancárias

Documento 14 - Certidões dos cartórios de protesto

Documento 15 - Relações de ações em que a empresa figura como parte ré na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho

Documento 16 - Processo n. 376608-58.2010.8.09.0011, Processo n. 293100-31.2009.8.09.0051 e

Documento 17 - Mandados de Busca e Apreensão

Documento 18 - Contrato celebrado com a Petrobrás

Documento 19 - Guia de custas iniciais com valor arbitrado

[Handwritten signature]



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

26
[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Declaramos, sob responsabilidade pessoal que as cópias dos documentos acostadas à petição inicial são autênticas.

Goiânia, 28 de novembro de 2012.

Juliana F. Paula Pires
OAB/GO 17.396

[Handwritten signature of Thiago V. Miranda]
Thiago V. Miranda
OAB/GO 22.861



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

27
[Handwritten signature]

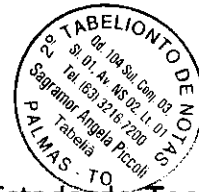
DOCUMENTO 1

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

CNPJ (MF) n.º 03.354.176/0001-30

NIRE n.º 17300002941

ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 31/07/2.012



1 - HORÁRIO E LOCAL

Às 09h00, do dia 31/07/2.012, no município de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 1.112 Sul, Alameda 08, Lote 16-A, Pólo Eco-Industrial e Atacadista de Palmas, Palmas (TO), CEP - 77.024-166.

2 - MESA DIRIGENTE

O Conselheiro **ÁLVARO CASTRO MORAIS**, como Presidente e **RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO**, como Secretário.

3 - PRESENÇA

Convocação extraordinária do Conselho de Administração, com comparecimento de todos os conselheiros, representando a totalidade dos membros, com direito a voto. O Presidente declarou regular a instalação da reunião, em consonância ao disposto na Lei n.º 6.404/76, conforme assinaturas lançadas no livro próprio.

4 - ORDEM DO DIA

4.1 - 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.1.1 - Eleição da Diretoria;
- 4.1.2 - Vacância do cargo de Diretor Executivo;
- 4.1.3 - Fixar a remuneração da Diretoria.

5 - DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO

5.1 - Fica eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente, **ÁLVARO CASTRO MORAIS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade n.º 451.748, expedida pela SSP (GO) e do CPF (MF) n.º 122.477.741-72, nascido em 17/04/1.957, em Goiânia (GO), residente e domiciliado na Avenida Floresta, Quadra 25, Lote 12, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia (GO), CEP - 74.680-210, o qual exercerá seu mandato por 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 1º/08/2.012. Dessa forma, o diretor empossado em sua respectiva função declara, neste ato, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, conforme artigo 147, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

5.3 - O cargo de Diretor Executivo ficará vago até a próxima reunião do Conselho de Administração, que tratará do preenchimento do referido cargo.

5.4 - Fica fixada uma remuneração mensal para cada Diretor, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo para tratar e deliberar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em livro próprio, que foi lida, aprovada e firmada por quem de direito.

A presente é cópia fiel e integral da ata lavrada no livro próprio da Companhia.

Palmas (TO), 31 de julho de 2.012.

Mesa Dirigente:


ÁLVARO CASTRO MORAIS
Presidente


RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO
Secretário



Conselheiros:


ÁLVARO CASTRO MORAIS


LUCIANO CAPUZZO


RONALDO DE BARROS BARRETO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS



CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/09/2012
SOB Nº: 17555018
Protocolo: 12/023484-0, DE 24/08/2012
Empresa: 17 3 0000294 1
INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A



ERILAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Angela Piccoli - Tabelião (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02, conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" as assinaturas indicadas de **ÁLVARO CASTRO MORAIS** (por duas vezes), **RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO**, **LUCIANO CAPUZZO** e **RONALDO DE BARROS BARRETO**.
Dou fé em Palmas/TO, 22 de agosto de 2012, 1383485 de verdade.


Sagror Angela Piccoli - Tabelião
Emol: R\$7,90


REE 295955
REE 295953
REE 295954
REE 295952
REE 295951

(Anexo II)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO



Artigo 1º - A sociedade é denominada **INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, com nome de fantasia de **NACIONAL ASFALTOS**, girando sob a forma de sociedade por ações de capital fechado.

SEDE SOCIAL

Artigo 2º - A companhia terá sua sede e foro localizado na Quadra 1.112 Sul, Alameda 08, Lote 16-A, Pólo Eco-Industrial e Atacadista, Palmas (TO), CEP - 77.024-166, podendo abrir filiais, escritórios ou dependências em qualquer parte do território nacional.

FILIAIS

Filial 01, localizada na Via das Torres, Matoim, s/n.º, Cia. Norte, município de Candeias (BA), CEP - 43.813-100, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia no dia 13/04/2.006, sob o NIRE de n.º **2990081352-5** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0003-00**;

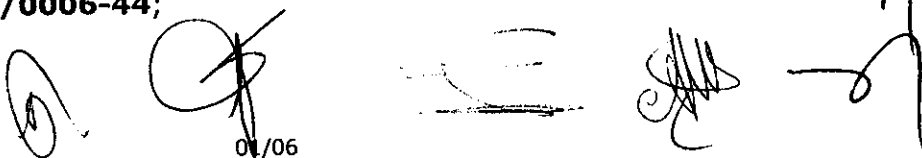
Filial 02, localizada na Avenida Campo Florido, n.º 75, Jardim Teresópolis, município de Betim (MG), CEP - 32.663-110, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 24/02/2.006, sob o NIRE de n.º **3190167244-6** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0002-10**;

Filial 03, localizada na Via Primária e Secundária 3, Quadra 07, Lotes 01 a 10, Distrito Agroindustrial, município de Goianira (GO), CEP - 75.370-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 10/05/2.006, sob o NIRE de n.º **5290049207-7** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0004-82**;

Filial 04, localizada na Avenida Abolição, n.º 3.835, Bairro Meireles, município de Fortaleza (CE), CEP - 60.165-081, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 20/04/2.007, sob o NIRE de n.º **2390037228-1** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0005-63**;

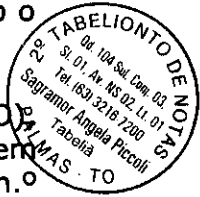
Filial 05, localizada na Avenida José Paulino, n.º 1.030, Sala 02, Centro, Paulínia (SP), CEP 13.140-000, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 08/08/2.007, sob o NIRE de n.º **3590331671-3** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0008-06**;

Filial 06, localizada na Rua Três, Quadra 48, Lote 09, Sala 105, Setor Noroeste, município de Cristalina (GO), CEP - 73.850-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 09/07/2.007, sob o NIRE de n.º **5290051496-8** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0006-44**;



Filial 07, localizada na Avenida Araguaia, n.º 2.000, Sala 03, Setor Industrial, Araguatins (TO), CEP - 77.950-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins em 14/11/2.007, sob o NIRE de n.º **1790007354-8** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0007-25**;

Filial 08, localizada na Rua Belém, n.º 501, Bairro Embratel, Porto Velho (RO), CEP - 76.820-734, registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia em 09/01/2009, sob o NIRE de n.º **1190012855-0** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0009-97**.



Parágrafo único - As filiais **01, 02, 03, 05, 07 e 08** terão o mesmo objetivo social da matriz. As filiais **04 e 06** têm como objetivo social: a comercialização, no atacado, de asfaltos, massas e emulsões asfálticas, impermeabilizantes, gás liquefeito de petróleo - GLP, coque energético, lubrificantes e combustíveis; sinalização de obras viárias e locação de máquinas e equipamentos. As filiais não têm destaque do capital social. As filiais **01 e 02** iniciaram suas atividades em 01/02/2.006, a filial n.º **03** em 27/04/2.006, a filial **04** em 01/04/2.007, as filiais **05 e 06** em 1º/07/2.007, a filial **07** em 12/11/2.007 e a filial **08** em 20/11/2.008.

OBJETIVO

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivo a industrialização, refino, re-refino, envasamento, estocagem, transporte, coleta, distribuição e comercialização, no atacado, de asfaltos, massas e emulsões asfálticas, impermeabilizantes, gás liquefeito de petróleo - GLP, coque energético, lubrificantes e combustíveis; sinalização de obras viárias; e locação de máquinas e equipamentos.

DURAÇÃO

Artigo 4º - A sociedade terá duração por prazo indeterminado, tendo iniciado as suas atividades em 27/07/1.999.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

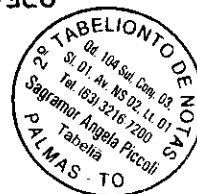
Artigo 7º - A ação é indivisível em relação à sociedade e quando a mesma pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos por um representante do condomínio.

Artigo 8º - A sociedade poderá emitir certificados de ações, os quais, da mesma forma que as ações, serão sempre assinados pelos dois diretores.

Artigo 9º - Aos acionistas é assegurado, na subscrição de novas ações, o direito de preferência na mesma proporção das que já possuem, desde que exercido, por escrito, no prazo legal de 30 (trinta) dias.

02/06

Artigo 10º - Os possuidores de ações, ao pretenderem aliená-las, deverão dar preferência aos demais acionistas ao mesmo preço e condições de oferta idônea que tenham obtido. Para tanto, deverão comunicar à Diretoria da empresa a quantidade, espécie, preço e condições das ações à venda para que seja efetivado o processo ofertativo.



CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11º - A Assembléia Geral será realizada, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, obedecidas as prescrições legais e o presente Estatuto.

Artigo 12º - Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, a Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representam, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo único - As deliberações das assembleias serão tomadas por maioria simples de votos, salvo nos casos de alterações estatutárias, para as quais deverá ser observado o disposto no artigo 26º deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - A companhia terá um Conselho de Administração, composto por 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Artigo 14º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos e deverá se reunir mensalmente, em data previamente acertada de comum acordo entre os seus integrantes. O Conselho de Administração poderá ser instalado, extraordinariamente, sempre que for convocado por qualquer um de seus membros, para deliberar sobre assunto relevante e de sua competência.

Artigo 15º - Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições e remunerações; fiscalizar a gestão dos administradores; examinar, a qualquer tempo, os livros e quaisquer papéis e documentos da empresa; solicitar informações sobre o andamento dos negócios da sociedade, dos contratos em via de celebração e dos já celebrados; autorizar previamente a contratação de qualquer tipo de financiamento ou empréstimo; convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; deliberar sobre o aumento de capital, a emissão de ações ou de bônus de subscrição; autorizar formalmente a compra e a alienação de bens do imobilizado e do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de quaisquer tipos de garantias; escolher e destituir os auditores independentes, quando houver.

CAPÍTULO V

DIRETORIA

Artigo 16º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo designados: Diretor Presidente e Diretor Executivo.

Artigo 17º - O mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, ficando os diretores dispensados da prestação de caução para garantia de sua gestão.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria terão remuneração mensal que será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais.

Artigo 18º - Nos casos de impedimentos ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Executivo, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições, observadas as limitações do cargo.

Artigo 19º - Compete ainda à Diretoria elaborar o relatório anual, as demonstrações financeiras da sociedade e a proposta de destinação de lucros líquidos do exercício, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral.

Artigo 20º - Compete ao Diretor Presidente orientar, coordenar e supervisionar a gestão da companhia; e ao Diretor Executivo compete implementar as orientações do Diretor Presidente e do Conselho de Administração.

Artigo 21º - Competem aos Diretores Presidente e Executivo, em conjunto ou isoladamente, a representação da companhia, em juízo ou fora dele, para todos os fins de direito, sem qualquer limitação de poderes e/ou de valores, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social da companhia.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

Artigo 22º - A sociedade terá um Conselho Fiscal que funcionará em regime temporário, composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, que poderá ser instalado, na forma da lei, por Assembléia Geral que também fixará a remuneração dos respectivos conselheiros.

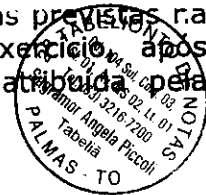
CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 23º - O exercício social compreenderá o período entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 24º - No fim de cada exercício serão elaborados, com observância das prescrições legais, um balanço geral e as demonstrações financeiras previstas na Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores. O resultado do exercício, após deduzidas as provisões legais, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral que o aprovar.



CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 25º - A sociedade entrará em liquidação na forma prevista em lei e caberá à Assembléia Geral determinar a nomeação do liquidante e do Conselho Fiscal que deverão atuar durante aquele período.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 26º - As disposições deste Estatuto são inalteráveis sem aprovação dos acionistas reunidos em Assembléia Geral, com a presença de 2/3 (dois terços) dos acionistas e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos acionistas da companhia.

Artigo 27º - O reembolso aos acionistas dissidentes, nos casos previstos em lei, deverá ser feito com base em avaliação de mercado da companhia considerando seus próximos 03 (três) anos de atividade, realizada por empresa renomada e especializada nesse tipo de trabalho, contratada por conta da sociedade, após ser escolhida pela Assembléia Geral. Os imóveis de propriedade da empresa deverão ser avaliados por 03 (três) profissionais idôneos, escolhidos em lista apresentada pela Diretoria, com pelo menos 05 (cinco) avaliadores credenciados.

Artigo 28º - Calculado o valor das ações, com base no artigo 27º acima, o montante deverá ser pago ao acionista dissidente em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, atualizadas pela correção integral do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, devendo, ainda, serem emitidas notas promissórias com aval idôneo, vinculadas ao contrato de compra e venda das referidas ações.

Artigo 29º - Os administradores serão responsabilizados pessoalmente pela não observância do disposto neste capítulo, respondendo em seu próprio nome solidariamente com a sociedade pelas despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes da ação que os dissidentes tenham de mover contra a companhia.

Artigo 30º - É expressamente proibido o uso da denominação social em negócios estranhos aos interesses sociais, tais como: avais, fianças e quaisquer outros tipos de favores ou concessões a terceiros.

FORO

Artigo 31º - Fica eleito o foro da cidade de Palmas (TO), para dirimir as dúvidas e os casos omissos oriundos do presente Estatuto Social.

05/06



Marlos Nogueira

PROCURAÇÃO

Outorgante: INDÚSTRIA NACIONAL ASFALTOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.354.176/0004-82, sediada na cidade de Goianira-GO, Via Primária com Secundária 3, Quadra 07, Lote 01/10, Distrito Agroindustrial, CEP 75370-000, por todos os seus estabelecimentos, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social.

Outorgado: MARLOS BORGES NOGUEIRA, advogado, brasileiro, casado, inscrito na OAB/GO sob nº 17.441, ALINE OELLERS FERREIRA, advogada, brasileira, solteira, inscrita na OAB/GO nº 20.044, THIAGO VINÍCIUS VIEIRA MIRANDA, advogado, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/GO nº 22.861, todos integrantes do escritório MARLOS NOGUEIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito na OAB/GO sob o nº 465, com endereço na Rua 14, nº 201, Setor Oeste, Goiânia/GO.

Poderes : A outorgante nomeia e constitui(em) seu(s) procurador(es) os outorgados para representá-la, independentemente de ordem de nomeação, para tanto lhe outorgando poderes das cláusulas AD JUDICIA ET EXTRA (para o foro em geral e para todos os atos extrajudiciais de representação e defesa) e ainda poderes especiais para transigir, desistir, receber, dar quitação e firmar compromissos, efetuar levantamento ou depósito, em relação ao objeto deste mandato, excluído o recebimento de citação ou notificações com teor de citação, e, especialmente, para defender os seus interesses nos procedimentos concernentes aos termos da Lei n. 11.101/2005, isto perante a Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Justiça Estadual, Justiça Federal Comum e do Trabalho, além dos demais órgãos que se fizerem necessários para fiel cumprimento deste mandato.

Goiânia, 31 de outubro de 2012.

Assinatura: _____

Palmas (TO), 20 de julho de 2.010.

Conselheiros:

2º TABELIONATO

ÁLVARO CASTRO MORAIS

2º TABELIONATO

LUCIANO CAPUZZO

2º TABELIONATO

RONALDO DE BARROS BARRETO

Acionistas:

2º TABELIONATO

ÁLVARO CASTRO MORAIS
CPF (MF) n.º 122.477.741-72

2º TABELIONATO

CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A
Luciano Capuzzo / Diretor Executivo
CPF (MF) n.º 485.150.191-91

2º TABELIONATO

BASE ENGENHARIA LTDA.
Patrícia de Oliveira Batista / Administradora
CPF (MF) n.º 770.991.761-53

Testemunhas:

ALESSANDRO MANOEL PATROCÍNIO
RG n.º 015204/O-4 CRC (GO)

JOILSON SOUZA SPENCE
RG n.º 609.316 SSP (MS)

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagrador Angela Piccoli - Tabelião (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" as assinaturas indicadas de **ÁLVARO CASTRO MORAIS** (por duas vezes), **LUCIANO CAPUZZO** e **RONALDO DE BARROS BARRETO**. Dou fé. 1413963

Em Teste Silany Aires Matos da verdade.
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização" Emol: R\$5,40

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagrador Angela Piccoli - Tabelião (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **LUCIANO CAPUZZO** representante da **CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A**. Dou fé. 1031755

Em Teste Silany Aires Matos da verdade.
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização" Emol: R\$1,35

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagrador Angela Piccoli - Tabelião (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **PATRICIA DE OLIVEIRA BATISTA** representante da **BASE ENGENHARIA LTDA**. Dou fé. 64666F

Em Teste Silany Aires Matos da verdade.
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização" Emol: R\$1,35

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/08/2010
SOB Nº: 17526612
Protocolo: 10/017424-8 DE 25/06/2010
Empresa: 17 3 0000294-1
INDÚSTRIA NACIONAL DE ALUMÍNIO S/A

06/08/2010
JUCETINS

RAMUNDO NONATO NESTOR
SECRETÁRIO GERAL



46
26

PROCURAÇÃO

Outorgante: **INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) com n. 03.354.176/0001-30, com sede de suas atividades na Alameda 08, S/N, Quadra 1112 Sul, Lote 16-A - Polo Eco Industrial e Atacadista de Palmas/TO, CEP 77.024-166.

Outorgado: **MARLOS BORGES NOGUEIRA**, advogado, brasileiro, casado, inscrito na OAB/GO sob nº 17.441, **ALINE OELLERS FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/GO nº 20.044, **THIAGO VINICIUS VIEIRA MIRANDA**, advogado, brasileiro, solteiro, inscrita no OAB/GO nº 22.861, todos com escritório profissional situado na Rua 14, nº 201, Setor Oeste, Goiânia/GO.

Por este instrumento particular de mandato, o outorgante confere ao outorgado poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para o foro em geral, tanto na esfera administrativa como judicial, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, representando o outorgante, conjunta ou separadamente, perante qualquer Repartição, Órgão, juízo, comarca, instância ou Tribunal, intentando ou acompanhando qualquer feito, como autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interveniente, intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito em que se funda a ação, apresentar reconvenção, receber e dar quitação, assinar quaisquer termos de depósito de coisas, suscitar incidente de falsidade, argüir exceções de incompetência, bem como de impedimento ou de suspeição, desistir, substabelecer se necessário, com ou sem reserva os poderes ora conferidos.

Goiânia, 21 de setembro de 2012.

Assinatura: _____

M. B. Nogueira

www.nacionalasfaltos.com.br

MATRIZ	FILIAIS	FILIAIS	FILIAIS	FILIAIS	FILIAIS	FILIAIS	FILIAIS
PALMAS (TO) Quadra 1112 Sul Alameda 08, Lote 16-A Polo Eco Industrial - 77024-166 Fone: (63) 3217-1236 / Fax: (63) 3217-7873 nacional@nacionalasfaltos.com.br	ARAQUATINS (TO) Avenida Araguaia, nº 2000, Sala 03 Bairro Setor Industrial - 77360-000 Fone: (63) 8123-8978 / (63) 8112-8139 to@nacionalasfaltos.com.br	CANALAS (BA) Rodovia BA-022, Km 09, Bairro 1011 Rural Cardeal - 42.613-370 Fone: (71) 3605-8122 ba@nacionalasfaltos.com.br	CRISTALINA (GO) Rodovia GO-040, Lote 06, Sala 106 Setor Nordeste - 73850-000 Fone: (61) 3365-4040 go@nacionalasfaltos.com.br	DIADIA (GO) Rodovia GO-040, Lote 06, Sala 106 Setor Nordeste - 73850-000 Fone: (61) 3365-4040 go@nacionalasfaltos.com.br	CRISTALINA (GO) Rua Tênia, Qd. 48, Lote 06, Sala 106 Setor Nordeste - 73850-000 Fone: (61) 3365-4040 go@nacionalasfaltos.com.br	DIADIA (GO) Rodovia GO-040, Lote 06, Sala 106 Setor Nordeste - 73850-000 Fone: (61) 3365-4040 go@nacionalasfaltos.com.br	DIADIA (GO) Rodovia GO-040, Lote 06, Sala 106 Setor Nordeste - 73850-000 Fone: (61) 3365-4040 go@nacionalasfaltos.com.br



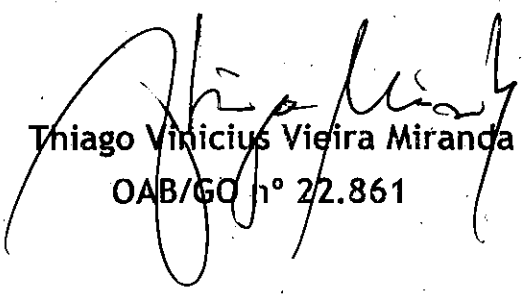
Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

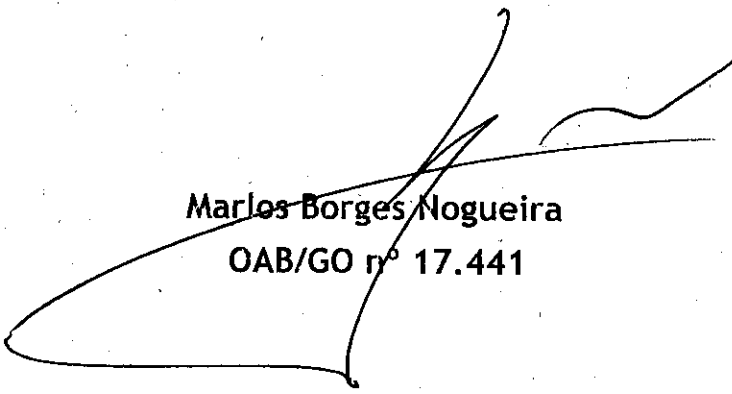
47

SUBSTABELECIMENTO

Substabelecemos nas pessoas dos Drs. Juliana Ferreira de Paula Pires, brasileira, casada, advogada, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás, sob nº 17.395, Victor Ribeiro Loureiro, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás, sob nº 31.518, Eugênio Aleixo Ferreira, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás, sob nº 34.752 e Leonardo de Paula Xavier Mendonça, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás, sob o nº E 23.372, todos com escritório profissional na Rua 14, nº 201, Setor Oeste, Goiânia, Goiás, os poderes que nos foram outorgados por INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A, constantes no instrumento procuratório anexo aos autos, com reserva de poderes.

Goiânia, 01 de outubro de 2012.


Thiago Vinicius Vieira Miranda
OAB/GO nº 22.861

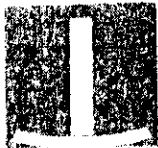

Marlos Borges Nogueira
OAB/GO nº 17.441



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

~~48~~

DOCUMENTO 2



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
11ª VARA CÍVEL

49
1823
30/12

Autos n.º 201104886612

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Coral Administração e Serviços Ltda, Coral Serviços de Refeições Industriais Ltda, Coral Empresa de Segurança Ltda, Contal Segurança Ltda, Contal Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda, Oreal Organização Empresarial de Assessoramento Ltda, Rotta Serviços Técnicos Especializados Ltda, Coral Sat Segurança Ltda

DECISÃO

CORAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA E OUTRAS, qualificadas na inicial, requereram pedido de recuperação judicial com amparo no artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005.

A inicial veio acompanhada dos documentos, em 06 volumes.

Primeiramente, quanto a competência deste Juízo para processamento do feito, verifico que o volume de negócios do grupo econômico se concentra nesta Capital, conforme documentos, bem como é entendimento pacificado deste Egrégio Tribunal de Justiça Goiano de que nas recuperações judiciais, em especial, o Juízo competente corresponde ao local dos negócios realizados com o fim de possibilitar um acompanhamento maior e uma fiscalização eficaz. Ademais, no caso concreto houve a distribuição e processamento de Ação Falimentar neste Juízo, o que causa hipótese legal de prevenção.

Leandro Lygia Gonçalves Aragão
Juiz de Direito

Gabinete do Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de Goiânia - GO



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
11ª VARA CÍVEL

30
1825
9
1825
9

05 (cinco) dias da publicação desta decisão e consequente ciência das partes;

• R\$ 977.074,67 (novecentos e setenta e sete mil e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) ao final da recuperação, observadas as formalidades legais;

• custeio das despesas de transporte aéreo, hotel e alimentação do profissional nomeado em qualquer uma das unidades da Federação Brasileira, nos seis primeiros meses e/ou até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e ainda profissionais necessários no curso do procedimento, segundo as necessidades apontadas pelo Sr. Administrador.

Em consequência do deferimento, ficam as devedoras dispensadas da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, salvo para a contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditício, observando o disposto no artigo 69 da Lei em comento.

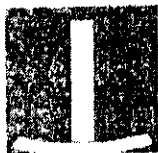
Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras, na forma do artigo 6º da LRE, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º da LRE, e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º, 3º, 4º, do artigo 49 da mesma lei.

As devedoras deverão apresentar contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Além disso, determino o depósito – na Escrivania deste Juízo – dos documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares (artigo 51, § 1º da LRE).

Intimem-se a digna representante do Ministério Público, as Fazendas Públicas Federal, dos Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimento.

Gabinete do Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Estado de Goiás

Levine Pereira de SOUZA
Juiz de Direito
3



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
11ª VARA CÍVEL

51
1827
4
759

E se a Lei nº 8.666/1993 não traz disposição específica acerca da impossibilidade de empresa em recuperação judicial contratar com o Poder Público, impedimento não há.

Não se pode perder de vista ainda o princípio da preservação da empresa, que inspira a recuperação judicial (artigo 47 da LRE).

Ainda que impedimento legal houvesse, o princípio é hierarquicamente superior a regras, devendo prevalecer.

Impedir empresa em recuperação judicial de participar de certames públicos, manter ou prorrogar contratos já firmados com o Poder Público, significa, na prática, privar empresas que se lancem à prestação de serviço público do direito de sanear suas dívidas e se reestruturar, em franca violação do princípio da igualdade.

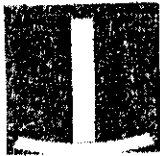
Assim, **DEFIRO** o pedido formulado na prefacial para determinar ao Poder Público, em seus diversos níveis, que a circunstância de estarem as devedoras em recuperação judicial não pode ser considerado motivo legítimo para a manutenção ou prorrogação de contratos públicos já vigente e nem à habilitação em novos processos licitatórios ou contratação com o Poder Público, dispensando ainda, enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, da apresentação de certidões de tributos para o recebimento da contraprestação pelos serviços prestados.

Buscam as devedoras, sob outro aspecto, liminar para a continuidade do fornecimento de energia elétrica, água e telefonia, pelas concessionárias CELG, SANEAGO, OI (Brasil Telecom), NEXTEL e VIVO, em razão de débitos anteriores à recuperação.

A questão já foi objeto de inúmeros pronunciamentos judiciais.

Gabinete do Julz de Direito da 11ª Vara Cível de Goiânia, GO

Levine Raja Coelho
Juiz de Direito
5



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
11ª VARA CÍVEL

52
184
1
350

Especificamente quanto ao pedido de determinação de restituição de bens arrestados por ordem do Juízo do Trabalho da 3ª Vara de Uberlândia, entendo que a competência desse Juízo limita-se a determinar o processamento da recuperação judicial das devedoras – situação esta que induz a sujeição dos créditos acautelados através da referida demanda à recuperação judicial das devedoras – e a sustação da competência executória daquele Juízo.

O pedido de restituição deve ser formulado perante aquela autoridade judicial, razão pela qual **INDEFIRO** o pedido de restituição dos referidos equipamentos.

Intimem-se.
Oficie-se.
Cumpra-se.
Diligencie-se.

Goiânia-GO, 09 de Dezembro de 2011.

Levine Raja Gabaglia Artiga
Juiz de Direito (em substituição)

RECEBIMENTO

Recebidos em Cartório.

Goiânia, 12 / 12 / 11

Escrivão (a)

Gabinete do Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de Goiânia - GO



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

53
26

DOCUMENTO 3



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
Av. Rio Branco, 65/16º andar
20090-004- Rio de Janeiro - RJ

Ofício nº 103 / 2012 / SAB


Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2012

À
Indústria Nacional de Asfaltos Ltda.
Quadra ASR-SE 115, S/N, Alameda 08, Qi-E e Lotes 16 a 23 Polo Eco-Industrial
77053-080 - Palmas - TO

Assunto: **Declaração.**

1. Em atenção à solicitação encaminhada por essa empresa (protocolizada sob o Documento ANP n.º 00610.001000/2012), informo que a empresa Indústria Nacional de Asfaltos Ltda., encontra-se autorizada a exercer a atividade de distribuição de asfaltos, nos termos da Portaria ANP n.º 2/2005.
2. Informo que as filiais listadas no anexo se encontram cadastradas no banco de dados desta Agência.

Atenciosamente,


DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR
Superintendente de Abastecimento



Cadastro de Empresa

Data de emissão: 11/1/2012
Hora da emissão: 15:29:34

Dados Gerais

CNPJ: INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA.
Razão Social: NACIONAL DE ASFALTOS
Nome Fantasia: NACIONAL DE ASFALTOS
Nome Reduzido: QUADRA ASR-SE 115 - S/N - ALAMEDA 08, QI-E E LOTES 16 A 23
Endereço: POLO ECO-INDUSTRIAL
CEP: 77053-080
UF: TO
Município: PALMAS

Método de Comunicação

Nome: E-MAIL
Tipo: E-MAIL
Descrição: admaitnz@nacionalasfaltos.com.br
Complemento:

Sócios

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Capital Social	Capital Volante
122.477.741-72	ALVARO CASTRO MORAES	34,00%	34,00%
130.312.361-49	RONALDO DE BARROS BARRETO	45,00%	45,00%
485.150.191-91	LUCIANO CAPUZZO	5,00%	5,00%

Qualificações

Qualificação	Situação	Data de Início	Tipo de Ato Administrativo	Data de Publicação
DISTRIBUIDOR DE ASFALTO	AUTORIZADA	01/09/2006	AUTORIZAÇÃO	12/22/2005

Instalações

ISIMP	CNPJ	Localidade	Tipo	Situação
1033637	03.354.176/0001-30	TO	BASES DO RAMO DE ASFALTOS	AUTORIZADA OPERAÇÃO
1061282	03.354.176/0001-30	TO	PONTO DE ABASTECIMENTO	AUTORIZADA OPERAÇÃO
1061282	03.354.176/0003-00	BA	BASES DO RAMO DE ASFALTOS	AUTORIZADA CONSTRUÇÃO
1163455	03.354.176/0003-00	BA	ADMINISTRATIVA	ABERTO
1061282	03.354.176/0004-82	GO	BASES DO RAMO DE ASFALTOS	AUTORIZADA OPERAÇÃO
1061282	03.354.176/0004-82	GO	PONTO DE ABASTECIMENTO	AUTORIZADA OPERAÇÃO



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

56
[Handwritten signature]

DOCUMENTO 4



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO - SAB

AÇÃO DE DISTRIBUIDORAS DE ASFALTOS AUTORIZADAS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

ATUALIZADO EM JUNHO DE 2012

#	Nº autorização	Razão Social	CNPJ	Município	UF
1	229/08	ALBERTO MARQUES DOS SANTOS JÚNIOR	01.133.120/0001-20	ANANINDEUA	PA
2	690/10	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.	23.314.594/0001-00	NATAL	RN
3	503/09	ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.	07.489.111/0001-52	SINOP	MT
4	94/08	ASFALTOS CALIFÓRNIA LTDA.	60.184.405/0001-59	SAO PAULO	SP
5	308/09	ASFALTOS NORDESTE LTDA.	01.791.741/0001-09	MARACANAU	CE
6	214/08	BETUMAT QUÍMICA LTDA	00.858.151/0001-85	CANDEIAS	BA
7	140/06	BETUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	60.546.801/0001-89	RIO DE JANEIRO	RJ
8	158/07	BRASQUÍMICA PRODUTOS ASFALTICOS LTDA.	13.829.957/0001-97	CANDEIAS	BA
9	302/10	CAP - COMERCIO DE ASFALTO E PETRÓLEO LTDA.	03.116.697/0001-59	ARAUCARIA	PR
10	326/06	CASA DO ASFALTO DISTRIB. IND. E COMERCIO DE ASFALTO LTDA.	06.218.782/0001-16	MARIALVA	PR
11	215/06	CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA.	82.381.815/0001-22	CURITIBA	PR
12	185/06	CENTRO OESTE ASFALTOS LTDA.	01.593.821/0001-41	BRASILIA	DF
13	295/06	COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTOS DA AMAZÔNIA	05.099.585/0001-62	ANANINDEUA	PA
14	72/08	COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	01.382.022/0001-26	CURITIBA	PR
15	547/08	DENVER IMPERMEABILIZANTES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	04.064.707/0001-12	SUZANO	SP
16	374/05	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA - DISBRAL	26.917.005/0001-77	APARECIDA DE GOIANIA	GO
17	93/06	EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA.	04.420.916/0001-51	MANAUS	AM
18	376/05	GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA.	02.351.006/0001-39	ARAUCARIA	PR
19	393/05	INDÚSTRIA DRYKO LTDA.	03.081.895/0001-24	GUARULHOS	SP
20	473/05	INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA.	03.354.176/0001-30	PALMAS	TO
21	34/07	LWART QUÍMICA LTDA.	02.884.945/0001-49	LENCOIS PAULISTA	SP
22	141/07	NTA - NOVAS TÉCNICAS DE ASFALTOS S/A	03.037.291/0001-80	SAO PAULO	SP
23	82/07	PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S. A	34.274.233/0001-02	RIO DE JANEIRO	RJ
24	22/06	PROBITEC - PRODUTOS BETUMINOSOS E TECNOLOGIA DE APLICAÇÃO LTDA.	36.070.134/0001-26	RIO DE JANEIRO	RJ
25	380/05	STRATURA ASFALTOS S.A	59.128.553/0001-77	SÃO PAULO	SP
26	563/11	VIAPLAN ENGENHARIA LTDA.	80.024.557/0001-00	CURITIBA	PR
27	303/09	VIAPOL LTDA.	58.681.867/0001-30	CACAPAVA	SP
28	549/09	WBL NKN DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTES DE BETUMES LTDA.	83.325.456/0001-59	BELEM	PA

Fonte: Superintendência de Abastecimento - ANP

463

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Resolução de Diretoria nº 1, de 6 de janeiro de 2005, e considerando que compete à ANP regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de petróleo, gás natural e derivados, definido na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, como de utilidade pública, o que se exerce, entre outros, através do sistema de outorga de autorização;

considerando que asfaltos são derivados de petróleo; considerando a necessidade de uma legislação atualizada para regular a atividade de distribuição de asfaltos no país; considerando a necessidade de estabelecer requisitos mínimos, de caráter técnico, econômico e social, para ingresso e permanência de empresas na atividade de distribuição de asfaltos, em face de seu amplo uso e peculiaridades de seu manuseio;

considerando a necessidade de, independentemente do atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da atividade, obstar o ingresso e a manutenção de agente econômico na categoria de distribuidor de asfaltos presentes fundadas razões de interesse público, mediante processo administrativo no qual sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa;

considerando a necessidade de recadastrar as empresas que já exercem a atividade de distribuição de asfaltos, estabelecendo-lhes os requisitos mínimos citados anteriormente; e

considerando que o armazenamento e manuseio de asfaltos devem atender às normas técnicas e ambientais, torna público o seguinte ato:

Das Disposições Gerais

Art. 1º. Ficam estabelecidos, pela presente Resolução, os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos e a sua regulamentação.

Parágrafo único. A atividade de distribuição de que trata o caput deste artigo, considerada de utilidade pública, compreende a aquisição, armazenamento, transporte, aditivação, industrialização, misturas, comercialização, controle de qualidade e assistência técnica ao consumidor.

Das Definições

Art. 2º. Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições :

I - asfaltos - material de cor escura e consistência sólida ou semi-sólida composto de mistura de hidrocarbonetos pesados onde os constituintes predominantes são os betumes, incluindo os materiais betuminosos;

II - produtor - agente autorizado pela ANP a produzir asfaltos; e

III - consumidor final - pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza asfaltos como destinatário final, não comercializando o produto.

Da Autorização para o Exercício da Atividade de Distribuição

Art. 3º. A atividade de distribuição de asfaltos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que possuir autorização da ANP.

Art. 4º. O processo de autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos consistirá das seguintes fases:

I - habilitação; e

II - outorga da autorização.

Art. 5º. A fase de habilitação terá início com pedido de autorização formulado pela pessoa jurídica interessada por ficha cadastral preenchida, conforme instruções contidas no modelo estabelecido pela ANP no Anexo I desta Resolução, assinada por representante legal e instruída com os documentos relativos à:

I - habilitação jurídica e regularidade fiscal;

II - qualificação técnico-econômica; e

III - projeto de instalações.

Parágrafo único. Ainda que o pedido de autorização tenha sido registrado em protocolo, o não encaminhamento de quaisquer documentos relacionados com as qualificações jurídica, técnico-econômica e com

39

Art. 11. Após a declaração de que trata o artigo anterior, a outorga da autorização dependerá da comprovação, pela pessoa jurídica habilitada, em consonância com o estudo de viabilidade técnico-econômica do empreendimento, de que possui:

I - pelo menos 1 (uma) base de asfaltos, de uso exclusivo do distribuidor, própria ou arrendada, com instalações de armazenamento e distribuição que disponha de sistema de aquecimento, mistura, aditivação e distribuição, licenciada pelo órgão de meio ambiente competente e autorizada pela ANP a operar;

II - caminhões-tanque e carretas-tanque, próprios, afretados ou arrendados mercantilmente, exclusivamente para transporte de asfaltos e materiais betuminosos, licenciados pelo órgão competente, de forma a atender às normas de segurança de transporte de produto perigoso; e

III - laboratório próprio ou contrato com laboratório especializado para controle de qualidade e assistência técnica, que disponha dos equipamentos necessários para atender aos métodos de ensaio constantes das especificações brasileiras para asfaltos e materiais betuminosos.

IV - cópia autenticada do Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal relativo à(s) instalação(ões) de armazenamento, contemplando a descrição da atividade de distribuição de asfaltos;

(Nota)

V - comprovante da regular inscrição estadual, da matriz e das filiais relacionadas com a atividade de distribuição de asfaltos;

(Nota)

VI - comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, referente aos estabelecimentos matriz e filiais relacionados com a atividade de distribuição de asfaltos; e

(Nota)

VII - comprovação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido mediante atendimento aos níveis I, II e III, perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), constando todos os documentos no prazo de validade, da matriz e da(s) filial(is) relacionada(s) com a atividade de distribuição de asfaltos.

(Nota)

§ 1º A comprovação da condição de proprietário ou de arrendatário, de que trata o inciso I, deverá ser feita, respectivamente, mediante apresentação de cópia autenticada da Certidão do Registro de Imóveis ou do instrumento contratual de arrendamento.

§ 2º O instrumento contratual de arrendamento de que trata o parágrafo anterior deve ter prazo igual ou superior a 5 anos com expressa previsão de renovação, devidamente registrado em cartório, na forma de extrato, se for o caso.

Art. 12 Será indeferido o requerimento de autorização:

I - que não atender aos requisitos previstos no art. 6º, 7º e 11 desta Resolução;

II - que tiver sido instruído com declaração falsa ou inexata ou com documento falso ou inidôneo, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

III - de pessoa jurídica:

a) que estiver com a inscrição no CNPJ enquadrada como suspensa, inapta ou cancelada;

b) que estiver com seus dados cadastrais em desacordo com os registrados no CNPJ;

c) que funcionar em imóvel utilizado como moradia ou residência particular e destes não possuir separação física e acesso independente, observado o disposto na legislação técnica aplicável;

d) que esteja em débito, inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), constituído após decisão administrativa definitiva, decorrente do exercício de atividade regulada pela ANP, de acordo com a Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999;

e) de cujo quadro de administradores ou sócios participe pessoa física ou jurídica que tenha sido sócio ou administrador de pessoa jurídica que não tenha liquidado débito, inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), nos 5 (cinco) anos que antecederam à data do requerimento, constituído após decisão administrativa definitiva, decorrente do exercício de atividade regulada pela ANP, de acordo com a Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999; e

f) que, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento, teve autorização para o exercício de atividade regulada pela ANP cassada em decorrência de penalidade aplicada em processo com decisão definitiva, nos termos do art. 10 da Lei n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999.

§ 1º Não se aplica o disposto na alínea (e) do inciso III deste artigo quando o sócio ou administrador retirou-se do quadro societário ou de administradores da pessoa jurídica devedora antes do evento que deu origem ao débito.

§ 2º O disposto nas alíneas (d), (e) e (f) do inciso III deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas

autenticada de extrato do instrumento contratual que discipline essa relação jurídica, para fins de atualização cadastral.

Parágrafo único. Deverá ser observado, tanto pelo distribuidor cedente das instalações de armazenamento e distribuição quanto pelo cessionário, a manutenção da exigência estabelecida no inciso I do art. 11 desta Resolução.

Das Obrigações do Distribuidor

Art. 19. O distribuidor fica obrigado a:

I - informar, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, à ANP, em formato a ser definido, as vendas realizadas no mês anterior.

II - treinar seus empregados ou terceiros contratados quanto ao correto transporte, manuseio, distribuição e comercialização de asfaltos, em conformidade com legislação pertinente;

III - garantir as especificações técnicas quanto à qualidade dos asfaltos e materiais betuminosos, quando movimentado sob sua responsabilidade ou quando armazenado em instalações próprias, determinadas pela ANP e pelos Métodos Brasileiros (MB) da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (ABNT/IBP);

IV - comunicar, previamente, à ANP, as modificações ou as ampliações que pretender efetuar em suas instalações, quanto à capacidade de armazenamento;

V - transportar asfaltos de acordo com as exigências estabelecidas, por órgão competente, para esse tipo de carga;

VI - informar à ANP, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o término da operação de instalação ou de contrato que discipline a complementação da capacidade de tancagem operacional, prevista no art. 18 desta Resolução;

VII - permitir o livre acesso a agentes de fiscalização da ANP ou de órgãos conveniados às suas instalações, disponibilizando a documentação relativa à atividade de distribuição de asfaltos; e,

VIII - observar e respeitar as normas que regem a ordem econômica, a preservação do meio ambiente e a segurança do consumidor.

IX - manter atualizados os documentos das fases de habilitação e de outorga da autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos.

(Nota)

Parágrafo único. Considerando as distintas datas de validade das certidões federais perante o SICAF, fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento de notificação da ANP, para o encaminhamento do Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido mediante atendimento aos níveis I, II e III, perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), constando todos os documentos no prazo de validade, da matriz e da(s) filial(is) relacionada(s) com a atividade de distribuição de asfaltos.

(Nota)

Das Disposições Transitórias

Art. 20. Ficam concedidos os seguintes prazos ao distribuidor em operação na data de publicação desta Resolução:

I - 60 (sessenta) dias para atendimento às disposições estabelecidas no art. 6º desta Resolução;

II - 60 (sessenta) dias para encaminhar à ANP as informações relativas à aquisição e comercialização realizada por mês, por tipo de asfalto, no último ano civil de operação;

III - 90 (noventa dias) para celebração do contrato de que trata o art. 16 desta Resolução; e,

IV - 120 (cento e vinte) dias para atendimento às disposições estabelecidas no art. 11 desta Resolução.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, adota-se como distribuidor em operação, a empresa autorizada nos termos da Portaria MINFRA nº 756, de 24 de agosto de 1990, e que apresentou retirada de asfaltos de produtor nacional autorizado pela ANP ou importador no último ano civil.

Art. 21. Fica concedido à pessoa jurídica com pedido de autorização em análise na ANP, protocolado antes da publicação da presente Resolução e instruído com base nas disposições da Portaria MINFRA nº 756, de 24 de agosto de 1990, o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento às disposições estabelecidas no art. 5º desta Resolução, sob pena de indeferimento do referido pedido.

DDD		TELEFONE		DDD	FAX	CORREIO ELETRÔNICO	
FILIAL (rua, avenida etc.)		NÚMERO		COMPLEMENTO			
2	BAIRRO / DISTRITO		CEP				
MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
FILIAL (rua, avenida etc.)		NÚMERO		COMPLEMENTO			
3	BAIRRO / DISTRITO		CEP				
MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
03 ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA							
LOGRADOURO (rua, avenida etc.)		NÚMERO		COMPLEMENTO			
BAIRRO / DISTRITO		CEP		CORREIO ELETRÔNICO			
UMNICIPIO		UF	DDD	TELEFONE	DDD	FAX	
04 IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS E REPRESENTANTES LEGAIS (caso necessário, utilizar folha complementar)							
1	NOME (pessoa física) / NOME EMPRESARIAL (pessoa jurídica)		CPF / CNPJ DO SÓCIO		PART. %	INGRESSO	
2	NOME (pessoa física) / NOME EMPRESARIAL (pessoa jurídica)		CPF / CNPJ DO SÓCIO		PART. %	INGRESSO	
3	NOME (pessoa física) / NOME EMPRESARIAL (pessoa jurídica)		CPF / CNPJ DO SÓCIO		PART. %	INGRESSO	
05 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FC							
NOME (pessoa física)							
IDENTIDADE		CPF		QUALIFICAÇÃO			
LOCAL		DATA		ASSINATURA COM RECONHECIMENTO DE FIRMA(Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações acima prestadas)			

2 - Outras informações sobre o processo de autorização de distribuidoras podem ser obtidas no Centro de Relações com o Consumidor da ANP, pelo telefone 0800-900-267, ou na Superintendência de Abastecimento pelo telefone 21 3804-1014.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA FICHA CADASTRAL

01 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

O nome de fantasia deve corresponder ao constante do cartão do CNPJ

02 - ENDEREÇO

O endereço informado deve corresponder ao constante dos documentos entregues junto com a Ficha Cadastral.

03 - ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Endereço para o qual deverão ser remetidas correspondências para a distribuidora.

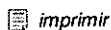
04 - IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS/ACIONISTAS

Preencher esse quadro com os dados de cada sócio ou acionista que compõem o quadro societário da empresa. Caso o quadro não seja suficiente para relatar todos os sócios ou acionistas, deve ser utilizada folha avulsa para complementar as informações. Observações:

- o campo "Part. %" deve ser preenchido com a participação percentual de cada sócio ou acionista no capital da empresa;
- o campo "Ingresso" deve ser preenchido com a data de ingresso de cada sócio ou acionista na empresa.

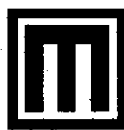
05 - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FCD

Em qualquer das hipóteses de uso (autorização ou atualização cadastral), a Ficha Cadastral deverá ser assinada, com firma reconhecida, por um dos sócios da empresa ou por procurador que tenha poderes para esse fim.



imprimir

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União"



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

63
~~20~~

DOCUMENTO 5

64

DECLARAÇÃO

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A., sociedade por ações inscrita no **CNPJ/MF** com n. **03.354.176/0004-82**, com principal estabelecimento na Via Primária e Secundária 3, Quadra 07, Lotes 01 a 10, Distrito Agroindustrial, município de Goianira, Goiás, CEP 75.370-000, juntamente com seus demais CNPJs/MF ns. **03.354.176/0001-30 (Palmas/TO)**, **03.354.176/0003-00 (Candeias/BA)**, **03.354.176/0002-10 (Betim/MG)**, **03.354.176/0005-63 (Fortaleza/CE)**, **03.354.176/0008-06 (Paulínia/SP)**, e **03.354.176/0007-25 (Araguatins/TO)**, neste ato representada por seu Diretor Presidente **ÁLVARO CASTRO MORAIS**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, Goiás, na Rua 86-C, nº 64, Setor Sul, inscrito no CPF/MF sob o n. 122.477.741-72 e RG n. 451748 SSP/GO, **DECLARA** para todos os fins de direito e sob as responsabilidades legais que atende o disposto no artigo 48 da Lei n. 11.101/2005 e que exerce regularmente sua atividade há mais de dois anos.

DECLARA, ainda, que nunca teve sua quebra decretada e que não obteve os favores da recuperação judicial anteriormente.

ATESTA, por fim, que seus sócios nunca foram condenados pela prática de crime falimentar.

Por ser verdade, firma presente.

Goianira, 20 de novembro de 2012.



INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

67
26

DOCUMENTO 6

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A


CNPJ/MF 03.354.176/0001-30

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

(Em Reais)

ATIVO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2009	2008		2009	2008
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	584.149	1.974.466	Empréstimos e financiamentos	4.008.706	4.321.873
Contas a receber	8.167.072	7.114.642	Fornecedores	7.082.469	1.667.939
Estoques	2.450.381	827.182	Obrigações trabalhistas	170.987	137.468
Tributos a recuperar	583.623	186.105	Obrigações tributárias	3.324.455	3.468.965
Créditos diversos	3.704.650	1.109.784	Contas a pagar	221.757	46.283
Despesas antecipadas	227.374	55.921	Adiantamento de clientes	528.980	210.343
Total do ativo circulante	15.717.449	11.268.100	Total do passivo circulante	15.337.355	9.873.091
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Contas a receber de partes relacionadas	432.980	251.703	Empréstimos e Financiamentos	4.853.374	3.511.281
Depósitos Judiciais	376.783	382.529	Contas a pagar	889.133	979.893
Outros Créditos	113.828	103.828	Obrigações Tributárias parceladas	1.043.131	923.696
	923.591	738.060	Impostos diferidos	1.904.260	1.904.260
Investimentos	1.027.380	863.600	Total do passivo não circulante	8.689.898	7.318.730
Imobilizado líquido	18.511.679	14.159.349	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	20.462.650	15.761.009	Capital Social	5.200.000	5.200.000
Total do ativo	36.180.099	27.029.109	Reserva de Capital	5.279.271	3.868.339
			Reservas de reavaliação	3.618.243	3.618.243
			Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.944.668)	(2.861.489)
				12.152.846	9.837.289
			Total do passivo e patrimônio líquido	36.180.099	27.029.109


ALVARO CASTRO MORAIS
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF/MF 122.677.741-72


ALESSANDRO MANOEL PATROCÍNIO
 CONTADOR-CRC GO 018294/O-4 8-TO
 CPF/MF 864.325.731-48


INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

CNPJ/MF: 03.354.176/0001-30

**Demonstrações do resultado dos exercícios findos em
31 de Dezembro de 2009 e 2008**

(Em Reais)

	2009	2008
Receita de Venda de Produtos / Serviços	65.420.018	61.767.414
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(13.953.758)	(14.224.082)
Receita operacional líquida	51.466.260	47.543.332
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(41.913.375)	(40.694.348)
Lucro bruto	9.550.885	6.848.984
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas, comerciais e gerais	(6.536.470)	(4.490.492)
Despesas tributárias	(556.426)	(1.108.964)
Despesas financeiras	(1.883.580)	(1.910.205)
Receitas financeiras	295.027	919.663
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.683.449)	(6.589.998)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias	867.436	258.986
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	867.436	258.986
Provisão para imposto de renda	-	(137.153)
Provisão para contribuição social	-	(38.004)
Prejuízo líquido do exercício	867.436	63.829


ALVARO CASTRO MORAIS
 DIRETOR PRESIDENTE
 CPF: 122.477.741-72



ALESSANDRO MANOEL PATROCÍNIO
 CONTADOR-CRC GO 015284/O-4 S-TD
 CPF: 864.323.751-68

Fig. 35

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

CNPJ/MF: 03.344.176/0001-30

Demonstração dos fluxos de caixa para exercício findo em
dezembro de 2009

31 de

(Em Real)

	2009	2008
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	867.436	63.529
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	2.340.669	1.269.825
Reserva de reavaliação		(950.368)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(1.052.430)	(94.019)
Estoques	(1.623.399)	(34.318)
Tributos a recuperar	(397.518)	(89.448)
Créditos diversos	(2.770.573)	(715.567)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	5.443.899	(1.042.111)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(151.191)	922.675
Adiantamento de clientes	318.637	162.630
Contas a pagar	85.115	(6.230)
Outros passivos	119.454	404.805
Caixa proveniente das operações	3.200.100	(99.027)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	3.200.100	(99.027)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de investimentos	(163.780)	(177.891)
Acréscimo de imobilizado	(5.693.019)	(4.627.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.856.799)	(4.805.821)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	1.028.927	2.915.958
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	1.028.927	2.915.958
Das atividades de financiamento com acionistas		
Constituição de reserva de capital	1.418.732	3.171.446
Contas a receber de partes relacionadas	(161.277)	(1.880)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	1.257.455	3.169.566
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.590.517)	1.590.576
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.974.466	593.490
No fim do exercício	584.149	1.974.466
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	1.390.317	1.380.976

ALVARO CASTRO MORAIS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 122.677.763-72

ALEXSANDRO MANOEL PATROCÍNIO
CONTADOR-CRC GO 01204/0-4 E-TU
CPF: 964.328.791-64

69
20

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em Reais)

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2010	2009
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.163.250	584.149
Contas a receber	14.148.573	8.167.072
Estoques	7.676.911	2.450.561
Tributos a recuperar	853.366	583.623
Créditos diversos	5.199.216	3.704.650
Despesas antecipadas	75.135	227.374
Total do ativo circulante	31.116.470	15.717.449
Ativo Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de partes relacionadas	407.093	432.980
Depósitos judiciais	380.283	376.763
Outros créditos	118.828	113.828
Total do Realiz. longo prazo	906.204	923.571
Investimentos	1.335.982	1.027.380
Imobilizado líquido	21.084.138	18.511.679
Total do ativo não circulante	23.326.324	20.462.650
Total do ativo	54.442.794	36.180.099
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos	13.440.896	4.008.706
Fornecedores	8.891.416	7.062.469
Obrigações trabalhistas	319.462	170.987
Obrigações tributárias	2.625.107	3.324.456
Obrigações tributárias parceladas	-	-
Contas a pagar	316.550	221.757
Adiantamento de clientes	648.677	528.980
Total passivo circulante	26.242.137	15.337.355
Passivo Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	5.536.012	4.853.374
Titulos a pagar	936.579	889.133
Obrigações tributárias parceladas	2.196.187	1.043.131
Impostos diferidos	1.770.656	1.904.260
Provisões fiscais	2.287.200	-
Total passivo não circulante	12.736.633	8.689.898
Patrimônio Líquido		
Capital Social	10.000.000	5.200.000
Reserva de capital	3.470.675	5.279.271
Reserva de reavaliação	3.362.080	3.618.243
Lucros ou prejuízos acumulados	(1.368.731)	(1.944.668)
Total do patrimônio líquido	15.464.025	12.152.846

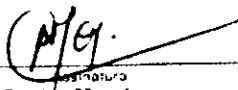
Álvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72

Cassius Rodrigues Pimenta
Conselheiro CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 888.641.401-15


30

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2010 e 2009
(em Reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de Venda de Produtos/Serviços	114.898.910	65.420.018
Deduções da receita	<u>(28.267.422)</u>	<u>(13.955.758)</u>
Receita Operacional Líquida	86.631.488	51.464.260
 Custo dos produtos e mercadorias vendidas	 (68.947.209)	 (41.913.375)
Lucro Bruto	<u>17.684.279</u>	<u>9.550.885</u>
 Subvenções para Investimentos	 -	 -
 Despesas Operacionais		
Despesas de Vendas	(1.665.534)	-
Despesas Administrativas	(7.460.263)	(6.536.470)
Despesas Tributárias	(1.045.458)	(556.426)
Resultado Financeiro	(4.742.093)	(1.885.580)
Resultado Outras Despesas/Receitas	5.271	295.027
	<u>(14.908.076)</u>	<u>(8.683.449)</u>
 Lucro operacional antes das participações societárias	<u>2.776.203</u>	<u>867.436</u>
Lucro antes da provisão para o IRPJ/CSLL	2.776.203	867.436
 Provisão para o imposto de renda	670.051	-
Provisão para contribuição social	249.858	-
 Lucro líquido do exercício	<u><u>1.856.294</u></u>	<u><u>867.436</u></u>



Alvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72

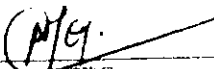



Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15

31

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstração dos Fluxos de caixa findos em
31 de dezembro de 2010 e 2009
(em Reais)

	2010	2009
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício	1.856.294	867.436
Ajustes por:		
Depreciação	3.350.621	2.340.689
Aumento ou Diminuição dos Ativos		
Clientes	(5.981.501)	(1.052.430)
Estoques	(5.226.330)	(1.623.399)
Tributos a Recuperar	(269.763)	(397.518)
Créditos Diversos	(1.350.827)	(2.770.573)
Aumento ou Diminuição do Passivo		
Fornecedores	1.808.947	5.443.899
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(550.843)	(131.191)
Adiantamento de Clientes	119.697	318.637
Contas a Pagar	94.793	85.115
Outros Passivos	1.066.898	119.434
Caixa Líquido Proveniente das Operações	(5.082.013)	3.200.100
Fluxo de Caixa das Operações de Investimentos		
Aumento ou Diminuição dos Investimentos	(308.602)	(163.780)
Aumento ou Diminuição do Imobilizado	(5.162.402)	(6.693.019)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(5.471.004)	(6.856.799)
Fluxo de Caixa das Atividade de Financiamento		
Aumento de Empréstimos	10.114.828	1.028.927
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	10.114.828	1.028.927
Das atividades de Financiamentos com Acionistas		
Constituição de Reserva de Capital	2.991.404	1.418.732
Contas a Receber de partes relacionadas	25.887	(181.277)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento com Acionistas	3.017.291	1.237.455
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.579.102	(1.390.317)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	584.149	1.974.466
No Fim do Exercício	3.163.250	584.149

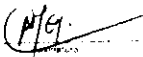

Álvaro Castro Morais
 Diretor Presidente
 CPF (MF) nº. 122.477.741-72



Cássius Rodrigues Pimenta
 Contador CRC GO 014601/O-0
 CPF (MF) nº. 688.641.401-15

72

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2011	2010	2011	2010	
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.236.486	3.163.250	Empréstimos e financiamentos	7.897.700	13.440.896
Contas a receber	6.364.517	14.148.573	Fornecedores	1.093.927	8.891.416
Estoque	8.639.621	7.676.911	Obrigações trabalhistas	547.434	319.492
Tributos a recuperar	1.028.494	853.386	Obrigações tributárias	3.355.467	2.625.107
Créditos diversos	2.632.563	5.199.216	Obrigações tributárias parceladas	1.941.793	-
Despesas antecipadas	94.487	75.135	Contas a pagar	405.024	316.550
Total do ativo circulante	20.016.168	31.116.470	Adiantamento de clientes	1.323.494	648.677
			Total passivo circulante	16.564.838	26.242.137
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Contas a receber de partes relacionadas	677.655	407.093	Empréstimos e financiamentos	9.913.643	5.536.012
Depósitos judiciais	459.236	380.283	Fornecedores	3.069	936.579
Outros créditos	140.395	118.828	Obrigações tributárias parceladas	2.282.296	2.196.167
Total do Realiz. longo prazo	1.277.285	906.204	Impostos diferidos	1.770.656	1.770.656
			Provisões fiscais	2.297.200	2.297.200
Investimentos	1.350.337	1.335.962	Total passivo não circulante	16.266.865	12.736.633
Imobilizado líquido	20.641.568	21.084.138	Patrimônio Líquido		
Total do ativo não circulante	23.269.191	23.326.324	Capital Social	10.000.000	10.000.000
			Reserva de capital	3.470.675	3.470.675
			Reservas de reavaliação	3.362.080	3.362.080
			Lucros ou prejuízos acumulados	(6.379.100)	(1.368.731)
			Total do patrimônio líquido	10.453.656	15.464.025
Total do ativo	43.285.359	54.442.794		43.285.359	54.442.794

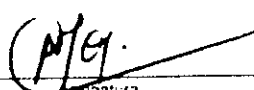

Alvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72



Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15

33

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) n°. 03.354.176/0001-30
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2011 e 2010
(em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita de Venda de Produtos/Serviços	69.811.514	114.898.910
Deduções da receita	<u>(16.957.045)</u>	<u>(28.267.422)</u>
Receita Operacional Líquida	52.854.468	86.631.488
 Custo dos produtos e mercadorias vendidas	 (42.113.301)	 (68.947.209)
 Lucro Bruto	 <u>10.741.167</u>	 <u>17.684.279</u>
 Subvenções para Investimentos	 2.400.968	 -
 Despesas Operacionais		
Despesas de Vendas	(1.513.737)	(1.665.534)
Despesas Administrativas	(8.175.344)	(7.460.263)
Despesas Tributárias	(1.260.417)	(1.045.458)
Resultado Financeiro	(7.670.616)	(4.742.093)
Resultado Outras Despesas/Receitas	<u>(860.383)</u>	<u>5.271</u>
	(19.480.498)	(14.908.076)
 Lucro operacional antes das participações societárias	 <u>(6.338.363)</u>	 <u>2.776.203</u>
Lucro antes da provisão para o IRPJ/CSLL	<u>(6.338.363)</u>	<u>2.776.203</u>
 Provisão para o imposto de renda	 -	 670.051
Provisão para contribuição social	-	249.858
 Lucro líquido do exercício	 <u>(6.338.363)</u>	 <u>1.856.294</u>



Álvaro Castro Morais
Diretor Presidente
CPF (MF) n°. 122.477.741-72



Cássius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) n°. 688.641.401-15

24

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstração dos Fluxos de caixa findos em
31 de dezembro de 2011 e 2010
(em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício	(6.338.363)	1.856.294
Ajustes por:		
Depreciação	3.787.164	3.350.621
Aumento ou Diminuição dos Ativos		
Clientes	(7.764.056)	(5.981.501)
Estoques	962.710	(5.226.330)
Tributos a Recuperar	175.107	(269.763)
Créditos Diversos	2.547.300	(1.350.827)
Aumento ou Diminuição do Passivo		
Fornecedores	7.797.489	1.808.947
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	958.302	(550.843)
Adiantamento de Clientes	674.817	119.697
Contas a Pagar	88.475	94.793
Outros Passivos	-	1.066.898
Caixa Líquido Proveniente das Operações	<u>2.888.946</u>	<u>(5.082.013)</u>
Fluxo de Caixa das Operações de Investimentos		
Aumento ou Diminuição dos Investimentos	14.355	(308.602)
Aumento ou Diminuição do Imobilizado	442.570	(5.162.402)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>456.925</u>	<u>(5.471.004)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Empréstimos	-5.543.196	10.114.828
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(5.543.196)</u>	<u>10.114.828</u>
Das atividades de Financiamentos com Acionistas		
Constituição de Reserva de Capital		2.991.404
Contas a Receber de partes relacionadas	270.561	25.887
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento com Acionistas	<u>270.561</u>	<u>3.017.291</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(1.926.764)</u>	<u>2.579.102</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	3.163.250	584.149
No Fim do Exercício	1.236.486	3.163.250



Álvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72



Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15

35
0

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Balanços Patrimoniais em 30 de setembro de 2012
(em Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2012	2011		2012	2011
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	281.909	1.236.486	Empréstimos e financiamentos	12.394.022	7.897.700
Contas a receber	6.292.835	6.384.517	Fornecedores	2.406.877	1.093.927
Estoques	9.213.058	8.639.621	Obrigações trabalhistas	1.464.925	547.434
Tributos a recuperar	1.034.324	1.028.494	Obrigações tributárias	3.287.797	3.355.467
Créditos diversos	2.420.424	2.632.563	Obrigações tributárias parceladas	3.514.866	1.941.793
Despesas antecipadas	56.672	94.487	Contas a pagar	22.876	405.024
Total do ativo circulante	19.299.221	20.016.168	Adiantamento de clientes	2.473.120	1.323.494
			Total passivo circulante	25.564.883	16.564.838
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Contas a receber de partes relacionadas	705.104	677.655	Empréstimos e financiamentos	11.815.889	9.913.643
Depósitos judiciais	529.557	459.236	Fornecedores	652.038	3.069
Outros créditos	140.395	140.395	Obrigações tributárias parceladas	1.987.725	2.282.298
Total do Realiz. longo prazo	1.375.056	1.277.285	Impostos diferidos	1.770.656	1.770.656
			Provisões fiscais	2.297.200	2.297.200
			Total passivo não circulante	16.523.508	16.266.865
Investimentos	1.383.399	1.350.337	Patrimônio Líquido		
Imobilizado líquido	18.567.751	20.641.568	Capital Social	10.000.000	10.000.000
Total do ativo não circulante	21.306.206	23.269.191	Reserva de capital	3.470.675	3.470.675
			Reservas de reavaliação	3.362.080	3.362.080
			Lucros ou prejuízos acumulados	(20.315.319)	-6.379.100
			Total do patrimônio líquido	(3.482.544)	10.453.658
Total do ativo	40.605.428	43.285.359		40.605.427	43.285.359

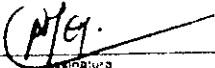

Alvaro Castro Morais
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72



Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15

36

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstrações do resultado dos exercícios em 30 de setembro de 2012
(em Reais)

	<u>2012</u>
Receita de Venda de Produtos/Serviços	14.798.050
Deduções da receita	<u>(4.416.270)</u>
Receita Operacional Líquida	10.381.780
 Custo dos produtos e mercadorias vendidas	 (9.534.466)
 Lucro Bruto	 <u>847.315</u>
 Subvenções para Investimentos	 471.768
 Despesas Operacionais	
Despesas de Vendas	(450.437)
Despesas Administrativas	(3.707.009)
Despesas Tributárias	(747.143)
Resultado Financeiro	(3.224.630)
Resultado Outras Despesas/Receitas	<u>(911.609)</u>
	(9.040.828)
 Lucro operacional antes das participações societárias	 <u>(7.721.744)</u>
Lucro antes da provisão para o IRPJ/CSLL	(7.721.744)
 Provisão para o imposto de renda	 -
Provisão para contribuição social	-
 Lucro líquido do exercício	 <u><u>(7.721.744)</u></u>



Álvaro Castro Morais
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72


Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15

27

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstração dos Fluxos de caixa findos em
30 de setembro de 2012
(em Reais)

	<u>2012</u>
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do Exercício	(7.721.744)
Ajustes por:	
Depreciação	1.747.727
Aumento ou Diminuição dos Ativos	
Clientes	(91.682)
Estoques	(573.437)
Tributos a Recuperar	(5.830)
Créditos Diversos	(179.634)
Aumento ou Diminuição do Passivo	
Fornecedores	1.312.950
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	2.422.894
Adiantamento de Clientes	1.149.627
Contas a Pagar	(382.148)
Outros Passivos	3.829.717
Caixa Líquido Proveniente das Operações	<u><u>1.508.439</u></u>
Fluxo de Caixa das Operações de Investimentos	
Aumento ou Diminuição dos Investimentos	(13.062)
Aumento ou Diminuição do Imobilizado	2.073.816
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>2.060.754</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Aumento de Empréstimos	(4.496.323)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(4.496.323)</u>
Das atividades de Financiamentos com Acionistas	
Constituição de Reserva de Capital	
Contas a Receber de partes relacionadas	(27.449)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento com Acionistas	<u>(27.449)</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>(954.578)</u></u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No Início do Exercício	1.236.486
No Fim do Exercício	281.909


Álvaro Castro Morais
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72


Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) nº. 688.641.401-15



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS


38
6


DOCUMENTO 7

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ/MF: 03.354.176/0001-30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

(Em Real)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	5.200.000	689.093	4.369.211	(2.608.268)	7.650.036
Aumento de capital					
Constituição de Reserva de Capital		3.171.446			3.171.446
Constituição de Reserva de Reavaliação			(950.968)		(950.968)
Ajuste de exercício anterior				(297.056)	(297.056)
Prejuízo líquido do exercício				63.830	63.830
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	5.200.000	3.840.599	3.618.243	(2.841.494)	9.817.358
Constituição de Reserva de Capital		1.418.732			1.418.732
Realização da reserva de reavaliação				29.389	29.389
Ajuste de exercício anterior				867.436	867.436
Prejuízo líquido do exercício					
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	5.200.000	5.259.331	3.618.243	(1.944.668)	12.132.906

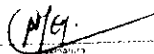

ALVARO CASTRO MORAES
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 122.677.761-72



ALESSANDRO MANOEL PATROCÍNIO
CONTADOR-CRC GO 019204/O-4 B-TO
CPF: 864.325.751-68

80

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) nº. 03.354.176/0001-30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em
31 de dezembro de 2010 e 2009
(em Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.200.000	3.850.539	3.618.243	(2.841.494)	9.837.288
Aumento de Capital					-
Constituição de Reserva de Capital		1.418.732			1.418.732
Constituição de Reserva de Reavaliação				29.389	29.389
Ajuste de Exercício Anterior				887.436	887.436
Lucro Líquido do Exercício					
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.200.000	5.279.271	3.618.243	(1.944.669)	12.152.845
Aumento de Capital	4.800.000				4.800.000
Constituição de Reserva de Capital		(1.808.596)			(1.808.596)
Constituição de Reserva de Reavaliação			(256.162)		(256.162)
Ajuste de Exercício Anterior				(1.280.357)	(1.280.357)
Lucro Líquido do Exercício				1.856.294	1.856.294
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(1.368.732)	15.464.023

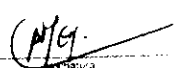

Álvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) nº. 122.477.741-72


Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014801/O-0
CPF (MF) nº. 688.841.401-15

81

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) 03.354.176/0001-30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em
31 de dezembro de 2011 e 2010
(em Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	6.200.000	5.279.271	3.618.243	(1.944.668)	12.152.846
Aumento de Capital	4.800.000				4.800.000
Constituição de Reserva de Capital		(1.808.596)			(1.808.596)
Constituição de Reserva de Reavaliação			(256.162)		(256.162)
Ajuste de Exercício Anterior				(1.280.357)	(1.280.357)
Lucro Líquido do Exercício				1.856.294	1.856.294
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(1.368.730)	16.464.026
Aumento de Capital					-
Constituição de Reserva de Capital					-
Constituição de Reserva de Reavaliação				1.327.995	1.327.995
Ajuste de Exercício Anterior				(6.338.363)	(6.338.363)
Prejuízo do Exercício					
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(6.379.098)	10.453.658

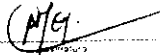

Álvaro Castro Moraes
Diretor Presidente
CPF (MF) n°. 122.477.741-72


Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014801/O-0
CPF (MF) n°. 688.641.401-16

82

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A
CNPJ (MF) n°. 03.354.176/0001-30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de setembro de 2012
(em Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(1.368.730)	15.464.026
Aumento de Capital					-
Constituição de Reserva de Capital					-
Constituição de Reserva de Reavaliação				1.327.995	1.327.995
Ajuste de Exercício Anterior				(6.338.363)	(6.338.363)
Lucro Líquido do Exercício					
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(6.379.097)	10.453.658
Aumento de Capital					-
Constituição de Reserva de Capital					-
Constituição de Reserva de Reavaliação					-
Ajuste de Exercício Anterior				(6.214.476)	(6.214.476)
Prejuízo do Exercício				(7.721.744)	(7.721.744)
Saldo em 30 de Setembro de 2012	10.000.000	3.470.675	3.362.081	(20.315.318)	(3.482.564)


Álvaro Castro Morais
Diretor Presidente
CPF (MF) n°. 122.477.741-72


Cassius Rodrigues Pimenta
Contador CRC GO 014601/O-0
CPF (MF) n°. 688.641.401-15



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

83
26

DOCUMENTO 8

Fluxo Projetado

2012- PREVISÃO

dezembro-12

RECEITAS DE VENDAS

Vendas Industrializadas	R\$	500.000,00
Revenda Publico	R\$	208.000,00
Revenda Privado	R\$	782.000,00

CTRC

Outras receitas

(+) TOTAL RECEITA	R\$	1.490.000,00
--------------------------	------------	---------------------

(-) TOTAL GERAL DESPESAS	R\$	1.668.562,27
---------------------------------	------------	---------------------

SALDO -R\$ 178.562,27**IMPOSTOS**

0,21% Pis/Pasep	R\$	3.115,59
0,96% Cofins	R\$	14.342,74
0,03% IPI (PMF)	R\$	447,00
3,21% ICMS (Médio Unidades)	R\$	47.879,66
0,27% Fundo de Desenvolvimento Econômico	R\$	3.999,16
0,03% ISS / ISQN (imposto sobre serviço de qualquer nat	R\$	456,31
IRRF	R\$	-
CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido)	R\$	-
Parcelamento ICM 'S (GYN/BA)		54.836,38
Imposto de Renda PF	R\$	-
Imposto de Renda PJ	R\$	-
(-) TOTAL IMPOSTOS	R\$	125.076,84
Saldo Após Impostos	R\$	1.364.923,16

CUSTO FIXO

Folha de Pagamento Líquida	R\$	93.000,00
PJ Florisvaldo	R\$	3.000,00
PJ Tadeu	R\$	3.450,00
PJ Edilson	R\$	5.000,00
PJ Marcos Daher	R\$	5.000,00
PJ Tales	R\$	2.500,00

(-) Folha de Pessoal	R\$	111.950,00
-----------------------------	------------	-------------------

39,40% INSS (sobre o bruto)	R\$	36.640,51
10,94% FGTS (sobre o bruto)	R\$	10.177,92
13º Salário CLT	R\$	45.000,00
13º Salário PJ	R\$	18.950,00
Férias (rateio Mensal) 1/3		
Seconci + Acipa + CIEE	R\$	345,00

82

Contribuições	R\$	1.045,35
(-) Encargos sobre a Folha de Pessoal	R\$	112.158,78
Vale Transporte	R\$	6.051,00
Alimentação	R\$	7.070,00
(-) Benefícios e outros	R\$	13.121,00
HPS	R\$	3.100,00
Seguro Frota / Passeio	R\$	9.438,60
Seguro Ambiental		
IPVA/Licenciamento	R\$	5.283,37
0,03% Pedágio	R\$	447,00
(-) Frota	R\$	18.268,97
0,20% Telefonia Móvel	R\$	2.980,00
0,15% Telefonia Fixa	R\$	2.235,00
Modem Oi (Financeiro)	R\$	80,00
Internet Embratel (Vip Especial)	R\$	2.803,08
Internet Embratel (Link Dedicado TO)	R\$	1.457,00
Internet Radio da Bahia	R\$	475,00
(-) Telefonia + Internet	R\$	10.030,08
Totv's	R\$	4.888,64
Locaweb	R\$	113,10
Advogado Rafael	R\$	3.711,95
Marol Contabilidade	R\$	11.380,00
Advogado Thiago (Marlos Nogueira)	R\$	6.000,00
S&V Segurança Candeias	R\$	5.456,78
Caixa Advogados	R\$	500,00
Aviso Urgente	R\$	240,00
Advogado Fabrício - Palmas/TO	R\$	622,00
Serasa	R\$	1.075,00
BPM e Marlus Assessoria/ Jose Vittorato	R\$	27.000,00
Adv. Candeias Zarvão	R\$	4.400,00
(-) Prestação de Serviços	R\$	65.387,47
Sala Betim	R\$	430,00
(-) Aluguéis	R\$	430,00
Aluguel Tadeu	R\$	1.400,00
Aluguel Edineis	R\$	1.000,00
Aluguel Nilson	R\$	895,00
Aluguel Edilson	R\$	900,00
Aluguel Mauro Moura	R\$	550,00
Aluguel Dayvisson	R\$	600,00
Gasolina Tadeu	R\$	300,00

1302,84

86
2

Gasolina Edineis	R\$	200,00
(-) Complemento Salarial	R\$	5.845,00
0,02% Água + Esgoto - Matriz	R\$	727,64
Água + Esgoto - Garagem		
0,02% Água + Esgoto - Goianira	R\$	298,00
0,04% Água + Esgoto - Candeias	R\$	566,20
0,29% Energia Elétrica - Matriz	R\$	5.000,00
Energia Elétrica - Garagem	R\$	100,00
0,29% Energia Elétrica - Goianira	R\$	5.000,00
0,26% Energia Elétrica - Candeias	R\$	3.700,00
IPTU Palmas - Matriz		
IPTU Candeias		
ITR Terreno Araguatins		
(-) Energia + Água + IPTU	R\$	15.391,84
Banco Bradesco S.A. 3684-6 0028280-4	R\$	15,00
Banco Bradesco S.A. 3684-6 0028280-1	R\$	15,00
Banco Bradesco S.A. 3684-6 0028280-2	R\$	15,00
Banco do Brasil S.A. 3962-4 31757-8	R\$	15,00
Banco Cruzeiro do Sul S.A. 0001 7892-8	R\$	15,00
Banco Cruzeiro do Sul S.A. 0001 7891-0	R\$	15,00
Banco Daycoval S.A. 0019 7023350	R\$	15,00
Banco Daycoval S.A. 0019 693923-2	R\$	15,00
Bic Banco S.A. 0018 14.101931-2	R\$	15,00
Bic Banco S.A. 0018 42.101341-1	R\$	15,00
Bic Banco S.A. 0018 42.102077-9	R\$	15,00
Bic Banco S.A. 0019 14.100496-8	R\$	15,00
Bic Banco S.A. 0018 42.101932-0	R\$	15,00
Banco Intermedium S.A. 0019 2833026-0	R\$	15,00
Banco Intermedium S.A. 0019 2833026-0	R\$	15,00
Banco Itaú S.A. 4425 12915-4	R\$	15,00
Banco Itaú S.A. 4425 16603-2	R\$	15,00
Banco Itaú S.A. 8626 01578-1	R\$	15,00
Banco Mercantil do Brasil S.A. 0027 02014097-9	R\$	15,00
Banco Mercantil do Brasil S.A. 0027 09014290-5	R\$	15,00
Banco Santander S.A. 3444 13-001356-8	R\$	15,00
Banco Santander S.A. 3444 13-001356-8	R\$	15,00
Banco Safra S.A. 3600 021019-8	R\$	15,00
Banco Safra S.A. 3600 132618	R\$	15,00
Caixa Economica Federal S.A. 2525 30226-5	R\$	15,00
Caixa Economica Federal S.A. 2525 26608	R\$	15,00
Banco Tricury 2377 1006976	R\$	15,00
(-) Manutenção Conta Bancária + Cartões	R\$	405,00
(-) TOTAL CUSTO FIXO	R\$	352.988,14
Saldo Após Custo Fixo	R\$	1.011.935,02

87
2

CUSTO VARIÁVEL

60,00%	Petrobras	R\$	894.000,00
	Multa Petrobras - Saldo de Cota		
0,50%	Prana (emulsivos)	R\$	7.450,00
1,50%	Quimigel		
0,50%	Silical	R\$	7.450,00
0,40%	Impetrol (ácido clorídrico)		
	Lanxess	R\$	103.425,00
0,40%	AkzoNobel		
	Outros		
	(-) Insumos - Matéria-Prima	R\$	1.012.325,00
5,59%	Combustível	R\$	91.750,00
	Manutenção de Veículo Próprio	R\$	7.500,00
0,00%	Variação Salário Motoristas*	R\$	4.300,00
	Multas e Autos de Infração		
0,50%	HotShop diária Motoristas	R\$	7.450,00
	Fretes/Carretos	R\$	1.200,00
	Capacitações (CIPP)	R\$	416,67
	Despachante - Emplacamentos (FF Log Adm)		
	(-) Transporte	R\$	112.616,67
0,05%	Manutenção Industrial	R\$	745,00
0,20%	Óleo para Caldeira	R\$	1.500,00
0,00%	Gás Caldeira	R\$	-
	Laudos Técnico		
	(-) Fábrica + Técnica	R\$	2.245,00
0,09%	Verbas rescisórias		
0,20%	Comissão Comercial	R\$	2.980,00
	Indenizações Trabalhistas		
	Laudos Psicotécnico		
0,01%	Exames Admissionais e Demissionais	R\$	74,50
	Uniformes		
	(-) Pessoal	R\$	3.054,50
0,07%	Taxas, Certidões e Licenças	R\$	1.043,00
0,04%	Copa e cozinha	R\$	596,00
0,02%	Material de Escritório	R\$	298,00
0,01%	Correios (FF)	R\$	149,00
0,07%	Serasa (Financeiro)	R\$	1.043,00
	Custas Processuais - Recursos*		
	Correspondentes Jurídicos	R\$	500,00
	(-) Administrativas	R\$	3.629,00
0,23%	Candeias (209)	R\$	5.000,00
0,05%	Betim (221)	R\$	1.500,00
0,20%	Transporte (220)	R\$	5.000,00
0,07%	Palmas (210)	R\$	3.000,00

88
26

0,15% Transporte ADM (218)	R\$	1.500,00
Goianira	R\$	3.500,00

(-) Fundo Fixo	R\$	19.500,00
-----------------------	------------	------------------

0,15% Viagens e Estadias (incluso Passagens Aéreas)	R\$	4.550,00
---	-----	----------

Adiantamento de Viagens

0,05% RDV	R\$	4.332,12
-----------	-----	----------

0,04% Manutenção Predial / Equipamentos	R\$	596,00
---	-----	--------

Hospedagem	R\$	1.574,00
------------	-----	----------

(-) Outras Despesas	R\$	11.052,12
----------------------------	------------	------------------

(-) TOTAL CUSTO VARIÁVEL	R\$	1.164.422,29
---------------------------------	------------	---------------------

Saldo Após Custo Variável	-R\$	152.487,27
---------------------------	------	------------

2,50% Juros de descontos	R\$	26.075,00
--------------------------	-----	-----------

IOF

Juros Cheque Especial

Juros Conta Garantida

Juros Financiamentos

Tarifas

(-) CUSTO FINANCEIRO	R\$	26.075,00
-----------------------------	------------	------------------

Saldo Após Custo Financeiro	-R\$	178.562,27
-----------------------------	------	------------



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

99
7

DOCUMENTO 11

100
8

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA.
CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

ÁLVARO CASTRO MORAIS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua 86-C, nº 64, Setor Sul, Goiânia (GO), portador da Carteira de Identidade nº 451.748 - SSP(GO) e do CPF (MF) nº 122.477.741-72; **FLÁVIO RAMOS**, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado à SHIS, QI 09, Conjunto 19, Casa 08, Brasília (DF), portador da Carteira de Identidade nº 1420-OAB-DF e CPF (MF) nº 023.220.561-20; **LUCIANO CAPUZZO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado à ARSE 71, QI 03, Lote 17/18, Palmas (TO), portador da Carteira de Identidade nº 1.680.312 - SSP(GO) e do CPF (MF) nº 485.150.191-91; **MARCELO TERRA PEIXOTO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado à SHIS, QI 11, Conjunto 06, Casa 09, Lago Sul, Brasília(DF), portador da Carteira de Identidade nº 885/D-CREA (DF) e CPF (MF) nº 038.810.591-72; **RONALDO ASPESI**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado à Alameda dos Crisântemos, Quadra 14-A, Lote 10, Jardins Viena, Aparecida de Goiânia (GO), portador da Carteira de Identidade nº 226.941- INL - DF e CPF (MF) nº 004.368.101-82; **RONALDO DE BARROS BARRETO**, brasileiro, casado, advogado, residente à ARSE 21, QI 12, Lote 1/3, Palmas(TO), portador da Carteira de Identidade nº 4.762-OAB (GO) e do CPF (MF) nº 130.312.361-49; e **THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Av. Conselheiro Rodrigues Alves, nº 804, Apartamento 152, Vila Mariana, São Paulo (SP), portador da Carteira de Identidade nº 3.177.880-2 SSP(GO) - 2ª via e CPF (MF) nº 633.533.851-34; resolvem, de comum acordo, constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, regida pelas cláusulas e condições abaixo elencadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E DA SEDE

A sociedade girará sob a denominação de **INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA.**, com sede legal e foro à ACNE I, Conjunto 01, Lote 24, Sala 13 (parte), Palmas (TO), podendo abrir filiais, escritórios ou dependências em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade será indeterminado, observando-se, quanto a sua dissolução, os preceitos da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A sociedade tem como objetivos a industrialização, comercialização no atacado, estocagem e transporte de asfaltos, massas e emulsões asfálticas.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa ora constituída será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor de R\$1,00 (hum real) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- ÁLVARO CASTRO MORAES	8,33%	16.660 QUOTAS.....	R\$16.660,00
- FLÁVIO RAMOS	12,50%	25.000 QUOTAS.....	R\$25.000,00
- LUCIANO CAPUZZO	5,00%	10.000 QUOTAS.....	R\$10.000,00
- MARCELO TERRA PEIXOTO	8,34%	16.680 QUOTAS.....	R\$16.680,00
- RONALDO ASPESI	12,50%	25.000 QUOTAS.....	R\$25.000,00
- RONALDO DE B. BARRETO	45,00%	90.000 QUOTAS.....	R\$90.000,00
- THIAGO M. PEIXOTO DA SILVEIRA	8,33%	16.660 QUOTAS.....	R\$16.660,00

TOTAL.....100,00% 200.000QUOTAS.....R\$200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

O capital social será integralizado pelos sócios da seguinte forma:

- R\$20.000,00 (vinte mil reais) em moeda corrente do País, nesta data, cotizados na mesma proporção da participação de cada sócio na empresa;
- R\$180.000,00 (cento o oitenta mil reais) em 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas de R\$20.000,00 (vinte mil reais) cada uma, vencendo a primeira delas em 20.07.99, devendo também ser cotizados na exata proporção da participação de cada sócio na sociedade, em moeda corrente do País.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio está limitada à importância total do capital social, na forma do Decreto - Lei nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A empresa será representada pelos sócios **RONALDO ASPESI** e **RONALDO DE BARROS BARRETO**, sempre em conjunto, cabendo-lhes as atribuições, os poderes e as responsabilidades que a lei confere aos sócios-gerentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, podendo, para tanto, praticarem todos e quaisquer atos que se tornarem necessários para o bom desempenho da firma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os sócios-gerentes ficam dispensados de apresentar caução e poderão, em nome da sociedade, nomear procuradores com poderes "ad-juditia" e "ad-negotia" para representá-la conforme estipularem os respectivos mandatos.

102
26

PARÁGRAFO SEGUNDO

O sócios-gerentes terão direito a uma remuneração mensal, a título de "pro-labore", observando-se a situação econômica - financeira da sociedade e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Os sócios deverão, pelo menos uma vez a cada trimestre, reunir-se na sede social da empresa para deliberarem sobre todos os assuntos relacionados a sua administração e aos casos omissos advindos do presente contrato. As decisões, tomadas por simples maioria, serão registradas em livro próprio e firmadas pelos sócios.

CLÁUSULA OITAVA - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS

As quotas representativas do capital social são indivisíveis e a sua transferência entre os sócios ou entre estes e pessoas estranhas à sociedade, dependerá de expressa autorização do(s) sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social da firma.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em igualdade de condições, os sócios terão sempre preferência na aquisição das quotas na mesma proporção de sua participação no capital social da empresa.

CLÁUSULA NONA - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, observadas as prescrições legais. Depois de feitas as reservas, provisões legais ou necessárias, os sócios deliberarão a respeito da aplicação do saldo de lucros porventura apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INTERDIÇÃO, FALECIMENTO OU IMPEDIMENTO

No caso de retirada, interdição ou morte de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, no entanto, os sócios remanescentes procederem a um balanço extraordinário no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do evento, para apurar os haveres da sociedade e pagar ao sócio retirante, interdito ou aos herdeiros do sócio falecido o que lhes for devido, em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESTRIÇÕES AOS SÓCIOS

É expressamente vedado aos sócios conceder avais, fianças ou qualquer outro tipo de garantia em nome da sociedade, mesmo que individualmente, para fins estranhos aos interesses sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios declaram expressamente que não estão sendo processados e nem tampouco foram condenados em qualquer parte do território nacional pela prática de crime, cuja pena vede o pleno exercício da atividade mercantil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Palmas(TO) para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social e de suas futuras alterações.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente documento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas(TO), 11 de maio de 1999.

[Signature]
ÁLVARO CASTRO MORAES

[Signature]
FLÁVIO RAMOS

[Signature]
LUCIANO CAPUZZO

[Signature]
MARCELO TERRA PEIXOTO

[Signature]
RONALDO ASPESI

[Signature]
RONALDO DE BARROS BARRETO

[Signature]
THIAGO MELLO PEIXOTO DA SILVEIRA

TESTEMUNHAS:

1. *[Signature]*
Adelita Janusz
CPF: 874.958.051-53
RG: 7.288.790-5 SSP - PR

2. *[Signature]*
Joilson Souza Spence
CPF: 501.612.611-91
RG: 609.316 SSP - MS

Visto:

[Signature]
MARCELO DE BARROS BARRETO
OAB/GO/TO nº 1.450

109
[assinatura]

INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

CNPJ (MF) n.º 03.354.176/0001-30

NIRE n.º 17300002941

ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 31/07/2.012



1 - HORÁRIO E LOCAL

Às 09h00, do dia 31/07/2.012, no município de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 1.112 Sul, Alameda 08, Lote 16-A, Pólo Eco-Industrial e Atacadista de Palmas, Palmas (TO), CEP - 77.024-166.

2 - MESA DIRIGENTE

O Conselheiro **ÁLVARO CASTRO MORAIS**, como Presidente e **RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO**, como Secretário.

3 - PRESENÇA

Convocação extraordinária do Conselho de Administração, com comparecimento de todos os conselheiros, representando a totalidade dos membros, com direito a voto. O Presidente declarou regular a instalação da reunião, em consonância ao disposto na Lei n.º 6.404/76, conforme assinaturas lançadas no livro próprio.

4 - ORDEM DO DIA

4.1 - 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.1.1 - Eleição da Diretoria;
- 4.1.2 - Vacância do cargo de Diretor Executivo;
- 4.1.3 - Fixar a remuneração da Diretoria.

5 - DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO

5.1 - Fica eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente, **ÁLVARO CASTRO MORAIS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade n.º 451.748, expedida pela SSP (GO) e do CPF (MF) n.º 122.477.741-72, nascido em 17/04/1.957, em Goiânia (GO), residente e domiciliado na Avenida Floresta, Quadra 25, Lote 12, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia (GO), CEP - 74.680-210, o qual exercerá seu mandato por 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 1º/08/2.012. Dessa forma, o diretor empossado em sua respectiva função declara, neste ato, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, conforme artigo 147, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

5.3 - O cargo de Diretor Executivo ficará vago até a próxima reunião do Conselho de Administração, que tratará do preenchimento do referido cargo.



5.4 - Fica fixada uma remuneração mensal para cada Diretor, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo para tratar e deliberar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em livro próprio, que foi lida, aprovada e firmada por quem de direito.

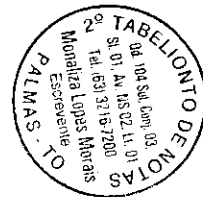
A presente é cópia fiel e integral da ata lavrada no livro próprio da Companhia.

Palmas (TO), 31 de julho de 2.012.

Mesa Dirigente:

ÁLVARO CASTRO MORAIS
Presidente

RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO
Secretário



Conselheiros:

ÁLVARO CASTRO MORAIS

LUCIANO CAPUZZO

RONALDO DE BARROS BARRETO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS



CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/09/2012
SOB Nº: 17555018
Protocolo: 12/023484-0, DE 24/08/2012
Empresa: 17 3 0000294 3
INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO

Sagroram Angela Piccoli - Tabelião - (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02, conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado. Dou fé.
Palmas/TO, 20 de setembro de 2012 320441

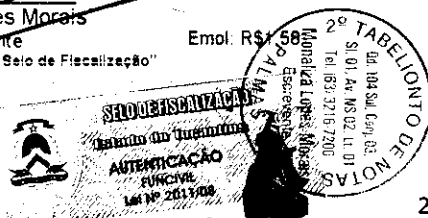
Em Teste da verdade.

Monaliza Lopes Moraes

Escrevente

"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$ 58,00



AUG 304466

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO

Sagroram Angela Piccoli - Tabelião - (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02, conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" as assinaturas indicadas de **ÁLVARO CASTRO MORAIS** (por duas vezes), **RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO**, **LUCIANO CAPUZZO** e **RONALDO DE BARROS BARRETO**.

Dou fé, 24 de agosto de 2012, 1383485
Palmas/TO, da verdade.

Monaliza Lopes Moraes
Escrevente

Emol: R\$7,90.



REE 295955

REE 295953

REE 295954

REE 295952

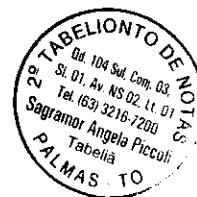
REE 295951

106


(Anexo II)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO



Artigo 1º - A sociedade é denominada **INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, com nome de fantasia de **NACIONAL ASFALTOS**, girando sob a forma de sociedade por ações de capital fechado.

SEDE SOCIAL

Artigo 2º - A companhia terá sua sede e foro localizado na Quadra 1.112 Sul, Alameda 08, Lote 16-A, Pólo Eco-Industrial e Atacadista, Palmas (TO), CEP - 77.024-166, podendo abrir filiais, escritórios ou dependências em qualquer parte do território nacional.

FILIAIS

Filial 01, localizada na Via das Torres, Matoim, s/n.º, Cia. Norte, município de Candeias (BA), CEP - 43.813-100, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia no dia 13/04/2.006, sob o NIRE de n.º **2990081352-5** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0003-00**;

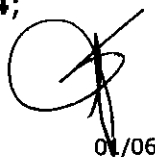
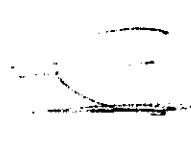
Filial 02, localizada na Avenida Campo Florido, n.º 75, Jardim Teresópolis, município de Betim (MG), CEP - 32.663-110, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 24/02/2.006, sob o NIRE de n.º **3190167244-6** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0002-10**;

Filial 03, localizada na Via Primária e Secundária 3, Quadra 07, Lotes 01 a 10, Distrito Agroindustrial, município de Goianira (GO), CEP - 75.370-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 10/05/2.006, sob o NIRE de n.º **5290049207-7** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0004-82**;

Filial 04, localizada na Avenida Abolição, n.º 3.835, Bairro Meireles, município de Fortaleza (CE), CEP - 60.165-081, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceara em 20/04/2.007, sob o NIRE de n.º **2390037228-1** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0005-63**;

Filial 05, localizada na Avenida José Paulino, n.º 1.030, Sala 02, Centro, Paulínia (SP), CEP 13.140-000, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 08/08/2.007, sob o NIRE de n.º **3590331671-3** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0008-06**;

Filial 06, localizada na Rua Três, Quadra 48, Lote 09, Sala 105, Setor Noroeste, município de Cristalina (GO), CEP - 73.850-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 09/07/2.007, sob o NIRE de n.º **5290051496-8** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0006-44**;


01/06

10+

Filial 07, localizada na Avenida Araguaia, n.º 2.000, Sala 03, Setor Industrial, Araguatins (TO), CEP - 77.950-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins em 14/11/2.007, sob o NIRE de n.º **1790007354-8** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0007-25**;

Filial 08, localizada na Rua Belém, n.º 501, Bairro Embratel, Porto Velho (RO), CEP - 76.820-734, registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia em 09/01/2009, sob o NIRE de n.º **1190012855-0** e CNPJ (MF) sob o n.º **03.354.176/0009-97**.



Parágrafo único - As filiais **01, 02, 03, 05, 07 e 08** terão o mesmo objetivo social da matriz. As filiais **04 e 06** têm como objetivo social: a comercialização, no atacado, de asfaltos, massas e emulsões asfálticas, impermeabilizantes, gás liquefeito de petróleo - GLP, coque energético, lubrificantes e combustíveis; sinalização de obras viárias e locação de máquinas e equipamentos. As filiais não têm destaque do capital social. As filiais **01 e 02** iniciaram suas atividades em 01/02/2.006, a filial n.º **03** em 27/04/2.006, a filial **04** em 01/04/2.007, as filiais **05 e 06** em 1º/07/2.007, a filial **07** em 12/11/2.007 e a filial **08** em 20/11/2.008.

OBJETIVO

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivo a industrialização, refino, re-refino, envasamento, estocagem, transporte, coleta, distribuição e comercialização, no atacado, de asfaltos, massas e emulsões asfálticas, impermeabilizantes, gás liquefeito de petróleo - GLP, coque energético, lubrificantes e combustíveis; sinalização de obras viárias; e locação de máquinas e equipamentos.

DURAÇÃO

Artigo 4º - A sociedade terá duração por prazo indeterminado, tendo iniciado as suas atividades em 27/07/1.999.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

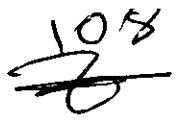
Artigo 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 7º - A ação é indivisível em relação à sociedade e quando a mesma pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos por um representante do condomínio.

Artigo 8º - A sociedade poderá emitir certificados de ações, os quais, da mesma forma que as ações, serão sempre assinados pelos dois diretores.

Artigo 9º - Aos acionistas é assegurado, na subscrição de novas ações, o direito de preferência na mesma proporção das que já possuírem, desde que exercido, por escrito, no prazo legal de 30 (trinta) dias.

02/06

108


Artigo 10º - Os possuidores de ações, ao pretenderem aliená-las, deverão dar preferência aos demais acionistas ao mesmo preço e condições de oferta idônea que tenham obtido. Para tanto, deverão comunicar à Diretoria da empresa a quantidade, espécie, preço e condições das ações à venda para que seja efetivado o processo ofertativo.

CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIA GERAL



Artigo 11º - A Assembléia Geral será realizada, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, obedecidas as prescrições legais e o presente Estatuto.

Artigo 12º - Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, a Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representam, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo único - As deliberações das assembleias serão tomadas por maioria simples de votos, salvo nos casos de alterações estatutárias, para as quais deverá ser observado o disposto no artigo 26º deste Estatuto.

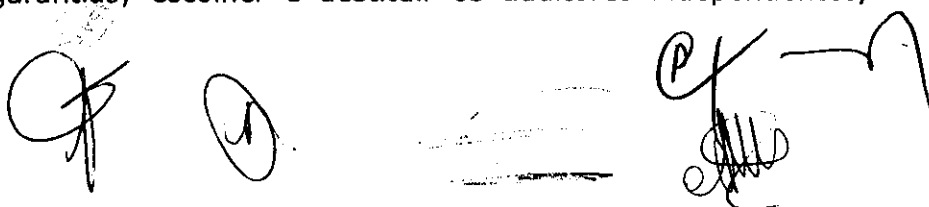
CAPÍTULO IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - A companhia terá um Conselho de Administração, composto por 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Artigo 14º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos e deverá se reunir mensalmente, em data previamente acertada de comum acordo entre os seus integrantes. O Conselho de Administração poderá ser instalado, extraordinariamente, sempre que for convocado por qualquer um de seus membros, para deliberar sobre assunto relevante e de sua competência.

Artigo 15º - Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições e remunerações; fiscalizar a gestão dos administradores; examinar, a qualquer tempo, os livros e quaisquer papéis e documentos da empresa; solicitar informações sobre o andamento dos negócios da sociedade, dos contratos em via de celebração e dos já celebrados; autorizar previamente a contratação de qualquer tipo de financiamento ou empréstimo; convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; deliberar sobre o aumento de capital, a emissão de ações ou de bônus de subscrição; autorizar formalmente a compra e a alienação de bens do imobilizado e do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de quaisquer tipos de garantias; escolher e destituir os auditores independentes, quando houver.



109

CAPÍTULO V

DIRETORIA

Artigo 16º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo designados: Diretor Presidente e Diretor Executivo.

Artigo 17º - O mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, ficando os diretores dispensados da prestação de caução para garantia de sua gestão.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria terão remuneração mensal que será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais.



Artigo 18º - Nos casos de impedimentos ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Executivo, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições, observadas as limitações do cargo.

Artigo 19º - Compete ainda à Diretoria elaborar o relatório anual, as demonstrações financeiras da sociedade e a proposta de destinação de lucros líquidos do exercício, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral.

Artigo 20º - Compete ao Diretor Presidente orientar, coordenar e supervisionar a gestão da companhia; e ao Diretor Executivo compete implementar as orientações do Diretor Presidente e do Conselho de Administração.

Artigo 21º - Competem aos Diretores Presidente e Executivo, em conjunto ou isoladamente, a representação da companhia, em juízo ou fora dele, para todos os fins de direito, sem qualquer limitação de poderes e/ou de valores, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social da companhia.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

Artigo 22º - A sociedade terá um Conselho Fiscal que funcionará em regime temporário, composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, que poderá ser instalado, na forma da lei, por Assembléia Geral que também fixará a remuneração dos respectivos conselheiros.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 23º - O exercício social compreenderá o período entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 24º - No fim de cada exercício serão elaborados, com observância das prescrições legais, um balanço geral e as demonstrações financeiras previstas na Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores. O resultado do exercício, após deduzidas as provisões legais, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral que o aprovar.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 25º - A sociedade entrará em liquidação na forma prevista em lei e caberá à Assembléia Geral determinar a nomeação do liquidante e do Conselho Fiscal que deverão atuar durante aquele período.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 26º - As disposições deste Estatuto são inalteráveis sem aprovação dos acionistas reunidos em Assembléia Geral, com a presença de 2/3 (dois terços) dos acionistas e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos acionistas da companhia.

Artigo 27º - O reembolso aos acionistas dissidentes, nos casos previstos em lei, deverá ser feito com base em avaliação de mercado da companhia considerando seus próximos 03 (três) anos de atividade, realizada por empresa renomada e especializada nesse tipo de trabalho, contratada por conta da sociedade, após ser escolhida pela Assembléia Geral. Os imóveis de propriedade da empresa deverão ser avaliados por 03 (três) profissionais idôneos, escolhidos em lista apresentada pela Diretoria, com pelo menos 05 (cinco) avaliadores credenciados.

Artigo 28º - Calculado o valor das ações, com base no artigo 27º acima, o montante deverá ser pago ao acionista dissidente em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, atualizadas pela correção integral do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, devendo, ainda, serem emitidas notas promissórias com aval idôneo, vinculadas ao contrato de compra e venda das referidas ações.

Artigo 29º - Os administradores serão responsabilizados pessoalmente pela não observância do disposto neste capítulo, respondendo em seu próprio nome solidariamente com a sociedade pelas despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes da ação que os dissidentes tenham de mover contra a companhia.

Artigo 30º - É expressamente proibido o uso da denominação social em negócios estranhos aos interesses sociais, tais como: avais, fianças e quaisquer outros tipos de favores ou concessões a terceiros.

FORO

Artigo 31º - Fica eleito o foro da cidade de Palmas (TO), para dirimir as dúvidas e os casos omissos oriundos do presente Estatuto Social.



Palmas (TO), 20 de julho de 2.010.

Conselheiros:

2º TABELIONATO

ÁLVARO CASTRO MORAIS

2º TABELIONATO

LUCIANO CAPUZZO

2º TABELIONATO

RONALDO DE BARROS BARRETO

Acionistas:

2º TABELIONATO

ÁLVARO CASTRO MORAIS

CPF (MF) n.º 122.477.741-72

2º TABELIONATO

CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A

Luciano Capuzzo / Diretor Executivo

CPF (MF) n.º 485.150.191-91

2º TABELIONATO

BASE ENGENHARIA LTDA.

Patrícia de Oliveira Batista / Administradora

CPF (MF) n.º 770.991.761-53

Testemunhas:

ALESSANDRO MANOEL PATROCINIO

RG n.º 015204/O-4 CRC (GO)

JOILSON SOUZA SPENCE

RG n.º 609.316 SSP (MS)



SELO DE FISCALIZAÇÃO

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

Reconhecimento de Assinaturas

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Amor Angela Piccoli - Tabela (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" as assinaturas indicadas de **ÁLVARO CASTRO MORAIS** (por duas vezes) **LUCIANO CAPUZZO** e **RONALDO DE BARROS BARRETO**. Dou fé. 1413963
Palmas/TO, 20 de julho de 2010.

Em Teste da verdade.
Silany Aires Matos
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$5,40

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Amor Angela Piccoli - Tabela (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **LUCIANO CAPUZZO** representante da **CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A**. Dou fé. 1031755
Palmas/TO, 20 de julho de 2010.

Em Teste da verdade.
Silany Aires Matos
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$1,35

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Amor Angela Piccoli - Tabela (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **PATRICIA DE OLIVEIRA BATISTA** representante da **BASE ENGENHARIA LTDA.** Dou fé. 64666F
Palmas/TO, 20 de julho de 2010.

Em Teste da verdade.
Silany Aires Matos
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$1,35

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Amor Angela Piccoli - Tabela (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **PATRICIA DE OLIVEIRA BATISTA** representante da **BASE ENGENHARIA LTDA.** Dou fé. 64666F
Palmas/TO, 20 de julho de 2010.

Em Teste da verdade.
Silany Aires Matos
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$1,35

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO
Sagror Amor Angela Piccoli - Tabela (63) 3216-7200 3215-2272
104 Sul, Av. NS 02 conjunto 03, lote 01, sala 01, Palmas/TO

Reconheço por "semelhança" a assinatura indicada de **PATRICIA DE OLIVEIRA BATISTA** representante da **BASE ENGENHARIA LTDA.** Dou fé. 64666F
Palmas/TO, 20 de julho de 2010.

Em Teste da verdade.
Silany Aires Matos
Escritor
"Válido somente com o Selo de Fiscalização"

Emol: R\$1,35

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2010
SOB Nº: 17526612
Protocolo: 10/017424-8 DE 25/06/2010
Empresa: 17 3 0000294 S/A
INDÚSTRIA NACIONAL DE ALUMÍNIO S/A

RAMUNDO NONATO NESTOR
SECRETÁRIO GERAL

06/01 JUCETINS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/002

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 17 3 0000294-1	CNPJ 03.354.176/0001-30	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 27/07/1999	Data de Início de Atividade 11/05/1999
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) QUADRA 1.112 SUL LOTE 16 A, S/N e ALAMEDA 08, PÓLO ECO-INDUSTRIAL, PALMAS, TO, 77.024-166			
Objeto Social INDUSTRIALIZAÇÃO, REFINO, RE-REFINO, ENVASAMENTO, ESTOCAGEM, TRANSPORTE, COLETA, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO ATACADO, DE ASFALTOS, MASSAS E EMULSÕES ASFÁLTICAS, IMPERMEABILIZANTES, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, COQUE ENERGÉTICO, LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS; SINALIZAÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS; LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.			
Capital Social R\$ 10,000,000.00 (DEZ MILHOES DE REAIS)		Prazo de Duração Indeterminado	
Capital Integralizado R\$ 10,000,000.00 (DEZ MILHOES DE REAIS)			
Diretoria/Término Mandato/Cargo Nome/CPF ALVARO CASTRO MORAIS 122.477.741-72		Término Mandato 31/07/2014 Cargo DIRETOR PRESIDENTE	
Último arquivamento Data: 29/10/2012 Ato: ATA DE REUNIAO DA DIRETORIA Evento: ATA DE REUNIAO DA DIRETORIA		Situação REGISTRO ATIVO Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL	
Filial(ais) neste unidade da federação ou fora dela - NIRE: 29 9 0081352-5 CNPJ: 03.354.176/0003-00 Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) VIA DAS TORRES, S/N e MATOIM, CIA. NORTE, CANDEIAS, BA, 43.813-100, BRASIL - NIRE: 23 9 0037228-1 CNPJ: 03.354.176/0005-63 Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) RUA PROFESSOR CARLOS LOBO, 257 e SALA 04, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS, FORTALEZA, CE, 60.055-110, BRASIL - NIRE: 52 9 0051499-2 CNPJ: 03.354.176/0004-82 Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) VIA PRIMARIA E SECUNDARIA 03 QUADRA 07, S/N e LOTES 01 A 10, DISTRITO AGROINDUSTRIAL, GOIANIRA, GO, 75.370-000, BRASIL - NIRE: CNPJ: Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País) RUA DOS IMIGRANTES KM 0, SN e SALA 12, DISTRITO INDUSTRIAL, CUIABÁ, MT, 78.034-340, BRASIL			

PALMAS - TO, 20 de novembro de 2012

12/0313146



ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL

Eu,
Conferi e assino.

Hilda Cristina G. Lima Souza
Diretora de Registro do Comércio
Mat. 90002252-3 - JUCETINS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
CERTIDÃO SIMPLIFICADA

113

Página: 002/002

Continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA

Número de Identificação do Registro de
Empresas - NIRE (Sede)
17 3 0000294-1

CNPJ

03.354.176/0001-30

Filial(ais) neste unidade da federação ou fora dela

- NIRE: 31 9 0167244-6 CNPJ: 03.354.176/0002-10

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

RUA JOSÉ GOMES, 72 e SALA 07, AMAZONAS, BETIM, MG, 32.663-110, BRASIL

- NIRE: 11 9 0012855-0 CNPJ: 03.354.176/0009-97

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

RUA BELEM, 501, EMBRATEL, PORTO VELHO, RO, 76.820-734, BRASIL

- NIRE: 35 9 0331671-3 CNPJ: 03.354.176/0008-06

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

AVENIDA SIDNEY CARDON DE OLIVEIRA, 1.021 e SALA 21, CASCATA, PAULÍNIA, SP, 13.140-000, BRASIL

- NIRE: 17 9 0007354-8 CNPJ: 03.354.176/0007-25

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

AVENIDA ARAGUAIA, 2000 e SALA 03, SETOR INDUSTRIAL, ARAGUATINS, TO, 77.950-000, BRASIL

Observações:

BLOQUEIO(S)

EXTRA-JUDICIAL: AVERBAÇÃO DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO-CPC ART.615-A, PROPOSTA POR POLIENGE S/A, CNPJ Nº 00.337.824/0001-51, DISTRIBUÍDA EM 23/09/1993, EM DESFAVOR DO ACIONISTA RONALDO DE BARROS BARRETO - PROCESSO Nº 31439/92, EM TRÂMITE NA SÉTIMA VARA CIVIL DA COMARCA DE BRASÍLIA/DF, NO VALOR DE R\$ 21.074.036,41.

JUDICIAL: PENHORA DAS QUOTAS/AÇÕES PERTENCENTES AO SÓCIO/ACIONISTA RONALDO DE BARROS BARRETO, POSSUI NA SOCIEDADE, EM CUMPRIMENTO A DETERMINAÇÃO DO JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF - AUTOS DE EXECUÇÃO - DI 31439/92.

PALMAS - TO, 20 de novembro de 2012

12/031314-6



ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL

Eu,
Conferi e assino.

Hilda Cristina G. Lima Souza
Diretora de Registro do Comércio
Mat. 90002252-3 - JUCETINS



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

119
[Handwritten signature]

DOCUMENTO 12

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

15/7/48/2.A VIA DATA DE EXPEDICAO 19/MAR/1957

ALVARO CASTRO MORAIS

RODOLFO TAVARES DE MORAIS
VERA DE FREITAS CASTRO MORAIS

BOJANIA-GO DATA DE NASCIMENTO 17/ABR/1937

DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS

DOE CARILAN L. NAS. 15/02 FL5. 174 L. 429 CRC BOTANICA GO 224 CM 22/04/1957

ASSINATURA DO DIRETOR 164338

LEI Nº 7 118 DE 26/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

115

19/01-52

[Illegible text and signature]

[Illegible text and signature]

2º TABELIONATO DE NOTAS
Famath Aires Matos Escrivente
PALMAS-TO

2º TABELIONATO DE NOTAS
Famath Aires Matos Escrivente
PALMAS-TO

2º TABELIONATO DE NOTAS
Famath Aires Matos Escrivente
PALMAS-TO

2º TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO

TABELA: Sagamor Angela Piccoli (3) 3215-2272 (3) 3215-2202
104 SUL, Av. NS-2, Cj. 3, Lt. 1, Sl. 1 - PALMAS-TO - CEP: 77.020-030

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado. Dou fé.
Palmas/TO 297255

Em Teste da verdade.

Silany Aires Matos
Escrivente

Emol: R\$1,30

2º TABELIONATO DE NOTAS
Silany Aires Matos Escrivente
PALMAS-TO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS
CPF: 122.477.741-72
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2012 **Ano-Calendário 2011**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CPF: 122.477.741-72 Nome: ALVARO CASTRO MORAIS
Data de Nascimento: 17/04/1957 Título Eleitoral: 0000181081007
Houve mudança de endereço? Não
Endereço: Rua 86 C Número: 64
Complemento: QD F 21 LT 02 Bairro/Distrito: SETOR SUL
Município: Goiânia UF: GO
CEP: 74083-360 DDD/Telefone: 62 39422159
Natureza da Ocupação: 12 - Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular
Ocupação Principal: 120 Dirigente, presidente e diretor de empresa industrial, comercial ou prestadora de serviços
Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2011: 239285789950

DEPENDENTES

ÍNDICE	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	GABRIELA BORGES E CASTRO	03/02/1998	024.370.871-84
21	RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO	03/02/1998	024.370.921-88
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES			3.779,28

ALIMENTANDOS

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A	03.354.176/0001-30	180.000,00	4.846,56	39.604,39	7.689,54
TOTAL		180.000,00	4.846,56	39.604,39	7.689,54

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

(Valores em Reais)

	RENDIMENTOS		DEDUÇÕES			CARNÊ-LEÃO	
	PESSOA FÍSICA	EXTERIOR	PREVIDÊNCIA OFICIAL	DEPENDENTES	PENSÃO ALIMENTÍCIA	LIVRO CAIXA	DARF PAGO CÓD. 0190
Jan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Set	6,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov	430,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	987,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

Bolsa de estudo e pesquisa	0,00
Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	0,00
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS	0,00
Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital	0,00
Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes	0,00
Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarantes com 65 anos ou mais	0,00
Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
Rendimentos de cadernetas de poupança e letras hipotecárias	50,94
Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00
Transferências patrimoniais - doações, heranças, meações e dissolução da sociedade conjugal ou da unidade familiar	0,00
Parcela isenta correspondente à atividade rural	0,00
Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário	0,00
75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais	0,00
Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00
Outros	0,00
Demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes	157,09

TOTAL

208,03

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

13º salário	7.689,54
Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos	0,00
Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira	0,00
Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie	0,00
Ganhos líquidos em renda variável (bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)	0,00
Rendimentos de aplicações financeiras	7.752,76
Rendimentos recebidos acumuladamente	0,00
Outros rendimentos recebidos pelo Titular	0,00
13º salário recebido pelos dependentes	0,00
Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Outros rendimentos recebidos pelos Dependentes	0,00

TOTAL

15.442,30

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

Imposto complementar:	0,00
Imposto pago no exterior:	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004):	0,00
Imposto retido na fonte do titular	39.604,39
Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS

(Valores em Reais)

QD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
01	ESCOLA INTERAMERICA FUNDAMENTAL LTDA	07.744.468/0001-30		7.900,00	0,00
	NOME DO DEPENDENTE/ALIMENTANDO:	GABRIELA BORGES E CASTRO			
01	ESCOLA INTERAMERICA FUNDAMENTAL	07.744.468/0001-30		7.268,40	0,00
	NOME DO DEPENDENTE/ALIMENTANDO:	RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO			
21	NOBEL CLINICA S/C LTDA	04.689.146/0001-47		1.800,00	0,00
10	SAMIRA STEFANO	080.860.907-60		600,00	0,00
11	RUBENS RODRIGUES TAVARES	246.080.761-91		2.500,00	0,00
11	BELINDA RORIZ	435.823.541-72		1.700,00	0,00
11	GEISA BADAUY SILVA	613.529.421-00		120,00	0,00
21	ALVARENGA E PENNA CLINICA DE DIAGNOSTICOS	07.792.767/0001-40		160,00	0,00

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
01	UM APTO 1102 C, NO RESIDENCIAL PARK BURITI, ADQUIRIDO DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ 00.066.324/0001-22 (APTO EM NOME DE SEU FILHO RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO) 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
01	UM APTO 1004 C, NO RESIDENCIAL PARK BURITI, ADQUIRIDO DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ 00.066.324/0001-22 (APTO EM NOME DE SUA FILHA GABRIELA BORGES CASTRO) 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
10	1/3 (UM TERCO) DE UMA CASA RESIDENCIAL NA RUA 86-C NO 64, SETOR SUL, GOIANIA GOIAS 105 - Brasil	3.024,71	3.024,71
12	1/3 (UM TERCO) DE UMA CASA RESIDENCIAL NA RUA 104-E NO 78, SETOR SUL, GOIANIA - GOIAS. 105 - Brasil	8.286,86	8.286,86
14	1/3 (UM TERCO) DE 2,5 HA DE TERRAS RURAIS NA FAZENDA SANTA BARBARA, MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DE GOIAS. 105 - Brasil	8.286,86	8.286,86
32	68% (SESSENTA E OITO POR CENTO) DE PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORP. E CONSTRUTORA LTDA. - MARCIL, CNPJ 00.066.324/0001-22, NO VALOR DE R\$. 458.773,36 105 - Brasil	458.773,36	458.773,36
	68% (SESSENTA E OITO POR CENTO) DE PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA ACM INVESTIMENTOS LTDA. CNPJ 37.873.098/0001-00. 105 - Brasil	280.500,00	280.500,00
32	47% PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA INDUSTRIA NACIONAL DE ASFATO S/A, CNPJ 03.354.176/0001-30. EM 20.02.2006 NA 16A ALTERACAO CONTRATUAL 25/07/2007 HOUE AUMENTO DE CAPITAL ATRAVES RESERVA DE SUBVENCAO. 105 - Brasil	2.444.000,00	2.444.000,00

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
21	UMA CAMIONETA CAB FECHADA A GASOLINA, MARCA MODELO BLAZER EXECUTIVE ANO FAB 2000 MOD 2000, CHASSI 9BG116WCY421403, PLACA GWZ 4217, ADQUIRIDA DE RONALDO ASPESI, PORTADOR DO CPF 004.368.101-82 EM 2002 POR R\$.40.000,00 105 - Brasil	40.000,00	40.000,00
21	UMA CAMIONETA PAJERO TR4 AT MITSUBISHI, MODELO 2006/2006, CHASSIS 93XLRH77W614700, AZUL ATRAVES LEASING - DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 26/06/2006 105 - Brasil	77.448,00	77.448,00
96	UMA CAMIONETA PAJERO SPORT MITSUBISHI MODELO 2007/2007 CHASSIS 93XPRK94W704268, PRATA EVOLUTION ATRAVES LEASING DIBENS LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 21/03/2007. EM 48 VEZES DE R\$.2.320,64 COM INICIO EM 20/04/2007 E TERMINO EM 20/03/2001. ENTRADA DE R\$.44.000,00 105 - Brasil	124.000,00	124.000,00
41	SALDO POUPANCA BANCO ITAU PERSONALITE AG 3935 290969 105 - Brasil	170,82	183,74
73	BANCO ITAUCARD SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - ITAU PETROBRAS ACOES FICF 105 - Brasil	7.000,00	7.000,00
73	BANCO ITAU PERSONNALITE SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - ITAU ACE DIVIDENDOS ACOES FICF 105 - Brasil	6.000,00	6.000,00
73	BANCO ITAU PERSONNALITE SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - COVERNANCA CORP ACOES FICFI. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	4.999,99	0,00
41	POUPANCA ITAU PERSONNALITE AG 3935 20715 3 SEU FILHO RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO 105 - Brasil	1.048,53	1.127,09
41	POUPANCA ITAU PERSONNALITE AG 3935 20716 1 SUA FILHA GABRIELA BORGES E CASTRO 105 - Brasil	1.047,79	1.126,32

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
45	APLICACAO FIQ REFERENCIADO DI SUPREMO. BANCO REAL PALMAS TO. 105 - Brasil	2.321,81	2.501,72
49	ACOES FICFI BANCO ITAU PERSONALITE. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	5.000,00	0,00
49	MOMENTO ACOES FICFI ITAU PERSONALITE. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	2.600,00	0,00
39	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA ALFA INCORPORADORA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA EPP CNPJ 03.620.663/0001-05 DE 75% NO VALOR DE R\$.543.000,00 105 - Brasil	543.000,00	543.000,00
39	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA AFC INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA CNPJ 06.251.527/0001-75 DE 40% NO VALOR DE R\$. 100.000,00 105 - Brasil	100.000,00	100.000,00
99	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL NA EMPRESA AFC INVESTIMENTOS. INTEGRALIZACAO EM 2010 APARTAMENTO 702 BLOCO D. 105 - Brasil	370.000,00	570.000,00
41	POUPANCA BANCO ITAU AG 8626 04084-7. ZERADO EM 2011 105 - Brasil	1.288,51	0,00
97	VIDA GERADOR DE BENEFICIO LIVRE BCO ITAU 3935 29096-9 105 - Brasil	656,39	1.851,21
49	APLICACAO DE RENDA FIXA PLIN 03 AG 8626 04084-7 105 - Brasil	731,58	805,66

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
51	EMPRESTIMO PARA SR VALERIO EDINEI RIBEIRO PEIXOTO CPF 917.949.191-04. RECEBIDO EM 2011 105 - Brasil	200.000,00	0,00
45	APLICAÇÃO DE RENDA FIXA SANANDER 3932 10005825 105 - Brasil	0,00	187,21
TOTAL		4.750.185,21	4.738.102,74

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
14	DEBITO JUNTO A VERA DE FREITAS CASTRO MORAIS CPF , REFERENTE AQUISICAO DE 35% DAS QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 03.620.663/0001-05. ADQ 18/06/2001	150.000,00	150.000,00
14	DEBITO COM SILVANA DE FATIMA CASTRO MORAIS CPF 277.992.201-04, REF AQUISICAO EM 2004 25% QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA CNPJ 03.620.663/0001-05 NO VALOR DE R\$ 181.000,00, PAGO 2004 EM MOEDA CORRENTE R\$.81.000,00	93.900,00	53.900,00
13	EMPRESTIMO CONTRAÍDO JUNTO A NACIONAL ASFASTOS CNPJ 03.354.176 /0001-30 ANO 2007, CONTRAÍDA 2009 85.200,00	234.590,67	234.590,67
11	UMA CAMIONETA PAJERO SPORT MITSUBISHI MODELO 2007/2007, CHASSIS 93XPRK94W704268, PRATA EVOLUTION ATRAVES LEASING DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 21/03/2007 EM 48 VEZES DE R\$.2.320,64 COM INICIO EM 20/04/2007. QUITADA EM 2011	6.961,92	0,00
11	UM VEICULO GENERAL MOTORS, ASTRA HATCH ADVANTAG MODELO 2004/2005 CHASSI 9BGTR08W05B190776, LEASING DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 E EM 60 VEZES DE R\$.630,40 COM INICIO EM 13/09/2007 E ULTIMA 13/08/2012	12.608,00	5.043,20
14	EMPRESTIMO CONTRAÍDO COM SILVANA DE FATIMA BORGES ALMEIDA CASTRO MORAIS CPF 277.992.201.07	100.000,00	100.000,00
11	EMPRESTIMO BANCO AMRO REAL SA, PALMAS TO, EMPRESTIMO DE R\$. 155.000,00, SENDO QUE DURANTE O ANO DE 2008 FOI PAGO VALOR DE 64.744,22. ZERADO EM 2011	16.731,59	0,00
14	DEBITO JUNTO A VERA DE FREITAS CASTRO MORAIS CPF , REFERENTE AQUISICAO DE 75% DAS QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 03.620.663/0001-05. ADQ 25/10/2009 NO VALOR DE R\$.543.000,00	543.000,00	543.000,00
11	SALDO NEGATIVO CONTA CORRENTE 8626 04084-7. ZERADO EM 2011	15.114,20	0,00
11	SALDO NEGATIVO BANCO ITAU PERSONALITE 3935 29096-9	33.961,28	21.123,17
11	SALDO NEGATIVO BANKLINE PERSONALITE 3935 22152-7	11.752,04	0,00
11	CREDITO AUTOMATICO NO ITAU UNIBANCO SA CONTRATO 5649991 AG 3935-29096-9	0,00	18.342,54
11	CREDIAUTOMATICO/GOLD NO ITAU UNIBANCO SA 107968778.	0,00	9.794,10
11	EMPRESTIMO JUNTO AO BANCO SANTANDER AG 3932	0,00	103.520,83
TOTAL		1.218.619,70	1.239.314,51

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

124
~~8~~

INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE

Sem informações

ESPÓLIO

Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RESUMO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	180.000,00
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	987,31
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL	180.987,31

DEDUÇÕES

Contribuição à previdência oficial	4.846,56
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar e FAPI	0,00
Dependentes	3.779,28
Despesas com instrução	5.916,46
Despesas médicas	6.880,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
TOTAL	21.422,30

IMPOSTO DEVIDO

Base de cálculo do imposto	159.565,01
Imposto devido	35.192,92
Dedução de incentivo	0,00
Imposto devido I	35.192,92
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00
Imposto devido II	35.192,92
Imposto devido RRA	0,00
Total do imposto devido	35.192,92

IMPOSTO A RESTITUIR

SALDO DE IMPOSTO A PAGAR

4.411,47
0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	39.604,39
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	39.604,39

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco	341
Agência (sem DV)	3935
Conta para crédito	29096 9

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2010	4.750.185,21
Bens e direitos em 31/12/2011	4.738.102,74
Dívidas e ônus reais em 31/12/2010	1.218.619,70
Dívidas e ônus reais em 31/12/2011	1.239.314,51
Informações do cônjuge	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	208,03
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	15.442,30
Rendimentos tributáveis - cujo imposto está com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Part. Políticos, Comitês Financ. e Candidatos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00

OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO:

Utilizando as deduções legais

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CPF: 122.477.741-72

Nome: ALVARO CASTRO MORAIS

Data de Nascimento: 17/04/1957

Título Eleitoral: 0000181081007

Houve mudança de endereço? Não

Endereço: Rua 86 C

Número: 64

Complemento: QD F 21 LT 02

Bairro/Distrito: SETOR SUL

Município: Goiânia

UF: GO

CEP: 74083-360 **DDD/Telefone:** 62 39422159

Natureza da Ocupação: 12 - Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular

Ocupação Principal: 120 Dirigente, presidente e diretor de empresa industrial, comercial ou prestadora de serviços

Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original

Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2011: 239285789950

DEPENDENTES

ORDENAMENTO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	GABRIELA BORGES E CASTRO	03/02/1998	024.370.871-84
21	RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO	03/02/1998	024.370.921-88

TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES

3.779,28

ALIMENTANDOS

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A	03.354.176/0001-30	180.000,00	4.846,56	39.604,39	7.689,54
TOTAL		180.000,00	4.846,56	39.604,39	7.689,54

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

(Valores em Reais)

	RENDIMENTOS			DEDUÇÕES			CARNÊ-LEÃO
	PESSOA FÍSICA	EXTERIOR	PREVIDÊNCIA OFICIAL	DEPENDENTES	PENSÃO ALIMENTÍCIA	LIVRO CAIXA	DARF PAGO CÓD. 0190
Jan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Set	6,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov	430,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	987,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

Bolsa de estudo e pesquisa	0,00
Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	0,00
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS	0,00
Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital	0,00
Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes	0,00
Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarantes com 65 anos ou mais	0,00
Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
Rendimentos de cadernetas de poupança e letras hipotecárias	50,94
Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00
Transferências patrimoniais - doações, heranças, meações e dissolução da sociedade conjugal ou da unidade familiar	0,00
Parcela isenta correspondente à atividade rural	0,00
Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário	0,00
75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais	0,00
Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00
Outros	0,00
Demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes	157,09

TOTAL 208,03

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

13º salário	7.689,54
Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos	0,00
Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira	0,00
Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie	0,00
Ganhos líquidos em renda variável (bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)	0,00
Rendimentos de aplicações financeiras	7.752,76
Rendimentos recebidos acumuladamente	0,00
Outros rendimentos recebidos pelo Titular	0,00
13º salário recebido pelos dependentes	0,00
Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Outros rendimentos recebidos pelos Dependentes	0,00

TOTAL 15.442,30

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

Imposto complementar:	0,00
Imposto pago no exterior:	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004):	0,00
Imposto retido na fonte do titular	39.604,39
Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS

(Valores em Reais)

Q.D.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
01	ESCOLA INTERAMERICA FUNDAMENTAL LTDA	07.744.468/0001-30		7.900,00	0,00
	NOME DO DEPENDENTE/ALIMENTANDO:	GABRIELA BORGES E CASTRO			
01	ESCOLA INTERAMERICA FUNDAMENTAL	07.744.468/0001-30		7.268,40	0,00
	NOME DO DEPENDENTE/ALIMENTANDO:	RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO			
21	NOBEL CLINICA S/C LTDA	04.689.146/0001-47		1.800,00	0,00
10	SAMIRA STEFANO	080.860.907-60		600,00	0,00
11	RUBENS RODRIGUES TAVARES	246.080.761-91		2.500,00	0,00
10	BELINDA RORIZ	435.823.541-72		1.700,00	0,00
11	GEISA BADAUY SILVA	613.529.421-00		120,00	0,00
21	ALVARENGA E PENNA CLINICA DE DIAGNOSTICOS	07.792.767/0001-40		160,00	0,00

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
01	UM APTO 1102 C, NO RESIDENCIAL PARK BURITI, ADQUIRIDO DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ 00.066.324/0001-22 (APTO EM NOME DE SEU FILHO RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO) 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
01	UM APTO 1004 C, NO RESIDENCIAL PARK BURITI, ADQUIRIDO DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ 00.066.324/0001-22 (APTO EM NOME DE SUA FILHA GABRIELA BORGES CASTRO) 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
10	1/3 (UM TERÇO) DE UMA CASA RESIDENCIAL NA RUA 86-C NO 64, SETOR SUL, GOIANIA GOIAS 105 - Brasil	3.024,71	3.024,71
12	1/3 (UM TERÇO) DE UMA CASA RESIDENCIAL NA RUA 104-E NO 78, SETOR SUL, GOIANIA - GOIAS. 105 - Brasil	8.286,86	8.286,86
14	1/3 (UM TERÇO) DE 2,5 HA DE TERRAS RURAIS NA FAZENDA SANTA BARBARA, MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DE GOIAS. 105 - Brasil	8.286,86	8.286,86
32	68% (SESSENTA E OITO POR CENTO) DE PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA CASTRO MORAIS INCORP. E CONSTRUTORA LTDA. - MARCIL, CNPJ 00.066.324/0001-22, NO VALOR DE R\$. 458.773,36 105 - Brasil	458.773,36	458.773,36
	68% (SESSENTA E OITO POR CENTO) DE PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA ACM INVESTIMENTOS LTDA. CNPJ 37.873.098/0001-00. 105 - Brasil	280.500,00	280.500,00
32	47% PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA INDUSTRIA NACIONAL DE ASFATO S/A, CNPJ 03.354.176/0001-30. EM 20.02.2006 NA 16A ALTERACAO CONTRATUAL 25/07/2007 HOUE AUMENTO DE CAPITAL ATRAVES RESERVA DE SUBVENCAO. 105 - Brasil	2.444.000,00	2.444.000,00

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
21	UMA CAMIONETA CAB FECHADA A GASOLINA, MARCA MODELO BLAZER EXECUTIVE ANO FAB 2000 MOD 2000, CHASSI 9BG116EWCY421403, PLACA GWZ 4217, ADQUIRIDA DE RONALDO ASPESI, PORTADOR DO CPF 004.368.101-82 EM 2002 POR R\$.40.000,00 105 - Brasil	40.000,00	40.000,00
21	UMA CAMIONETA PAJERO TR4 AT MITSUBISHI, MODELO 2006/2006, CHASSIS 93XLRH77W614700, AZUL ATRAVES LEASING - DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 26/06/2006 105 - Brasil	77.448,00	77.448,00
96	UMA CAMIONETA PAJERO SPORT MITSUBISHI MODELO 2007/2007 CHASSIS 93XPRK94W704268, PRATA EVOLUTION ATRAVES LEASING DIBENS LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 21/03/2007. EM 48 VEZES DE R\$.2.320,64 COM INICIO EM 20/04/2007 E TERMINO EM 20/03/2001. ENTRADA DE R\$.44.000,00 105 - Brasil	124.000,00	124.000,00
41	SALDO POUPANCA BANCO ITAU PERSONALITE AG 3935 290969 105 - Brasil	170,82	183,74
73	BANCO ITAUCARD SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - ITAU PETROBRAS ACOES FICF 105 - Brasil	7.000,00	7.000,00
73	BANCO ITAU PERSONNALITE SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - ITAU ACE DIVIDENDOS ACOES FICF 105 - Brasil	6.000,00	6.000,00
	BANCO ITAU PERSONNALITE SA CNPJ 17.192.451/0004-70 - GOVERNANCA CORP ACOES FICFI. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	4.999,99	0,00
41	POUPANCA ITAU PERSONNALITE AG 3935 20715 3 SEU FILHO RODOLFO TAVARES DE MORAIS NETO 105 - Brasil	1.048,53	1.127,09
41	POUPANCA ITAU PERSONNALITE AG 3935 20716 1 SUA FILHA GABRIELA BORGES E CASTRO 105 - Brasil	1.047,79	1.126,32

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
45	APLICACAO FIQ REFERENCIADO DI SUPREMO. BANCO REAL PALMAS TO. 105 - Brasil	2.321,81	2.501,72
49	ACOES FICFI BANCO ITAU PERSONALITE. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	5.000,00	0,00
49	MOMENTO ACOES FICFI ITAU PERSONALITE. ZERADA EM 2011 105 - Brasil	2.600,00	0,00
	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA ALFA INCORPORADORA EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA EPP CNPJ 03.620.663/0001-05 DE 75% NO VALOR DE R\$.543.000,00 105 - Brasil	543.000,00	543.000,00
39	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA AFC INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA CNPJ 06.251.527/0001-75 DE 40% NO VALOR DE R\$. 100.000,00 105 - Brasil	100.000,00	100.000,00
99	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL NA EMPRESA AFC INVESTIMENTOS. INTEGRALIZACAO EM 2010 APARTAMENTO 702 BLOCO D. 105 - Brasil	370.000,00	570.000,00
41	POUPANCA BANCO ITAU AG 8626 04084-7. ZERADO EM 2011 105 - Brasil	1.288,51	0,00
97	VIDA GERADOR DE BENEFICIO LIVRE BCO ITAU 3935 29096-9 105 - Brasil	656,39	1.851,21
49	APLICACAO DE RENDA FIXA PLIN 03 AG 8626 04084-7 105 - Brasil	731,58	805,66

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
51	EMPRESTIMO PARA SR VALERIO EDINEI RIBEIRO PEIXOTO CPF 917.949.191-04. RECEBIDO EM 2011 105 - Brasil	200.000,00	0,00
45	APLICAÇÃO DE RENDA FIXA SANANDER 3932 10005825 105 - Brasil	0,00	187,21
TOTAL		4.750.185,21	4.738.102,74

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
14	DEBITO JUNTO A VERA DE FREITAS CASTRO MORAIS CPF , REFERENTE AQUISICAO DE 35% DAS QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 03.620.663/0001-05. ADQ 18/06/2001	150.000,00	150.000,00
14	DEBITO COM SILVANA DE FATIMA CASTRO MORAIS CPF 277.992.201-04, REF AQUISICAO EM 2004 25% QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA CNPJ 03.620.663/0001-05 NO VALOR DE R\$ 181.000,00, PAGO 2004 EM MOEDA CORRENTE R\$.81.000,00	93.900,00	53.900,00
13	EMPRESTIMO CONTRAIDO JUNTO A NACIONAL ASFASTOS CNPJ 03.354.176 /0001-30 ANO 2007, CONTRAIDA 2009 85.200,00	234.590,67	234.590,67
11	UMA CAMIONETA PAJERO SPORT MITSUBISHI MODELO 2007/2007, CHASSIS 93XPRK94W704268, PRATA EVOLUTION ATRAVES LEASING DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 EM 21/03/2007 EM 48 VEZES DE R\$.2.320,64 COM INICIO EM 20/04/2007. QUITADA EM 2011	6.961,92	0,00
11	UM VEICULO GENERAL MOTORS, ASTRA HATCH ADVANTAG MODELO 2004/2005 CHASSI 9BGTR08W05B190776, LEASING DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, CNPJ 65.654.303/0001-73 E EM 60 VEZES DE R\$.630,40 COM INICIO EM 13/09/2007 E ULTIMA 13/08/2012	12.608,00	5.043,20
14	EMPRESTIMO CONTRAIDO COM SILVANA DE FATIMA BORGES ALMEIDA CASTRO MORAIS CPF 277.992.201.07	100.000,00	100.000,00
11	EMPRESTIMO BANCO AMRO REAL SA, PALMAS TO, EMPRESTIMO DE R\$. 155.000,00, SENDO QUE DURANTE O ANO DE 2008 FOI PAGO VALOR DE 64.744,22. ZERADO EM 2011	16.731,59	0,00
14	DEBITO JUNTO A VERA DE FREITAS CASTRO MORAIS CPF , REFERENTE AQUISICAO DE 75% DAS QUOTAS DA EMPRESA ALFA INCORP EMPREEND E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 03.620.663/0001-05. ADQ 25/10/2009 NO VALOR DE R\$.543.000,00	543.000,00	543.000,00
11	SALDO NEGATIVO CONTA CORRENTE 8626 04084-7. ZERADO EM 2011	15.114,20	0,00
11	SALDO NEGATIVO BANCO ITAU PERSONALITE 3935 29096-9	33.961,28	21.123,17
11	SALDO NEGATIVO BANKLINE PERSONALITE 3935 22152-7	11.752,04	0,00
11	CREDITO AUTOMATICO NO ITAU UNIBANCO SA CONTRATO 5649991 AG 3935-29096-9	0,00	18.342,54
11	CREDIAUTOMATICO/GOLD NO ITAU UNIBANCO SA 107968778.	0,00	9.794,10
11	EMPRESTIMO JUNTO AO BANCO SANTANDER AG 3932	0,00	103.520,83
TOTAL		1.218.619,70	1.239.314,51

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

134
0

INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE

Sem informações

ESPÓLIO

Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

135

NOME: ALVARO CASTRO MORAIS

CPF: 122.477.741-72

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2012

Ano-Calendário 2011

RESUMO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	180.000,00
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	987,31
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL	180.987,31

DEDUÇÕES

Contribuição à previdência oficial	4.846,56
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar e FAPI	0,00
Dependentes	3.779,28
Despesas com instrução	5.916,46
Despesas médicas	6.880,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
TOTAL	21.422,30

IMPOSTO DEVIDO

Base de cálculo do imposto	159.565,01
Imposto devido	35.192,92
Dedução de incentivo	0,00
Imposto devido I	35.192,92
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00
Imposto devido II	35.192,92
Imposto devido RRA	0,00
Total do imposto devido	35.192,92

IMPOSTO A RESTITUIR

SALDO DE IMPOSTO A PAGAR 0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	39.604,39
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	39.604,39

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco	341
Agência (sem DV)	3935
Conta para crédito	29096 9

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2010	4.750.185,21
Bens e direitos em 31/12/2011	4.738.102,74
Dívidas e ônus reais em 31/12/2010	1.218.619,70
Dívidas e ônus reais em 31/12/2011	1.239.314,51
Informações do cônjuge	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	208,03
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	15.442,30
Rendimentos tributáveis - cujo imposto está com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Part. Políticos, Comitês Financ. e Candidatos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00

OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO:

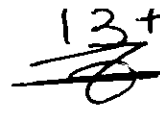
Utilizando as deduções legais



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

136
~~136~~

DOCUMENTO 13

13+


Agência: 018
Conta: 14.101931-2
Nome: INDUSTRIA NACIONAL DE
ASFALTOS S/A
CPF/CNPJ: 003.354.176/0001-30

Extrato de Conta

27/11/2012 16:43:38

Data	Histórico	Doc.	Valor	Saldo
	SALDO ANTERIOR			17,30
01/11/12	IOF ADIANT.DEPOSITANT.	0101001	-0,01	17,29
	IOF ALIQUOTA ADICIONAL	0101001	-0,16	17,13
	JUROS ADIANT.DEPOSIT.	0102001	-1,02	16,11
05/11/12	DESP.C/ NOTIFICACAO CONTRATUAL	0051112	-49,90	-33,79
07/11/12	TRANSF.P/COB.SALDO PG.TARIFA	1019320	50,00	16,21
	TAR.ADIANTAMENTO DEPOSITANTE	0022614	-50,00	-33,79
19/11/12	ESTORNO C/ RESSARCIMENTO	1176060	50,00	16,21
	IOF ADIANT.DEPOSITANT.	1901001	-0,01	16,20
	IOF ALIQUOTA ADICIONAL	1901001	-0,12	16,08
	JUROS ADIANT.DEPOSIT.	1902001	-1,89	14,19
27/11/12	PREVISAO PAGAMENTO DE CONTRATO	0760609	-112.526,39	-112.512,20
	SALDO			-112.512,20

SAC: 0800 701 0224

SAC Crédito Consignado: 0800 725 0048

SAC Deficiente Auditivo ou de Fala: 0800 940 0649

(de 2ª a 6ª feira, das 9:00 às 18:00)

Ouvidoria: 0800 725 2242

(de 2ª a 6ª feira, das 9:00 às 18:00)

Home | Conta Corrente | DayPag | Transferências TED / DOC | Pagamentos | DDA | Cobrança | Cheques | Inve

Conta Corrente

Extrato Detalhado

Extrato Moeda Estrangeira

Informe de Rendimentos

Extrato Detalhado

INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

Agência: 00019 Conta: 0007023350

Conta: 0007023350

Data	Nº Docto	Lançamento
		SALDO ANTERIOR
01/11	9900284	IOF ADICIONAL
05/11	0000000	TAR MAN TIT VENC
21/11	0000000	TAR MAN TIT VENC

Os saldos acima são baseados nas informações disponíveis até esse instante e novos lançamentos.

Central de Atendimento Dayconnect: 11 3138 0531

Horário de atendimento: Segunda à Sexta

SAC DAYCOVAL: 0800 775

Central de Atendimento para Deficiente Aud

Ouvindo: 0800 775 0800 - Atendimento mediante

Saldi

segurança na internet | política de privacidade | fale conosco

139
2
0

fe Atendimento - (11) 3138-0531

[stimentos](#) | [Câmbio](#) | [Cartão de Crédito](#) | [Configurações](#) | [Sair](#)

Período Consultado: 01/11/2012 a 27/11/2012

Extrato de Conta Corrente dos: 05 últimos dias

Débito (R\$)	Crédito (R\$)	Saldo (R\$)
		(748,12)
(0,08)	-	(748,20)
(6,94)	-	(755,14)
(6,94)	-	(762,08)

poderão ser alterados a qualquer momento em função de

- dayconnect@daycoval.com.br
das 08 às 18 horas.
CNPJ: 08.000.775/0005
protocolo formado pelo SAC.

o Resumido - 27/11/2012 15:47:11

Saldo Atual:	(762,08)
Limite(-):	0,00
Saldo Bloqueado(-):	0,00
Valor Bloqueado(-):	0,00
Saldo Disponível:	(762,08)

[Exportar TXT](#) [Exportar Excel](#) [Imprimir](#)

[Favoritos](#) [Selecione](#)

140
20

Saldos e Extratos



Extrato no Período

Agência / Conta: 0027 / 02014097-9

INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A

27/11/2012 - 15:08

Dia	Histórico	Nº docto.	Valor	Saldo
	Saldo Anterior			38.058,74+
NOVEMBRO				
01	DEPOS.UNIFICADO INT.	196075	25.403,00+	
01	DOC COMPENSADO	34449	1.060,00+	
01	TAR.TEDPESSOAL	23255	19,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	634819	291,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640749	1.964,50-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640849	1.250,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640852	700,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640853	1.400,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640854	2.000,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640855	1.000,00-	
01	DEBITO EMISSAO DOC	640856	1.700,00-	
01	PAGAMENTO DE ENERGIA	640851	587,29-	
01	DOC AGORA	108275	7.000,00-	
01	DOC AGORA	108276	13.725,56-	
01	DOC AGORA	108277	9.750,00-	
01	DOC AGORA	171206	25.000,00-	
01	DOC HOJE	622563	50.000,00-	
01	DOC HOJE	634818	1.800,00-	
01	CREDITO DOC AGORA	180998	30.380,00+	
01	CREDITO DOC HOJE	179330	50.400,00+	
01	CREDITO DOC HOJE	180919	53.071,53+	
01	PG.FICHA COMP.I.BANK	18646	918,95-	
01	TAR.MANUTENCAO CONTA	3157	35,00-	
01	TAR.TEDINTERNET	23594	15,00-	
01	TAR.DOC/TEDAGENDADA	39222	22,50-	
01	TAR.DOCINTERNET	108293	60,00-	
01	TARIFA COBR. TITULOS	33723	6,76-	79.127,71+
05	DEPOSITO UNIFICADO	5085	500,00+	
05	DEPOS.UNIFICADO INT.	699699	764,00+	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699291	2.400,00-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699293	1.650,00-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699343	1.447,26-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699345	2.235,50-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699370	1.936,00-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699428	560,00-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699431	1.493,00-	
05	DEBITO EMISSAO DOC	699480	475,00-	
05	PAGAMENTO TELEFONE	699430	80,22-	
05	DOC AGORA	108359	5.000,00-	
05	DOC AGORA	108360	5.000,00-	
05	DOC AGORA	108361	9.928,00-	

141
2

05	DOC AGORA	108362	30.000,00-	
05	CREDITO DOC HOJE	181861	28.000,00+	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	37506	1.665,78-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	37507	897,83-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	37508	486,38-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	37509	2.056,95-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	40494	100,00-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	40495	4.741,25-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	41045	330,54-	
05	PG.FICHA COMP.I.BANK	41046	430,00-	
05	TAR.DOC/TEDAGENDADAI	29326	30,00-	
05	TAR.DOCINTERNET	61540	60,00-	
05	TARIFA COBR. TITULOS	25361	1,20-	35.386,80+
06	DEBITO EMISSAO DOC	721848	560,00-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738769	800,00-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738821	4.741,25-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738822	2.678,12-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738823	542,04-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738897	76,00-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738898	300,00-	
06	DEBITO EMISSAO DOC	738899	890,14-	
06	DOC HOJE	725046	1.100,00-	
06	PAGAMENTO FGTS	982569	90,02-	
06	PAGAMENTO FGTS	982570	815,48-	
06	PAGAMENTO FGTS	982571	115,63-	
06	PAGAMENTO FGTS	982574	1.356,87-	
06	PG.FICHA COMP.I.BANK	15760	563,85-	
06	TAR.TEDINTERNET	12053	7,50-	
06	TAR.DOCINTERNET	59965	60,00-	20.689,90+
07	DEPOS.UNIFICADO INT.	195160	800,00+	
07	DEBITO EMISSAO DOC	779646	952,82-	
07	DEBITO EMISSAO DOC	779647	364,80-	
07	DOC AGORA	108622	14.939,64-	
07	DOC HOJE	773978	35.000,00-	
07	CREDITO DOC HOJE	186398	35.839,75+	
07	PAGAMENTO FGTS	997978	36,80-	
07	PAGAMENTO FGTS	997979	2.537,05-	
07	TAR.TEDINTERNET	11593	7,50-	
07	TAR.DOC/TEDAGENDADAI	27693	7,50-	
07	TAR.DOCINTERNET	58087	15,00-	3.468,54+
08	DEPOS.UNIFICADO INT.	195086	25.350,00+	
08	DEBITO EMISSAO DOC	817252	900,05-	
08	DEBITO EMISSAO DOC	817284	1.725,00-	
08	PAGAMENTO DE AGUA	817251	540,77-	
08	PAGAMENTO DE AGUA	817253	568,99-	
08	DOC HOJE	796085	32.000,00-	
08	DOC HOJE	797417	7.572,59-	
08	DOC HOJE	802324	30.000,00-	
08	DOC HOJE	804916	2.600,00-	
08	DOC HOJE	804918	3.415,50-	
08	CREDITO DOC HOJE	187031	49.859,21+	
08	CREDITO DOC HOJE	187211	26.400,00+	
08	PG.FICHA COMP.I.BANK	22327	89,00-	
08	TAR.TEDINTERNET	11181	37,50-	

08	TAR.DOCINTERNET	56288	15,00-	25.613,35+
09	DEBITO EMISSAO DOC	853344	1.462,40-	
09	DEBITO EMISSAO DOC	853345	1.302,84-	
09	DEBITO EMISSAO DOC	853346	1.379,06-	
09	DEBITO EMISSAO DOC	853347	1.806,68-	
09	DEBITO EMISSAO DOC	853348	2.000,00-	
09	DOC HOJE	839099	31.000,00-	
09	DOC HOJE	849263	10.807,70-	
09	DOC HOJE	849264	9.040,70-	
09	CREDITO DOC HOJE	188999	31.004,75+	
09	CREDITO DOC HOJE	189904	22.301,00+	
09	LIB.GAR.S/VIN-CONTIG	340706	8.150,85+	
09	TAR.TEDINTERNET	10702	22,50-	
09	TAR.DOCINTERNET	43566	37,50-	28.210,57+
12	DEPOSITO UNIFICADO	323087	3.130,05+	
12	DOC 'D' REMETIDO	905013	3.550,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905010	1.448,65-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905011	1.689,05-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905012	1.818,06-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905014	936,87-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905015	1.230,26-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905016	1.081,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905017	1.180,81-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905018	1.818,99-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905020	4.000,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905021	1.484,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905022	1.143,07-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905024	1.280,45-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905025	600,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905026	1.797,91-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905027	480,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905028	1.005,60-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905029	1.081,00-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905030	1.284,95-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905031	1.255,90-	
12	DEBITO EMISSAO DOC	905032	378,40-	
12	DOC HOJE	871836	28.000,00-	
12	DOC HOJE	895457	30.000,00-	
12	DOC HOJE	896641	1.700,00-	
12	DOC HOJE	899251	1.342,01-	
12	CREDITO DOC AGORA	192062	30.061,50+	
12	CREDITO DOC HOJE	191500	4.658,51+	
12	CREDITO DOC HOJE	191654	30.000,00+	
12	CREDITO DOC HOJE	192160	29.103,48+	
12	PG.FICHA COMP.I.BANK	40545	1.165,06-	
12	TAR.TEDINTERNET	11506	30,00-	
12	TAR.DOCINTERNET	45692	157,50-	
12	TARIFA COBR. TITULOS	21767	10,14-	32.214,43+
13	DEBITO EMISSAO DOC	18341	560,00-	
13	DEBITO EMISSAO DOC	32342	2.200,73-	
13	DEBITO EMISSAO DOC	32343	1.917,00-	
13	DEBITO EMISSAO DOC	32344	1.000,00-	
13	DEBITO EMISSAO DOC	32345	550,34-	
13	DEBITO EMISSAO DOC	32346	850,00-	

142
26

143
26

13	DOC AGORA	108986	12.000,00-	
13	DOC AGORA	108987	9.650,00-	
13	DOC HOJE	15117	5.539,50-	
13	DOC HOJE	27679	22.000,00-	
13	CREDITO DOC HOJE	193510	29.905,92+	
13	TAR.TEDINTERNET	11060	15,00-	
13	TAR.DOC/TEDAGENDADA	27619	15,00-	
13	TAR.DOCINTERNET	45096	45,00-	5.777,78+
14	DEBITO EMISSAO DOC	64888	246,47-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	64894	611,14-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	64897	629,95-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	64898	2.127,45-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68075	2.599,01-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68076	965,32-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68078	582,00-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68079	1.795,50-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68104	971,50-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68105	1.645,54-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68129	1.203,00-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68324	2.196,46-	
14	DEBITO EMISSAO DOC	68971	957,00-	
14	DOC HOJE	62429	17.919,13-	
14	DOC HOJE	62430	1.278,00-	
14	DOC HOJE	64889	1.480,38-	
14	DOC HOJE	64890	2.169,91-	
14	DOC HOJE	64891	2.428,10-	
14	DOC HOJE	64892	1.600,00-	
14	DOC HOJE	64893	1.703,20-	
14	DOC HOJE	64895	1.656,08-	
14	DOC HOJE	64896	1.229,90-	
14	DOC HOJE	64899	1.203,00-	
14	DOC HOJE	64900	1.349,45-	
14	DOC HOJE	64901	2.481,99-	
14	DOC HOJE	64902	1.694,26-	
14	DOC HOJE	64905	1.212,00-	
14	DOC HOJE	64906	2.454,27-	
14	DOC HOJE	65512	1.333,00-	
14	DOC HOJE	729607	120.000,00-	
14	CREDITO DOC HOJE	194615	44.257,99+	
14	CREDITO DOC HOJE	194657	128.366,40+	
14	CREDITO DOC HOJE	195623	9.245,28+	
14	PG.FICHA COMP.I.BANK	15480	517,06-	
14	PG.FICHA COMP.I.BANK	15491	972,95-	
14	PG.FICHA COMP.I.BANK	16880	420,00-	
14	TAR.TEDINTERNET	10877	127,50-	
14	TAR.DOCINTERNET	43386	97,50-	5.789,43+
16	DEPOS.UNIFICADO INT.	198017	1.060,00+	
16	DEBITO EMISSAO DOC	104399	2.657,78-	
16	DEBITO EMISSAO DOC	104403	2.355,14-	
16	DOC HOJE	86448	15.000,00-	
16	DOC HOJE	98860	2.475,00-	
16	DOC HOJE	98861	2.700,00-	
16	DOC HOJE	98863	3.800,00-	
16	DOC HOJE	100475	2.475,00-	

144
2

16	CREDITO DOC HOJE	196081	31.911,25+	
16	DEV.DOC.HOJE	196959	2.475,00+	
16	PG.FICHA COMP.I.BANK	22051	769,70-	
16	PG.FICHA COMP.I.BANK	23746	1.225,34-	
16	PG.FICHA COMP.I.BANK	23845	1.286,61-	
16	TAR.TEDINTERNET	10625	37,50-	
16	TAR.DOCINTERNET	43506	15,00-	6.438,61+
19	TAR.TEDPESSOAL	11054	19,00-	
19	DOC AGORA	172154	25.000,00-	
19	CREDITO DOC HOJE	199013	30.196,25+	
19	TRANSF.BLOQUEIO JUD.	3	5.777,78-	5.838,08+
20	DEPOSITO UNIFICADO	247358	10.453,50+	
20	DEBITO EMISSAO DOC	188479	400,00-	
20	DOC HOJE	174275	2.050,00-	
20	DOC HOJE	176063	25.000,00-	
20	DOC HOJE	180305	6.000,00-	
20	CREDITO DOC HOJE	199745	28.373,60+	
20	TAR.TEDINTERNET	8891	22,50-	
20	TAR.DOCINTERNET	39163	7,50-	
20	TARIFA COBR. TITULOS	16348	13,52-	
20	LIB.GAR.S/VIN-CONTIG	344303	10.781,36+	
20	LIB.GAR.S/VIN-CONTIG	344342	41.109,17+	63.062,19+
21	DEBITO EMISSAO DOC	231426	580,06-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231648	1.797,91-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231650	4.901,17-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231651	1.026,25-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231652	3.886,54-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231653	2.500,00-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231654	3.231,22-	
21	DEBITO EMISSAO DOC	231655	831,90-	
21	DOC HOJE	219534	2.689,05-	
21	DOC HOJE	219535	1.000,00-	
21	DOC HOJE	219536	2.200,00-	
21	DOC HOJE	219537	2.357,07-	
21	DOC HOJE	224345	3.810,00-	
21	DEV.DOC.HOJE	201669	2.357,07+	
21	TAR.TEDINTERNET	11180	37,50-	
21	TAR.DOCINTERNET	46849	60,00-	
21	TARIFA COBR. TITULOS	22923	2,40-	34.508,19+
22	DOC COMPENSADO	700005	1.337,49+	
22	DEBITO EMISSAO DOC	262751	800,00-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266188	4.613,69-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266189	1.961,34-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266190	2.975,67-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266193	1.280,45-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266194	1.108,00-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266196	3.136,00-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266197	2.500,00-	
22	DEBITO EMISSAO DOC	266198	1.113,04-	
22	DOC HOJE	242409	60.000,00-	
22	DOC HOJE	242410	71.319,22-	
22	DOC HOJE	261506	8.000,00-	
22	DOC HOJE	262752	1.332,50-	
22	CREDITO DOC HOJE	202450	147.796,47+	

145
2

22	PAGAMENTO FGTS	105018	635,25-	
22	PG.FICHA COMP.I.BANK	9417	474,05-	
22	TAR.TEDINTERNET	11050	30,00-	
22	TAR.DOCINTERNET	44219	67,50-	
22	TARIFA COBR. TITULOS	20712	3,38-	22.292,06+
23	TAR.TEDPESSOAL	10660	19,00-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298597	3.219,39-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298598	2.600,00-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298599	500,00-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298600	1.845,00-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298601	600,00-	
23	DEBITO EMISSAO DOC	298602	843,28-	
23	DOC AGORA	109752	5.000,00-	
23	DOC AGORA	109753	5.000,00-	
23	DOC AGORA	171336	30.000,00-	
23	DOC HOJE	274433	5.000,00-	
23	DOC HOJE	284068	1.065,30-	
23	DOC HOJE	285211	4.428,61-	
23	DOC HOJE	288005	8.000,00-	
23	DOC HOJE	291824	80.000,00-	
23	DOC HOJE	295921	4.069,22-	
23	DOC HOJE	295923	3.237,82-	
23	CREDITO DOC HOJE	204474	64.554,63+	
23	CREDITO DOC HOJE	204618	48.034,50+	
23	CREDITO DOC HOJE	205487	20.000,00+	
23	CREDITO DOC HOJE	205671	37.737,02+	
23	TAR.TEDINTERNET	11082	52,50-	
23	TAR.DOC/TEDAGENDADA	27687	15,00-	
23	TAR.DOCINTERNET	44874	45,00-	37.078,09+
26	DOC AGORA	109821	7.000,00-	
26	DOC HOJE	326961	24.000,00-	
26	DOC HOJE	337438	3.400,00-	
26	DOC HOJE	339936	45.000,00-	
26	CREDITO DOC HOJE	206705	32.642,75+	
26	CREDITO DOC HOJE	206970	15.675,00+	
26	TAR.TEDINTERNET	11858	22,50-	
26	TAR.DOC/TEDAGENDADA	30179	7,50-	5.965,84+
27	TRANSF.BLOQUEIO JUD.	93020	5.146,58-	
	Saldo Atual			819,26+

RESUMO

Saldo Conta Corrente	(=)	819,26+
Saldo Bloqueado		
Bloqueio Judicial	(-)	5.146,58
CPMF a Debitar	(-)	0,00
Saldo	(=)	4.327,32-
CPMF Prevista s/ Saldo	(-)	0,00
Limite Crédito Rotativo	(=)	0,00
Saldo Disponível	(=)	4.327,32-

 Informações sujeitas a confirmação.

147
2

INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA
RONALDO XAVIER DE BARROS BARRETO

AGÊNCIA: 3684 CONTA: 28280 - 4

DEMONSTRATIVO MENSAL - CONTA CORRENTE

DATA	HISTÓRICO	DOCTO	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
31/10/12	SALDO ANTERIOR				494,11
01/11/12	OPERACAO CAPITAL GIRO CONTR 006004760 PARC 003/054	3510306		494,11	0,00
05/11/12	DEP ID DP06-AUTOAT DIN 0000003354176000130	9165787	110,00		
	MORA CAPITAL DE GIRO	3510310		110,00	0,00
06/11/12	DEP IDENTIFIC DINHEIRO 0000003354176000130	1033664	990,00		
	DEP ID DP06-AUTOAT CHQ 0000003354176000130	9041282	1.539,60		
	ENCARGOS DESCOBERTO CC	121106		4,06	
	MORA CAPITAL DE GIRO	3510311		2.524,17	
	ENCARGO SALDO VINCULADO	7140311		1,37	0,00
12/11/12	DOC CREDITO AUTOMATICO* INDUSTRIA NACIONAL A. S/A	905013	3.550,00		
	TARIFA DI AGENCIA DEPOSITOIdentificado	1		2,90	
	TARIFA DI AGENCIA DEPOSITOIdentificado	1		2,90	
	TARIFA DI AUTOAT DEPOSITOIdentificado	1		2,90	
	TARIFA DI AUTOAT DEPOSITOIdentificado	1		2,90	
	TARIFA DI AUTOAT DEPOSITOIdentificado	1		2,90	
	TAR OBB CONVENC MANUT	4008		30,00	
	MORA CAPITAL DE GIRO	3510317		2.596,49	
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE ADIANT.DEPOSITANTE	31012		42,00	
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE ADIANT.DEPOSITANTE	91012		42,00	
	TAR ADIANT.DEPOSITANTE ADIANT.DEPOSITANTE	101012		42,00	783,01
13/11/12	BLOQUEIO-ORDEM JUDICIAL OFICIO 20120003328795-00012	39240		783,01	-0,00
19/11/12	VALOR TRANSF.JUDICIAL OFICIO 20120003328795-00012	39240	783,01		
	TED-TRANSF ELET DISPON OFICIO 20120003328795-00012	8600		783,01	-0,00
22/11/12	TARIFA AUTORIZ COBRANCA TIT.BX.DECURSO PRAZO 00000001	2028282		1,00	-1,00
23/11/12	TARIFA AUTORIZ COBRANCA EXTRATO DE COBRANCA 00000001	2028282		1,70	-2,70
	TOTAL DA MOVIMENTAÇÃO		6.972,61	7.469,42	-2,70

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA - SUJEITO A ALTERAÇÕES
Terça, 27 de novembro de 2012, 17:08:07



148
2

Extrato por período

Cliente: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S

Conta: 2525 / 003 / 00030226-5

Data: 27/11/2012 - 17:43

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	99.209,53 D
01/11/2012	900001	DEB.JUROS	3.540,42 D	102.749,95 D
01/11/2012	000000	DEB.IOF	237,36 D	102.987,31 D
01/11/2012	011112	DEB SICOB	0,50 D	102.987,81 D
01/11/2012	000016	TAR EXCESS	27,00 D	103.014,81 D

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

149
26

DOCUMENTO 14

150
2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ARAGUATINS – TOCANTINS

CARTÓRIO DE P. JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS

LUIZ TOLENTINO

IOLETE MARQUES DA SILVA

Oficial

Sub-Oficial

PRAÇA DA BANDEIRA Nº 156 – CEP: 77950-000. Tel/Fax: (63) 3474-3154. email: tolentinoagt@gmail.com

C E R T I D ã O

LUIZ TOLENTINO, 2º Tabelião de Notas, Títulos e Documentos, e Protestos, desta cidade e comarca de Araguatins – TO.

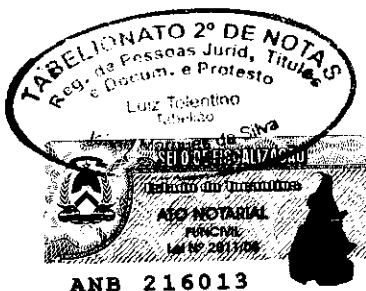
C E R T I F I C O para os fins devidos e a requerimento verbal de pessoa interessada e pela faculdade que me é conferida por lei, que revendo os “**LIVROS DE PROTESTOS**” do Cartório a meu cargo, deles verifiquei “**NÃO CONSTAR**” registro algum de instrumento de protesto da responsabilidade da **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, inscrita no CNPJ sob Nº **03.354.176/0007-25**, estabelecida em Araguatins - TO. Emolumentos R\$. 28,00, Funcivil R\$. 7,05, Tx. Judiciária R\$. 3,00, Selo de Fiscalização Nº **ANB 216013**.

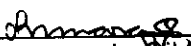
Esta certidão se refere ao período dos últimos dez (10) anos.

Nada mais quanto ao pedido feito.

Todo o referido é verdade.

Araguatins, 08 de novembro de 2012.




Iolete Marques da Silva
Sub-Oficial



151
Z

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ARAGUATINS – TOCANTINS

CARTÓRIO DE P. JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
LUIZ TOLENTINO IOLETE MARQUES DA SILVA

Oficial

Sub-Oficial

PRAÇA DA BANDEIRA Nº 156 – CEP: 77950-000. Tel/Fax: (63) 3474-3154. email: tolentinoagt@gmail.com

C E R T I D ã O

LUIZ TOLENTINO, 2º Tabelião de Notas, Títulos e Documentos, e Protestos, desta cidade e comarca de Araguatins – TO.

C E R T I F I C O para os fins devidos e a requerimento verbal de pessoa interessada e pela faculdade que me é conferida por lei, que revendo os “**LIVROS DE PROTESTOS**” do Cartório a meu cargo, deles verifiquei “**NÃO CONSTAR**” registro algum de instrumento de protesto da responsabilidade da **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, inscrita no CNPJ sob Nº **03.354.176/0001-30**, estabelecida em Palmas - TO. Emolumentos R\$. 28,00, Funcivil R\$. 7,05, Tx. Judiciária R\$. 3,00, Selo de Fiscalização Nº **ANB 216012**.

Esta certidão se refere ao período dos últimos dez (10) anos.

Nada mais quanto ao pedido feito.

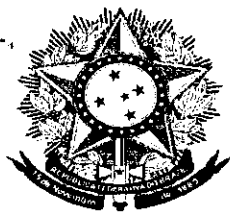
Todo o referido é verdade.

Araguatins, 08 de novembro de 2012.



Iolete Marques da Silva
Iolete Marques da Silva
Sub-Oficial





152

[assinatura]

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E
TABELIONATO DE PROTESTOS DE PALMAS**

Geraldo Henrique Moromizato
Oficial/Tabelião

Adriano Moromizato
Ferdinando do Couto Souza
Substitutos

CERTIDÃO POSITIVA DE PROTESTO

O OFICIAL/TABELIÃO DO CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E TABELIONATO DE PROTESTOS DA
COMARCA DE PALMAS-TO.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, inscrito(a) no CNPJ nº 03.354.176/0001-30 que, revendo em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", **ENCONTROU 62 (sessenta e dois)** protesto(s) de títulos:

Apontamento	Data Venc.	N. TITULO	Val. Título	Credor	Apresentante
774202	20/12/2011	FA00467002	4.500,00	COMAC TOCANTINS COM DE MAQUINAS AGRIC LT	BRADESCO S/A
781986	29/01/2012	32346/02	1.251,25	CARFIL PNEUS LTDA - EPP	BANCO DO BRASIL S/A
782815	05/11/2011	001381	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
782816	05/01/2012	1461	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
782817	05/02/2012	1496	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
786658	24/01/2012	9876/77/78	1.690,82	RILMAR GOMES DE SOUZA	BANCO ITAU S/A
788569	08/03/2012	00000010723	6.189,00	H.P.S. TECNOLOGIA LTDA-ME	BANCO DO BRASIL S/A
788692	24/02/2012	9878-9879-9880/03	1.690,82	RILMAR GOMES DE SOUSA	RILMAR GOMES DE SOUSA
796216	09/04/2012	1946-03	6.247,50	JOSE ALVES E MAGAINE LTDA	BANCO ITAU S/A
798141	19/04/2012	7030	192,00	MARAJÓ DIESEL C AUTOPECAS LTDA	BANCO ITAU S/A
799480	02/05/2012	S000000717	850,00	L K C ARAUJO	BRADESCO S/A
799938	25/04/2012	7056-1/2	122,00	MARAJÓ DIESEL C AUTOPECAS LTDA	BANCO ITAU S/A
800833	29/04/2012	0021713	1.148,00	REDEMIL IMPLEMENTOS RODOV LTDA	BANCO ITAU S/A
801560	10/05/2012	NF04688VE20	70,00	ELETRO CENTRO SUL-COMERCIO VAREJISTA DE MATER	BANCO DO BRASIL S/A
801658	06/05/2012	00000011123	5.481,00	H.P.S. TECNOLOGIA LTDA-ME	BANCO DO BRASIL S/A
802316	03/05/2012	19489/1	105,00	PODIUM COM DE PROD AUTOBANCO ITAU S/A LTDA	
802328	03/05/2012	19487/1	215,00	PODIUM COM DE PROD AUTOBANCO ITAU S/A LTDA	

[assinatura]
Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Suboficial / Tabelião Substituto

153
26

802531	03/05/2012	1094/01	514,85	FONSECA E RIBEIRO LTDA ME	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO
803687	18/05/2012	32161/1	185,25	AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
803743	18/05/2012	32160/1	840,00	AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
804207	06/05/2012	114838CA	659,93	BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA	BANCO ITAU S/A
804529	16/05/2012	7359	35,00	MARAJÓ DIESEL C AUTOPECAS LTDA	BANCO ITAU S/A
805079	20/03/2012	4	858,00	INTEGRESIS AUTOMAÇÃO LTDA	INTEGRESIS AUTOMAÇÃO LTDA
805809	25/05/2012	5718	1.800,00	HOBBY LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	BANCO DO BRASIL S/A
805990	27/05/2012	1838/0-1	188,00	GS TUBOS E CONEXOES LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
806013	28/05/2012	700712	319,85	TRANSBURRINHO ENCOMENDAS E CARGAS LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
806373	23/05/2012	RE39302	474,13	MARLEDES JOSE HILARIO ME	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO
806393	20/05/2012	7452	286,00	MARAJÓ DIESEL C AUTOPECAS LTDA	BANCO ITAU S/A
807034	30/05/2012	NF:2047/48	1.261,75	C R CIRQUEIRA MOTA - PARAFUSOS ME	BANCO DO BRASIL S/A
807272	20/05/2012	5.953	2.535,47	MACOPAN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	MACOPAN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
807293	03/06/2012	00025402	280,00	REDEMIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	BRADESCO S/A
807665	01/06/2012	33937/1	840,00	AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
807856	02/06/2012	131223-AA	416,00	BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA	BRADESCO S/A
808398	05/06/2012	S000002020	72,00	TSUNODA & ALMEIDA LTDA	BRADESCO S/A
808543	07/06/2012	NF9807	447,06	L. A. DE MORAIS - EPP	BANCO DO BRASIL S/A
809234	08/06/2012	NF7004/01	305,65	FORTE MIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LT	BANCO DO BRASIL S/A
809253	08/06/2012	NF7005	377,45	FORTE MIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LT	BANCO DO BRASIL S/A
809361	06/06/2012	00000011205	5.757,49	H.P.S. TECNOLOGIA LTDA-ME	BANCO DO BRASIL S/A
810890	18/06/2012	5742	1.800,00	HOBBY LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	BANCO DO BRASIL S/A
811637	18/06/2012	NF7061	77,90	FORTE MIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LT	BANCO DO BRASIL S/A
811982	29/02/2012	160929-1	394,00	FERPAM - COMERCIO DE FERRAMENTAS E MÁQUINAS LTDA	CDL CAMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PALMAS 1
812003	24/06/2012	00024773	277,00	REDEMIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	BRADESCO S/A
812263	05/04/2012	1568	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
812264	05/06/2012	1665	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
812279	25/06/2012	NF07175-1/	75,00	MARLEDES JOSE HILARIO ME	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO

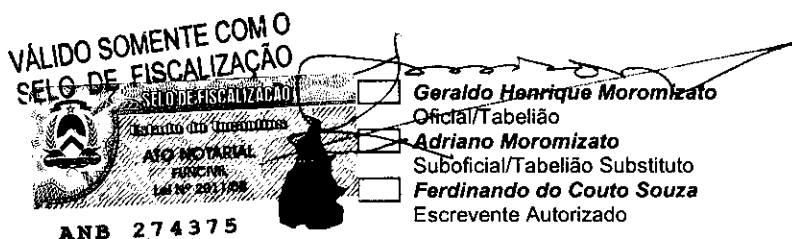
Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas,
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Suboficial / Tabelião Substituto

154
3

812853	28/06/2012	NF9962	108,60	L. A. DE MORAIS - EPP	BANCO DO BRASIL S/A
813113	01/07/2012	33937/2	840,00	AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
813456	03/07/2012	00025403	280,00	REDEMIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	BRABESCO S/A
813866	29/06/2012	1427	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
813867	29/06/2012	1461	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
813868	29/06/2012	1496	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
813869	29/06/2012	1532	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
813870	29/06/2012	1619	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
814082	22/06/2012	0000017718	533,17	ROMANEL SERV E TRANSP LTDA EPP	BANCO ITAU S/A
815668	09/07/2012	00000011274	4.292,54	H.P.S. TECNOLOGIA LTDA-ME	BANCO DO BRASIL S/A
815890	05/07/2012	1710	4.408,52	TOTAL VIGILANCIA E SEGUR LTDA	BANCO ITAU S/A
818138	23/07/2012	FA01003401	3.515,22	NAVES A C ONIBUS LTD	BANCO ITAU S/A
818611	25/07/2012	VE28706	30,00	MARLEDES JOSE HILARIO ME	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO
818612	25/07/2012	NF07175-2/	75,00	MARLEDES JOSE HILARIO ME	HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO
819608	31/07/2012	33937/3	840,00	AUTO ACESSORIOS BIRIBA LTDA	BANCO DO BRASIL S/A
834538	05/10/2012	0124/2554	9.421,92	HOBBY LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	BANCO DO BRASIL S/A
837007	15/10/2012	00000011625	3.223,00	H.P.S. TECNOLOGIA LTDA-ME	BANCO DO BRASIL S/A

Esta certidão se refere ao período de **06/11/2007 à 06/11/2012**.
Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 06 de novembro de 2012, às 08h37min.



CERTIDÃO.....:	21,14
TAXA JUDICIÁRIA.....:	3,00
FUNCIVIL.....:	7,05
TOTAL.....:	31,19

15 10.98

POSITIVA

001/2002
10- PROTOCOLO 080666

R E P U B L I C A F E D E R A T I V A D O B R A S I L

TABELIONATO DE PROTESTOS DE DOCS. DE DIVIDA DE BETIM

TABELIAO : JOSE ANGELO DE ASSIS EUSTAQUIO
TABEL. SUBS.: ANGELO SANDRO DE ASSIS PINHO FERRAZ

PRACA AMELIA OLIVEIRA GOMES, 321 - TELEFONE 531-1105 - M.G.

C E R T I D A O

O BEL. JOSE ANGELO DE ASSIS EUSTAQUIO, TABELIAO
DO REGISTRO DE PROTESTOS DE TITULOS DO TERMO DE BETIM
DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM PLENO EXERCICIO DO
CARGO,CERTIFICA A PEDIDO VERBAL DA PARTE INTERESSADA QUE, REVENDO OS LIVROS DE
REGISTRO DE PROTESTOS DE TITULOS, EM SEU TABELIONATO, NELES ENCONTROU O(S)
SEGUINTE(S) DA RESPONSABILIDADE DE **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS SA -**
C.N.P.J.: 03.354.176/0002-10, COM ESTE(S) NOME(S), NO PERIODO DE 5
(CINCO) ANOS ANTERIORES A ESTA DATA.*****

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1248 / 0146 DAT.PROT.: 01/11/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 1.925,96 VENCTO.: 16/10/2012
CRED./SACADOR: RODOLOPES IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA PROTOCOLO : 786.774
APRESENTANTE : BCO BRADESCO SA No.TITULO : 2145/2146
END.APRESENT.: AV.GOV.VALADARES, 160, CENTRO MUN: BETIM

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1193 / 0072 DAT.PROT.: 24/02/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 5.500,00 VENCTO.: 08/02/2012
CRED./SACADOR: CASPPER DISTRIBUIDORA LTDA PROTOCOLO : 759.954
APRESENTANTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO SA No.TITULO : 041087/3
END.APRESENT.: AV.JOAO PINHEIRO, 500, CENTRO MUN: BELO HORIZONTE

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1238 / 0137 DAT.PROT.: 12/09/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 450,00 VENCTO.: 22/08/2012
CRED./SACADOR: TALIN AUTO VIDROS LTDA PROTOCOLO : 781.744
APRESENTANTE : BANCO ITAU UNIBANCO SA No.TITULO : 2931
END.APRESENT.: RUA RIO DE JANEIRO, 405, CENTRO MUN: BETIM

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1186 / 0154 DAT.PROT.: 24/01/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 5.500,00 VENCTO.: 09/01/2012
CRED./SACADOR: CASPPER DISTRIBUIDORA LTDA PROTOCOLO : 756.812
APRESENTANTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO SA No.TITULO : 041087/2
END.APRESENT.: AV.JOAO PINHEIRO, 500, CENTRO MUN: BELO HORIZONTE

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1245 / 0043 DAT.PROT.: 16/10/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 1.925,96 VENCTO.: 13/09/2012
CRED./SACADOR: RODOLOPES IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA PROTOCOLO : 785.022
APRESENTANTE : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO SA No.TITULO : 2145/2146
END.APRESENT.: AV.JOAO PINHEIRO, 500, CENTRO MUN: BELO HORIZONTE



CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0001-30 LV/FL: 1222 / 0001 DAT.PROT.: 27/06/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 535,28 VENCTO.: 18/05/2012
CRED./SACADOR: LAUDOCENTER INSPECAO VEICULAR LTDA PROTOCOLO : 774.078
APRESENTANTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL No.TITULO : 778
END.APRESENT.: AV.AMAZONAS, 714, CENTRO MUN: BETIM

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0001-30 LV/FL: 1226 / 0001 DAT.PROT.: 13/07/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 289,57 VENCTO.: 04/06/2012
CRED./SACADOR: LAUDOCENTER INSPECAO VEICULAR LTDA PROTOCOLO : 775.945
APRESENTANTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL No.TITULO : 997
END.APRESENT.: AV.AMAZONAS, 714, CENTRO MUN: BETIM

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1201 / 0122 DAT.PROT.: 28/03/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 195,00 VENCTO.: 28/02/2012
CRED./SACADOR: FACCHINI SA PROTOCOLO : 764.273
APRESENTANTE : BCO BRADESCO SA No.TITULO : 000005/01
END.APRESENT.: AV.GOV.VALADARES, 160, CENTRO MUN: BETIM

CNPJ/CPF DEV.: 03.354.176/0002-10 LV/FL: 1221 / 0092 DAT.PROT.: 25/06/2012
ESPECIE : DUPL.MERC.INDIC. MOTIVO : FALTA DE PAGAMENTO
VALOR : R\$ 380,00 VENCTO.: 03/06/2012
CRED./SACADOR: BECAP COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA PROTOCOLO : 773.851
APRESENTANTE : BCO BRADESCO SA No.TITULO : 020502-A0
END.APRESENT.: AV.GOV.VALADARES, 160, CENTRO MUN: BETIM

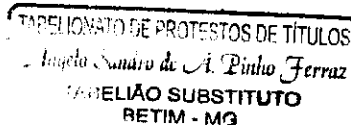
O REFERIDO E' VERDADE E DOU FE'

BETIM, 5 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2012 (DOIS MIL E DOZE)

O TABELIAO

ROGA-SE CONFERIR O NOME CONSTANTE DESTA CERTIDAO

ESTA CERTIDAO SO SE REFERE AO NUMERO BASICO DE INSCRICAO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE TAL COMO ACIMA GRAFADO(S), NAO ABRANGENDO DOCUMENTOS DIFERENTES, AINDA QUE PROXIMOS, INVERTIDOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERRO NO PEDIDO RESPECTIVO.



154
12

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada, que revendo em meu poder em Cartório, os Livros de Registro de Instrumento de Protesto, neles verifiquei no período de 01/11/2007 à 01/11/2012, existir 36 (trinta e seis) título(s) protestado(s) em nome do(a) Sr.(a) **INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, Via Primária c/ Secundária, Qd. 03, Lt. 10, Distrito Agroindustrial, Goianira - GO, inscrito(a) no CNPJ nº 03.354.176/0004-82, cujo protesto passo a transcrever:

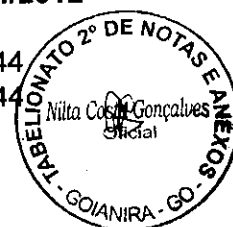
Livro: 17 Página: 54 Nº Prot.: 2454 Dt. Prot.: 27/03/2012 Dt. Protocolo: 16/03/2012
Nº Protocolo: 11644 Nº Título: 326/25-3 Venc: 26/02/2012 Valor: 6.000,00
Cedente: HIDRAULASER EQUIP RODOVIARIOS CNPJ nº 02.078.494/0001-52
Sacador: HIDRAULASER EQUIP RODOVIARIOS CNPJ nº 02.078.494/0001-52
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 17 Página: 149 Nº Prot.: 2549 Dt. Prot.: 25/04/2012 Dt. Protocolo: 12/04/2012
Nº Protocolo: 11777 Nº Título: 000043 Venc: 16/03/2012 Valor: 875,00
Cedente: FRISIO TECNOLOGIA CNPJ nº 01.637.609/0001-39
Sacador: FRISIO TECNOLOGIA CNPJ nº 01.637.609/0001-39
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 17 Página: 150 Nº Prot.: 2550 Dt. Prot.: 25/04/2012 Dt. Protocolo: 12/04/2012
Nº Protocolo: 11781 Nº Título: 466/12 Venc: 26/03/2012 Valor: 712,00
Cedente: FOUR FACTORING F MERCANTIL LTD CNPJ nº 05.803.501/0001-20
Sacador: TRANSPIONEIRA TRANSPORTES E LO CNPJ nº 13.713.781/0001-03
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 17 Página: 151 Nº Prot.: 2551 Dt. Prot.: 25/04/2012 Dt. Protocolo: 12/04/2012
Nº Protocolo: 11808 Nº Título: 652 Venc: 20/03/2012 Valor: 1.000,00
Cedente: ENGRENEX REC BLOCOS CABEC LTDA CNPJ nº 02.400.468/0001-07
Sacador: ENGRENEX REC BLOCOS CABEC LTDA CNPJ nº 02.400.468/0001-07
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 17 Página: 154 Nº Prot.: 2554 Dt. Prot.: 30/04/2012 Dt. Protocolo: 18/04/2012
Nº Protocolo: 11855 Nº Título: 018549-AD Venc: 05/04/2012 Valor: 546,70
Cedente: BECAP COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0004-44
Sacador: BECAP COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0004-44
Portador: BANCO BRADESCO S/A



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

Livro: 17 Página: 196 Nº Prot.: 2596 Dt. Prot.: 14/05/2012 Dt. Protocolo: 02/05/2012
Nº Protocolo: 11972 Nº Título: 114880-BA Venc: 06/04/2012 Valor: 954,24
Cedente: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Sacador: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 17 Página: 197 Nº Prot.: 2597 Dt. Prot.: 14/05/2012 Dt. Protocolo: 02/05/2012
Nº Protocolo: 11973 Nº Título: 66821 Venc: 17/04/2012 Valor: 1.340,00
Cedente: TURBO K LTDA CNPJ nº 04.060.442/0001-84
Sacador: TURBO K LTDA CNPJ nº 04.060.442/0001-84
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 18 Página: 7 Nº Prot.: 2607 Dt. Prot.: 17/05/2012 Dt. Protocolo: 09/05/2012
Nº Protocolo: 12012 Nº Título: 8837 Venc: 10/04/2012 Valor: 321,23
Cedente: TRANSP. DE PEDRAS CNPJ nº 00.136.630/0001-98
Sacador: TRANSP. DE PEDRAS CNPJ nº 00.136.630/0001-98
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 18 Página: 8 Nº Prot.: 2608 Dt. Prot.: 17/05/2012 Dt. Protocolo: 09/05/2012
Nº Protocolo: 12013 Nº Título: 42715 Venc: 10/04/2012 Valor: 845,08
Cedente: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Sacador: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 18 Página: 29 Nº Prot.: 2629 Dt. Prot.: 23/05/2012 Dt. Protocolo: 11/05/2012
Nº Protocolo: 12044 Nº Título: 39927 Venc: 15/04/2012 Valor: 1.669,30
Cedente: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Sacador: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 18 Página: 30 Nº Prot.: 2630 Dt. Prot.: 23/05/2012 Dt. Protocolo: 11/05/2012
Nº Protocolo: 12045 Nº Título: 39337 Venc: 15/04/2012 Valor: 1.720,60
Cedente: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Sacador: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 18 Página: 84 Nº Prot.: 2684 Dt. Prot.: 04/06/2012 Dt. Protocolo: 24/05/2012
Nº Protocolo: 12162 Nº Título: 000000402 Venc: 15/04/2012 Valor: 472,14
Cedente: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15
Sacador: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15
Portador: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15

Livro: 18 Página: 85 Nº Prot.: 2685 Dt. Prot.: 04/06/2012 Dt. Protocolo: 24/05/2012
Nº Protocolo: 12166 Nº Título: 000000429 Venc: 14/05/2012 Valor: 390,00
Cedente: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15



159
26

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

Sacador: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15
Portador: PANIFICADORA LANCHONETE DAVILA CNPJ nº 25.135.179/0001-15

Livro: 18 **Página:** 131 **Nº Prot.:** 2731 **Dt. Prot.:** 18/06/2012 **Dt. Protocolo:** 29/05/2012
Nº Protocolo: 12198 **Nº Título:** 0001659801 **Venc:** 18/05/2012 **Valor:** 103.829,04
Cedente: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL CNPJ nº 29.667.227/0001-77
Sacador: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL CNPJ nº 29.667.227/0001-77
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 18 **Página:** 132 **Nº Prot.:** 2732 **Dt. Prot.:** 18/06/2012 **Dt. Protocolo:** 29/05/2012
Nº Protocolo: 12199 **Nº Título:** SDNOTA001 **Venc:** 18/05/2012 **Valor:** 62.989,97
Cedente: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL CNPJ nº 29.667.227/0001-77
Sacador: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL CNPJ nº 29.667.227/0001-77
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 18 **Página:** 133 **Nº Prot.:** 2733 **Dt. Prot.:** 18/06/2012 **Dt. Protocolo:** 29/05/2012
Nº Protocolo: 12200 **Nº Título:** 39812/2 **Venc:** 03/05/2012 **Valor:** 1.100,00
Cedente: AJEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ nº 01.816.875/0001-29
Sacador: AJEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ nº 01.816.875/0001-29
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 18 **Página:** 156 **Nº Prot.:** 2756 **Dt. Prot.:** 21/06/2012 **Dt. Protocolo:** 12/06/2012
Nº Protocolo: 12282 **Nº Título:** 44301 **Venc:** 15/05/2012 **Valor:** 1.654,25
Cedente: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Sacador: PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA CNPJ nº 01.551.829/0001-45
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 18 **Página:** 157 **Nº Prot.:** 2757 **Dt. Prot.:** 21/06/2012 **Dt. Protocolo:** 12/06/2012
Nº Protocolo: 12283 **Nº Título:** 9177 **Venc:** 15/05/2012 **Valor:** 677,18
Cedente: TRANSP. DE PEDRAS CNPJ nº 00.136.630/0001-98
Sacador: TRANSP. DE PEDRAS CNPJ nº 00.136.630/0001-98
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 **Página:** 3 **Nº Prot.:** 2803 **Dt. Prot.:** 04/07/2012 **Dt. Protocolo:** 22/06/2012
Nº Protocolo: 12325 **Nº Título:** 119903-CA **Venc:** 03/06/2012 **Valor:** 1.311,54
Cedente: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Sacador: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 19 **Página:** 11 **Nº Prot.:** 2811 **Dt. Prot.:** 04/07/2012 **Dt. Protocolo:** 25/06/2012
Nº Protocolo: 12371 **Nº Título:** 0160 **Venc:** 25/05/2012 **Valor:** 3.206,86
Cedente: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Sacador: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Portador: BANCO ITAU S/A



160
2

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

Livro: 19 Página: 12 Nº Prot.: 2812 Dt. Prot.: 04/07/2012 Dt. Protocolo: 25/06/2012
Nº Protocolo: 12372 Nº Título: NF1134 1/1 Venc: 26/05/2012 Valor: 133,35
Cedente: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Sacador: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 15 Nº Prot.: 2815 Dt. Prot.: 04/07/2012 Dt. Protocolo: 25/06/2012
Nº Protocolo: 12383 Nº Título: NF 873 1/3 Venc: 01/06/2012 Valor: 655,50
Cedente: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Sacador: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 39 Nº Prot.: 2839 Dt. Prot.: 12/07/2012 Dt. Protocolo: 29/06/2012
Nº Protocolo: 12392 Nº Título: 2518 Venc: 07/06/2012 Valor: 7.711,89
Cedente: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10
Sacador: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 45 Nº Prot.: 2845 Dt. Prot.: 12/07/2012 Dt. Protocolo: 29/06/2012
Nº Protocolo: 12399 Nº Título: 03339 Venc: 07/06/2012 Valor: 32,00
Cedente: RODA MAIS C R R LTDA ME CNPJ nº 10.491.089/0001-90
Sacador: RODA MAIS C R R LTDA ME CNPJ nº 10.491.089/0001-90
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 46 Nº Prot.: 2846 Dt. Prot.: 12/07/2012 Dt. Protocolo: 29/06/2012
Nº Protocolo: 12400 Nº Título: 2118 Venc: 12/06/2012 Valor: 183,00
Cedente: JOSE ALVES & MAGAINE LTDA ME CNPJ nº 01.031.564/0001-54
Sacador: JOSE ALVES & MAGAINE LTDA ME CNPJ nº 01.031.564/0001-54
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 69 Nº Prot.: 2869 Dt. Prot.: 17/07/2012 Dt. Protocolo: 17/05/2012
Nº Protocolo: 12127 Nº Título: 119903-BA Venc: 04/05/2012 Valor: 1.311,54
Cedente: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Sacador: BECAP COM DE AUTO PECAS LTDA CNPJ nº 66.617.747/0001-00
Portador: BANCO BRADESCO S/A

Livro: 19 Página: 130 Nº Prot.: 2886 Dt. Prot.: 18/07/2012 Dt. Protocolo: 06/07/2012
Nº Protocolo: 12481 Nº Título: 1 Venc: 14/06/2012 Valor: 3.086,56
Cedente: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10
Sacador: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 131 Nº Prot.: 2887 Dt. Prot.: 18/07/2012 Dt. Protocolo: 06/07/2012
Nº Protocolo: 12482 Nº Título: 2601 Venc: 20/06/2012 Valor: 2.233,00
Cedente: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10
Sacador: SACRAMENTO COMB. E LUB. LTDA CNPJ nº 11.620.489/0001-10



161

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 132 Nº Prot.: 2888 Dt. Prot.: 18/07/2012 Dt. Protocolo: 06/07/2012
Nº Protocolo: 12483 Nº Título: 292 Venc: 18/06/2012 Valor: 272,00
Cedente: J B E RODOVIARIOS LTDA CNPJ nº 07.809.238/0001-01
Sacador: J B E RODOVIARIOS LTDA CNPJ nº 07.809.238/0001-01
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 133 Nº Prot.: 2889 Dt. Prot.: 18/07/2012 Dt. Protocolo: 06/07/2012
Nº Protocolo: 12484 Nº Título: NF914 2/02 Venc: 09/04/2012 Valor: 345,43
Cedente: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Sacador: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 175 Nº Prot.: 2975 Dt. Prot.: 27/07/2012 Dt. Protocolo: 17/07/2012
Nº Protocolo: 12546 Nº Título: 03266 Venc: 15/06/2012 Valor: 417,00
Cedente: RODA MAIS C R R LTDA ME CNPJ nº 10.491.089/0001-90
Sacador: RODA MAIS C R R LTDA ME CNPJ nº 10.491.089/0001-90
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 176 Nº Prot.: 2976 Dt. Prot.: 27/07/2012 Dt. Protocolo: 17/07/2012
Nº Protocolo: 12547 Nº Título: NF 873 2/3 Venc: 16/06/2012 Valor: 655,50
Cedente: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Sacador: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 19 Página: 190 Nº Prot.: 2990 Dt. Prot.: 31/07/2012 Dt. Protocolo: 20/07/2012
Nº Protocolo: 12576 Nº Título: 0160 Venc: 25/06/2012 Valor: 3.206,86
Cedente: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Sacador: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 20 Página: 29 Nº Prot.: 3029 Dt. Prot.: 03/08/2012 Dt. Protocolo: 26/07/2012
Nº Protocolo: 12637 Nº Título: nf 873 1/1 Venc: 30/06/2012 Valor: 655,50
Cedente: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Sacador: A J CAMINHOES LTDA ME CNPJ nº 00.204.502/0001-34
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 20 Página: 92 Nº Prot.: 3092 Dt. Prot.: 28/08/2012 Dt. Protocolo: 17/08/2012
Nº Protocolo: 12802 Nº Título: 0160 Venc: 25/07/2012 Valor: 3.206,86
Cedente: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Sacador: A.A.INEZI UNIFORMES LTDA CNPJ nº 10.805.765/0001-52
Portador: BANCO ITAU S/A

Livro: 20 Página: 94 Nº Prot.: 3094 Dt. Prot.: 28/08/2012 Dt. Protocolo: 20/08/2012
Nº Protocolo: 12807 Nº Título: 0000004434 Venc: 15/06/2012 Valor: 1.068,70



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

162
7

COMARCA DE GOIANIRA



ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

NILTA COSTA GONÇALVES
TABELIÃ

IÊDA FLORES
SUB-OFICIALA

Avenida Goiás, nº 438, Centro - Fone (62) 3516 - 1251 - CEP 75370 - 000

Cedente: AGENCIA CORREIOS F S C LTDA ME CNPJ nº 37.650.033/0001-97
Sacador: AGENCIA CORREIOS F S C LTDA ME CNPJ nº 37.650.033/0001-97
Portador: BANCO ITAU S/A

O referido é verdade e dou fé.

Goianira - Go, 01 de novembro de 2012.



Oficiala / Sub-Oficiala

Emol.....: R\$ 22,26
TxJ.....: R\$ 9,35



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

TABELIONATO JOÃO MACHADO
7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1113, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta C
forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu
a presente data os livros de protesto verificou que:

ISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ
aixo:

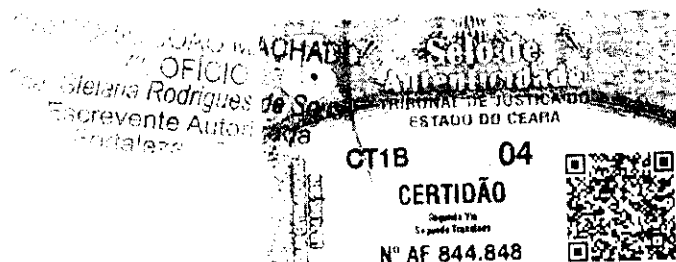
ME : INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A

DEREÇÃO : NESTA CAPITAL
FORTALEZA CE

PJ/CPF : 03354176000563

TÍTULO	VCTO	VALOR	PROT	TP	MOTIVO	CEDENTE	APRESENTANTE
000001	01	100,00	01	01	PROTESTO EM FAVOR DA CANTINHA	BA 010001 BENTEN MARATANHAN C	BANCO DO BRASIL S/A
000002	02	100,00	01	01	PROTESTO EM FAVOR DA CANTINHA	BA 010002 BENTEN MARATANHAN C	BANCO DO BRASIL S/A
000003	03	100,00	01	01	PROTESTO EM FAVOR DA CANTINHA	BA 010003 BENTEN MARATANHAN C	BANCO DO BRASIL S/A

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.



Fortaleza, 20 de Novembro de 2012

O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indicio de adulteração".

164

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS

NOTÁRIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO

CERTIDÃO POSITIVA

CLÁUDIO MARTINS, Tabelião Oficial de Registro de Títulos, nesta cidade de Fortaleza do Ceará, na forma da lei etc.

a, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que a lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou **CON** título protestado no período de 20 de Novembro de 2007 até a presente data, cor Devedor: **INDUSTRIA NACIONAL ASFALTOS S/A CNPJ:03.354.176/0005-63**

Folha	Valor R\$	Tipo do Doc.	Apresentante
Endosso	Data de Vencimento	Motivo Número do Doc.	Credor Cedente
476	1.465,00	DMI	BANCO DO BRASIL S.A AG. COMERCIAL CENTRO
M	09/05/2012	FALTA DE PAGAMENTO R00093003	RR COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA RR COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA

mentos R\$	8,81
MOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,01

Foi encontrado 1 título protestado.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 20 de Novembro de 2012

com selo de autenticidade.



Raimundo Nonato de Oliveira
Escritor Autorizado

Busca dada por _____

PAG:01/01

1. THE STATE OF TEXAS
 2. COUNTY OF DALLAS

FORM 100-1 (2-6-64)

BUSCA DADA POR

PROTESTO DE TITULOS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[illegible]

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

[illegible]

INFLUENCE OF GENETIC AND ENVIRONMENTAL FACTORS

2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 26

DOI: 10.1002/for

1. 1040

[illegible]

INDUSTRIA NACIONAL ASFALTOS S/A - 03.354.176/0005-63

LIVRO: FOLHA: VALOR: TIPO:	APRESENTANTE
PROTESTO: VENCIMENTO: NUMERO:	CREDOR
	CEDENTE

2196 092 M	1.465,00	EMI BANCO DO BRASIL S.A-AG.COMERCIAL CENTRO
30/03/12 10/03/12	RC0093001	RR COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA
		RE COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA

2181 274	651,21	DM	CIPROL	CEARA	IMPLEM.RODOVIARIOS	LTDA
20/01/12 07/12/11	055957-A		CIPROL	CEARA	IMPLEM.RODOVIARIOS	LTDA
			CIPROL	CEARA	IMPLEM.RODOVIARIOS	LTDA

2196 C93 M	186,66	DMI BANCO DO BRASIL S.A-AG.COMERCIAL CENTRO
30/03/12	11/03/12	R00060517 RR TRUCK CENTER MARACANAU COMERCIO E SERVICOS
		RR TRUCK CENTER MARACANAU COMERCIO E SERVICOS



CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE

Sandra Maria Oliveira Martins de Sá
Escrevente Autorizada

FORAM ENCONTRADOS 3 TITULOS PROTESTADOS
O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 12 de Novembro de 2012

12,75

2, 68

0.00

4, 68

20, 11

(*) APRESENTADA ALEGATIVA.

EM TESTEMUNHO Si ~~Seu~~ Ome de Sã DA VERDADE.



ESTADO DO CEARÁ
NOTÁRIOS PÚBLICOS
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituto



AGUIAR
8º Tabelionato

CERTIDÃO POSITIVA

O 8º. Tabelião desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou CONSTAR o seguinte título protestado no período de 20 de Novembro de 2007 até a presente data, contra o Devedor abaixo indicado:

Devedor: INDUSTRIA NACIONAL ASFALTOS S/A CNPJ:03.354.176/0005-63

Livro	Folha	Valor R\$	Tipo do Doc.	Apresentante
Data do Protesto	Endosso	Data de Vencimento	Motivo	Credor
Procolo			Número do Doc.	Cedente
1374	189	1.465,00	DMI	BANCO DO BRASIL SA
27/04/2012	M	09/04/2012	FALTA DE PAGAMENTO	RR COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA
			R00093002	RR COMERCIO DE PNEUS MARACANAU LTDA
1411633				

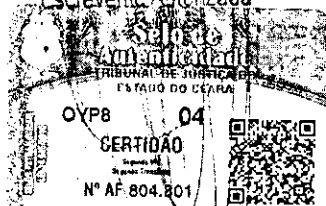
Emolumentos R\$	8,82
FERMOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,02

Valida somente com selo de autenticidade

Foi encontrado 1 título protestado.

O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza, 20 de Novembro de 2012

Encina Maria Sobral da Silva
Escrevente Autorizada



Busca dada por

Valida somente com as rubricas emendas e com a rubrica em relevo sobre a assinatura do tabelião



Alexandre Augusto Arcaro
TABELIÃO

1º Tabelião de Protesto de Campinas

Lincoln de Carvalho
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Eng. Carlos Stevenson, 648 - Nova Campinas - Campinas - SP - CEP 13092-132 - Fone/Fax: (19) 3722 8900

CERTIDÃO POSITIVA DE PROTESTO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os Livros de registro de protestos lavrados no período de 10 ANOS anteriores a 06/11/2012, deles verificou **CONSTAM 0002 protestos** em nome de **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.354.176/0008-06

LIVRO: 1102-G - FOLHA: 259

ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO

EMIÇÃO: 07/05/2012

VALOR: R\$ *****285,00

TIPO DE ENDOSSO: MANDATO

PROTOCOLO: 0231-21/06/2012

FAIXA DE REFERÊNCIA: 3

APRESENTANTE: HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO

END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 860 CENTRO - CENTRO - CAMPINAS - SP

SACADOR: ITTRAN INSTITUTO TECNOLÓGICO DE TRANSPORTE

ENDOSSATÁRIO: ITTRAN INSTITUTO TECNOLÓGICO DE TRANSPORTE LT

CUSTAS E EMOLUMENTOS PARA O CANCELAMENTO: R\$ 55,78

DATA DO PROTESTO: 26/06/2012

NÚMERO DO TÍTULO: 49

VENCIMENTO: 04/06/2012

VALOR PROTESTADO: R\$ *****285,00

MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO

TIPO DE PROTESTO: COMUM

DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA

LIVRO: 1031-G - FOLHA: 294

ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO

EMIÇÃO: 03/11/2011

VALOR: R\$ *****25.607,40

TIPO DE ENDOSSO: MANDATO

PROTOCOLO: 0510-13/12/2011

FAIXA DE REFERÊNCIA: 26

APRESENTANTE: BANCO SANTANDER S/A

END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 965 - CAMPINAS - SP

SACADOR: HALMEX COMERCIO VAREJISTA LTDA

CUSTAS E EMOLUMENTOS PARA O CANCELAMENTO: R\$ 1.577,84

DATA DO PROTESTO: 16/12/2011

NÚMERO DO TÍTULO: 1000464

VENCIMENTO: 01/12/2011

VALOR PROTESTADO: R\$ *****25.607,40

MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO

TIPO DE PROTESTO: COMUM

DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA

DATA DA CERTIDÃO: 08 de novembro de 2012

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: MARILENE CALLERANI SILVA CPF 13802888863

A presente certidão abrange as letras e os títulos protestados pelos antigos 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos de Campinas até o dia 16 de maio de 2005, tendo em vista que os acervos destas serventias foram recolhidos ao atual 1º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos no 17 de maio de 2005. (Parecer 67/2001, processo GAJ 120/99 da Corregedoria Geral de Justiça do estado de São Paulo - DOE de 05/02/2001).

Emolumentos:	R\$ 11,06
Estado:	R\$ 3,14
Ipsesp:	R\$ 2,32
Sta. Casa:	R\$ 0,12
Sinoreg:	R\$ 0,58
Tribunal:	R\$ 0,58
Total:	R\$ 17,80

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

CAMPINAS, 08 de novembro de 2012.



Para confirmar a veracidade desta certidão acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código: 23370022868000015903

Página 1 de 1

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

2º Tabelião de Protesto de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de: MARILENE CALLERANI SILVA, CPF 13802888863,

que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, no período de 10 ANOS anterior a 6 DE NOVEMBRO DE 2012, deles verificou que em nome de:

INDUSTRIA*NACIONAL*DE*ASFALTOS*S/A*****

CNPJ*03354176000806*****

CONSTAM 0004 PROTESTOS

- 1) LIVRO: 734 - G FOLHAS: 003 DATA DO PROTESTO: 19/12/2011 FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 000011093
 EMISSÃO: 18/11/2011 VENCIMENTO: 03/12/2011 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****26.384,04 VALOR PROTESTADO: R\$ *****26.384,04 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA CNPJ 60746948004703
 END: AV. MORAES SALES, 668 - CENTRO - CAMPINAS - SP
 SACADOR: REDE RECAPEX PNEUS LTDA CNPJ 55299440000183
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 1.577,84
- 2) LIVRO: 807 - G FOLHAS: 132 DATA DO PROTESTO: 02/08/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 5
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL NÚMERO DO TÍTULO: 6924
 EMISSÃO: 20/03/2012 VENCIMENTO: 24/04/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****648,00 VALOR PROTESTADO: R\$ *****648,00 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: SEM ENDOSSO
 APRESENTANTE: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA CNPJ 56648991000178 Fone: (19) 3227-754
 END: AV. ANTON VON ZUBEN, 3981 - JD. SÃO JOSE - CAMPINAS - SP
 SACADOR: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 101,85
- 3) LIVRO: 737 - G FOLHAS: 188 DATA DO PROTESTO: 13/01/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 1000482
 EMISSÃO: 22/11/2011 VENCIMENTO: 20/12/2011 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****26.586,79 VALOR PROTESTADO: R\$ *****26.586,79 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO SANTANDER S A
 END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 965 - CAMPINAS - SP
 SACADOR: HALMEX COMERCIO VAREJISTA LTDA CNPJ 10694886000174
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 1.577,84
- 4) LIVRO: 806 - G FOLHAS: 110 DATA DO PROTESTO: 31/07/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 23
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 0024162 01
 EMISSÃO: 23/02/2012 VENCIMENTO: 19/03/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****7.389,90 VALOR PROTESTADO: R\$ *****7.389,90 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO SANTANDER S A
 END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 965 - CAMPINAS - SP
 SACADOR: AKZO NOBEL LTDA DIVISAO QUIM
 ENDOSSATÁRIO: AKZO NOBEL LTDA
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 899,53

CONTINUA FLS.: 2

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

2º Tabelião de Protesto de Campinas

170

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512
INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A ***** CONTINUAÇÃO FLS.: 2

Pesquisado por **TELMA CRISTINA VIEIRA**

CAMPINAS, 08 de novembro de 2012

TELMA CRISTINA VIEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 23370013195300015903

EMOLUMENTOS
 *****11,06

AO ESTADO
 ***** 3,14

AO IPESP
 *****2,32

REG CIVIL
 *****0,58

TRIB. JUSTIÇA
 *****0,58

SANTA CASA
 *****0,12

TOTAL
 ***** 17,80

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Tabelião de Protesto de Campinas



Avenida José de Souza Campos, 753 - Sala 112 - Cambui - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5503 - Fax: (19) 3794-5513

CERTIDÃO

O 3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de: MARILENE CALLERANI SILVA, CPF 13802888863, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, no período de 17 de maio de 2005 (data da instalação) anterior a 6 DE NOVEMBRO DE 2012, deles

INDUSTRIA*NACIONAL*DE*ASFALTOS*S/A*****
CNPJ*03354176000806*****

CONSTAM 0002 PROTESTOS

- 1) LIVRO: 834 - G FOLHAS: 294 DATA DO PROTESTO: 05/11/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 5
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 3987/354/2
 EMISSÃO: 12/12/2011 VENCIMENTO: 15/01/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****592,88 VALOR PROTESTADO: R\$ *****592,88 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 RESPOSTA OFERECIDA PELO DEVEDOR: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO ITAU SA
 END: AV. COSTA AGUIAR, 616 - CENTRO - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: SETA VIST COM PECAS LTDA EPP CNPJ 03171803000105
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 101,85
- 2) LIVRO: 804 - G FOLHAS: 182 DATA DO PROTESTO: 02/08/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 5
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL NÚMERO DO TÍTULO: 7144
 EMISSÃO: 16/04/2012 VENCIMENTO: 21/05/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****648,00 VALOR PROTESTADO: R\$ *****648,00 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 RESPOSTA OFERECIDA PELO DEVEDOR: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: SEM ENDOSSO
 APRESENTANTE: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA CNPJ 56648991000178 Fone: (19) 3227-754
 END: AV ANTON VON ZUBEN, 3981 - JD SAO JOSE - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 101,85

*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*

Pesquisado por SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO

CAMPINAS, 08 de novembro de 2012

SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO
 SUBSTITUTA DESIGNADA

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 23370013195400015903

EMOLUMENTOS
 *****11,06

AO ESTADO
 *****3,14

AO IPESP
 *****2,32

REG CIVIL
 *****0,58

TRIB. JUSTICA
 *****0,58

SANTA CASA
 *****0,12

TOTAL
 *****17,80

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Lincoln de Carvalho
TABELIÃO SUBSTITUTO

2º Tabelião de Protesto de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de: MARILENE CALLERANI SILVA, CPF 13802888863 ,

que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, no período de 10 ANOS anterior a 6 DE NOVEMBRO DE 2012, deles verificou que em nome de:

INDUSTRIA*NACIONAL*DE*ASFALTOS*S/A*****

CNPJ*03354176000130*****

CONSTAM 0004 PROTESTOS

- 1) LIVRO: 734 - G FOLHAS: 003 DATA DO PROTESTO: 19/12/2011 FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 000011093
 EMISSÃO: 18/11/2011 VENCIMENTO: 03/12/2011 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****26.384,04 VALOR PROTESTADO: R\$ *****26.384,04 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA CNPJ 60746948004703
 END: AV. MORAES SALES, 668 - CENTRO - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: REDE RECAPEX PNEUS LTDA CNPJ 55299440000183
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 1.577,84
- 2) LIVRO: 807 - G FOLHAS: 132 DATA DO PROTESTO: 02/08/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 5
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL NÚMERO DO TÍTULO: 6924
 EMISSÃO: 20/03/2012 VENCIMENTO: 24/04/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****648,00 VALOR PROTESTADO: R\$ *****648,00 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: SEM ENDOSSO
 APRESENTANTE: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA CNPJ 56648991000178 Fone: (19) 3227-754
 END: AV. ANTON VON ZUBEN, 3981 - JD. SÃO JOSE - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: QUIMITEL IND COM PROD QUIMICOS LTDA
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 101,85
- 3) LIVRO: 737 - G FOLHAS: 188 DATA DO PROTESTO: 13/01/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 26
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 1000482
 EMISSÃO: 22/11/2011 VENCIMENTO: 20/12/2011 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****26.586,79 VALOR PROTESTADO: R\$ *****26.586,79 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO SANTANDER S A
 END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 965 - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: HALMEX COMERCIO VAREJISTA LTDA CNPJ 10694886000174
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 1.577,84
- 4) LIVRO: 806 - G FOLHAS: 110 DATA DO PROTESTO: 31/07/2012 FAIXA DE REFERÊNCIA: 23
 PROTESTADO: INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S A DOC: CNPJ 03354176000806
 ESPÉCIE: DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO NÚMERO DO TÍTULO: 0024162 01
 EMISSÃO: 23/02/2012 VENCIMENTO: 19/03/2012 MOTIVO DO PROTESTO: FALTA DE PAGAMENTO
 VALOR: R\$ *****7.389,90 VALOR PROTESTADO: R\$ *****7.389,90 TIPO DE PROTESTO: COMUM
 DECLARAÇÃO: NÃO CONSTA TIPO DE ENDOSSO: MANDATO
 APRESENTANTE: BANCO SANTANDER S A
 END: AV. FRANCISCO GLICERIO, 965 - CAMPINAS - SP*****
 SACADOR: AKZO NOBEL LTDA DIVISAO QUIM
 ENDOSSATÁRIO: AKZO NOBEL LTDA
 VALOR PARA CANCELAMENTO NO CORRENTE EXERCÍCIO: R\$ 899,53

CERTIFICA MAIS E FINALMENTE, QUE

CONSTAM PORÉM EM NOME DA INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A, INSCRITA NO CNPJ Nº 03.354.176/0008-06, QUATRO PROTESTOS.

CONTINUA FLS.: 2

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Tabelião de Protesto de Campinas

INDUSTRIA*NACIONAL*DE*ASFALTOS*S/A*****

CONTINUAÇÃO FLS.:2

CAMPINAS, 08 de novembro de 2012

TELMA CRISTINA VIEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código **23370013195300025903**

TOTAL
***** 17,80

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

INDUSTRIA*NACIONAL*DE*ASFALTOS*S/A*****

JOEVTUSJB OBDJPOBM EF BTGBMUPT TOB
KPFWUVTKC PCEKQPCN FG CUHCNVQU U1C 77

CNPJ*03354176000130*****

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de 17 de maio de 2005 (data da instalação) a 6 de novembro de 2012

CERTIFICO QUE CONSTAM 2 PROTESTOS EM NOME DE INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A, CNPJ 03.354.176/008-06.

[illegible]

Pesquisado por SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO

CAMPINAS, 08 de novembro de 2012

~~SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO~~
~~SUBSTITUTA DESIGNADA~~

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 23370013195400025903

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTICA	SANTA CASA	TOTAL
***** 11,06	***** 3,14	***** 2,32	***** 0,58	***** 0,58	***** 0,12	***** 17,80

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, ANDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

178
[Handwritten signature]

DOCUMENTO 16

Número do Processo:	201003766085	376608-58.2010.8.09.0011
Protocolo:	15/10/2010	
Natureza:	RECUPERACAO JUDICIAL	
Autuacao:	1650/2010 - 19/10/2010	
Distribuição:	NORMAL - 15/10/2010 - 13:01	
Primeiro Autor	SANTA MARTA DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA E OUTROS	
Primeiro Reqdo		
Fase:	06/11/2012 - 15:35 SUSPENSO AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE ACORDO	
Descrição da Fase:	AGUARDANDO CUMPRIMENTO DA DECISÃO DE FLS. 9.904/90 15	
Comarca/Escrivanía:	APARECIDA DE GOIANIA - 5A VARA CIVEL	
Localização:	17-E	
Juiz:	Dr(a). J. LEAL DE SOUSA	
Audiência:		
Sentença:		
Promotor:	Dr(a). MIRYAM BELLE MORAES DA SILVA	

Partes	Interlocutorias	Mandados	Histórico	Sentenças	Intimações	Ligações
--------	-----------------	----------	-----------	-----------	------------	----------

Obs.: Válido apenas como consulta. Este substitui o extrato do Telejudiciário
Terça, 27 de Novembro de 2012 - 17:2

Número do Processo:	200902931002 293100-31.2009.8.09.0051
Protocolo:	15/07/2009 - PROCESSO APENSADO
Natureza:	RECUPERACAO JUDICIAL
Autuacao:	2771/2009 - 03/11/2009
Distribuição:	DEPENDENCIA - 16/07/2009 - 12:16 Processo Principal : 200801803718 (180371-96.2008.809.0051)
Primeiro Autor	LUPATECH S/A
Primeiro Reqdo	SEMENTES SELECTA LTDA E OUTROS
Fase:	18/10/2012 - 09:15 AUTOS SUSPENSO AGUARDANDO ANDAMENTO DO APENSO
Descrição da Fase:	
Comarca/Escrivanía:	GOIANIA - 8A VARA CIVEL
Localização:	
Juiz:	Dr(a). ROMERIO DO CARMO CORDEIRO
Audiência:	
Sentença:	18/07/2012
Promotor:	Dr(a). MARILDA HELENA DOS SANTOS

Partes	Interlocutorias	Mandados	Histórico	Sentenças	Intimações	Ligações
--------	-----------------	----------	-----------	-----------	------------	----------

Obs.: Válido apenas como consulta Este substitui o extrato do Telejudiciário
Terça, 27 de Novembro de 2012 - 17:2

Número do Processo:	201104886612 488661-22.2011.8.09.0051
Protocolo:	07/12/2011
Natureza:	RECUPERACAO JUDICIAL
Autuacao:	3597/2011 - 09/12/2011
Distribuição:	DEPENDENCIA - 07/12/2011 - 14:47 Processo Principal : 201104842895 (484289-30.2011.809.0051)
Primeiro Autor	CORAL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA E OUTROS
Primeiro Reqdo	
Fase:	27/11/2012 - 16:43 AUTOS CONCLUSOS REMETIDOS A ESCRIVANIA
Descrição da Fase:	
Comarca/Escrivania:	GOIANIA - 11A VARA CIVEL
Localização:	
Juiz:	Dr(a). PAULO CESAR ALVES DAS NEVES
Audiência:	
Sentença:	
Promotor:	Dr(a). LUIZ GONZAGA PEREIRA DA CUNHA

Partes	Interlocutorias	Mandados	Histórico	Sentenças	Intimações	Ligaç
--------	-----------------	----------	-----------	-----------	------------	-------

Obs.: Válido apenas como consulta Este substitui o extrato do Telejudiciário
Terça, 27 de Novembro de 2012 - 17:3



Marlos Nogueira
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

182
2

DOCUMENTO 17



COMARCA DE PALMAS
4ª VARA CÍVEL

**CARTA PRECATÓRIA DE BUSCA E APREENSÃO E
CITAÇÃO**

AUTOS: 5015657-11.2012.827.2729 chave nº 294662175912

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: BANCO FIDIS DE INVESTIMENTO S.A.

ADVOGADO: JORGE LUIS CONFORTO

**REQUERIDO: CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A, ALVARO CASTRO MORAIS e
INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**

Juízo Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PAULINIA/SP
Juízo Deprecante: 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO

FAZ SABER que, no processo supra caracterizado, necessário se torna seja(m) efetuado(s) nessa Comarca, o(s) seguinte(s) ato(s): a **BUSCA E APREENSÃO** dos **VEICULOS DESCRITOS NA EXORDIAL**, cuja cópia segue em anexo podendo ser localizado(a) na **AVENIDA SIDNEY CARDON DE OLIVEIRA, 1021, SALA 21, CASCATA, PAULINIA, SP**, ou nas mãos de quem quer que se encontre o bem, depositando-o junto ao Requerente por seu representante, com as cautelas legais, até nova deliberação judicial, o qual deverá ser admoestado a não remover o veículo desta comarca sem a prévia autorização deste juízo e preservar-lhe a integridade sob as penas da lei. **Antes, porém, providencie auto circunstanciado descrevendo a atual situação dos veículos, bem como, detalhadamente os acessórios que disponha.** Sendo necessário poderá o Sr. Oficial de Justiça agir sobre as prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC, observando rigorosamente as disposições dos arts. 5º inciso XI da CF/88, 661 e 663 do CPC. Efetivada a medida, **CITEM-SE** os requeridos **ALVARO CASTRO MORAIS e INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, para que no prazo de **05 (cinco) dias**, efetue o pagamento da dívida ou, no prazo de **15 (quinze) dias ofereça contestação**, com as advertências dos artigos 802 e 803 do Código de Processo Civil. Tudo conforme decisão e petição inicial, **cujas cópias seguem em anexo**, fazendo-se parte integrante deste.

DEPRECA a Vossa Excelência o cumprimento do ato acima mencionado, com as homenagens deste Juízo. Eu *[assinatura]* Rouseberk Emame Siqueira, Técnico Judicial que digitei. Eu *[assinatura]* Lidia Camara Reis, Escrivã Judicial, que conferi.

Palmas(TO) sexta-feira, 15 de junho de 2012.

Atesto ser autêntica a assinatura do M.M Juiz

[assinatura]
Lidia Camara Reis
Escrivã Judicial

[assinatura]
JORDAN JARDIM
Juiz de Direito em Substituição

AV. THEOTÔNIO SEGURADO, S/N, EDIFÍCIO MARQUÊS DE SÃO JOÃO DA PALMA, 2º ANDAR
TEL.: (063) 218-4561 - CEP. 77.054-970



NÚCLEO DE
REGISTROS
ADVOCADOS

185
20
1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA
DAS VARAS CÍVEIS DO FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS - TO.**

BANCO FIDIS S/A, instituição financeira privada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.237.425/0001-76, com sede na Avenida Contorno, 3.455, Galpão 84, Paulo Camilo, Betim, MG, CEP 32669-900 por seu advogado e bastante procurador abaixo assinado, vem, respeitosamente a Vossa Excelência, com fundamento na Lei n.º 4.728/65, no Decreto-Lei n.º 911/69 e Lei n.º 10931/04, propor a presente:

**AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR
(DISTRIBUIÇÃO URGENTE)**

em face de **INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.354.176/0001-30, sediada na Quadra 1 112 Sul, Alameda 08 Lote 16, Bairro Polo Econômico Industrial, Palmas - TO, CEP 77.024-166; **ALVARO CASTRO MORAIS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n.º 122.477.741-72,



NÚCLEO
DE REGULAÇÃO
E ARBITRAGEM

1986
S. 06
J

residente e domiciliado na Rua Oitenta e Seis, nº 64 – Bairro Setor Sul, Goiânia - GO; e **CONTINENTAL INVESTIMENTOS S/A**, pessoa jurídica de direito, privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.825.307/0001-21, sediada na Avenida Juscelino Kubtschek, Lote 115 Sala 12, Bairro Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP 77.006-014, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

01.. O Autor celebrou com a empresa ré 8 (oito) Contratos de Cédula de Crédito Bancário, os quais sejam:

- **Contrato nº 1197/000**, no valor de R\$ 1.552.500,00 (Um milhão e quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais), firmado em 13/03/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/06/2009 e ultima com vencimento para 17/03/2014.
- **Contrato nº 1938/000**, no valor de R\$ 246.533,32 (Duzentos e quarenta e seis mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos), firmado em 13/05/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 17/08/2009 e ultima com vencimento para 15/05/2014.
- **Contrato nº 1939/000**, no valor de R\$ 259.080,00 (Duzentos e cinquenta e nove mil e oitenta reais), firmado em 22/05/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/09/2009 e ultima com vencimento para 16/06/2014.



NÚCLEO
DE REGULAÇÃO
DE PREÇOS

182
207
8

- **Contrato n° 4987/000**, no valor de R\$ 1.232.000,00 (Um milhão e duzentos e trinta e dois mil reais), firmado em 25/11/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/03/2010 e ultima com vencimento para 15/12/2014.
- **Contrato n° 4986/000**, no valor de R\$ 1.172.000,00 (Um milhão, cento e setenta e dois mil reais), firmado também no dia 25/11/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/03/2010 e ultima com vencimento para 15/12/2014.
- **Contrato n° 5338/000**, no valor de R\$ 456.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), firmado em 03/12/2009, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/03/2010 e ultima com vencimento para 15/12/2014.
- **Contrato n° 7382/000**, no valor de R\$ 504.000,00 (Quinhentos e quatro mil reais), firmado em 07/04/2010, com duração de 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, diluídas em 60 (sessenta) meses, vencendo a primeira parcela no dia 15/07/2010 e ultima com vencimento para 15/04/2015.
- **Contrato n° 30188/001**, no valor de R\$ 1.176.081,53 (Um milhão, cento e setenta e seis mil e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), firmado em 25/11/2011, com duração de 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 29.544,64 (Vinte e nove mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos),



SERVIÇO
DE REGISTRO
DE VEÍCULOS

vencendo a primeira parcela no dia 26/12/2011 e ultima parcela com vencimento para 25/11/2016.

02. Dos Contratos em pauta, a ré deu como garantia dos financiamentos, em alienação fiduciária, os veículos abaixo descritos, quais sejam:

1. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH098804093 - PLACA: MWV5373 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COR: BRANCO.
2. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH088803927 - PLACA: MWX0497 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCO.
3. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH098804081 - PLACA: MXG3226 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COR: BRANCO.
4. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH098804126 - PLACA: MWV5363 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COR: BRANCO.
5. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH098804157 - PLACA: MWS8112 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COR: BRANCO.
6. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT097399V023398 - PLACA: MWS0794 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRATA.
7. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT097399V023394 - PLACA: MWR0836 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRATA.
8. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT097399V023395 - PLACA: MWS0314 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRATA.

9. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR - FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT097399V023396 - PLACA: MWR0848 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRATA.
10. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR - FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT097399V023397 - PLACA: MWQ0291 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRATA.
11. TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136,941620 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT097399V023398 - PLACA: MWS0794.
12. TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136,941616 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT097399V023394 - PLACA: MWR0836.
13. TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136,941617 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT097399V023395 - PLACA: MWS0314.
14. TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136,941618 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT097399V023396 - PLACA: MWR0848.
15. TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136,941619 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT097399V023397 - PLACA: MWQ0291.
16. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH0A8806434 - PLACA: MWZ7450 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.

17. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH0A8806400 - PLACA: MWZ7380 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
18. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH0A8806316 - PLACA: MWZ7530 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: VERDE.
19. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH0A8806491 - PLACA: MWZ7420 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
20. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S42T N - CHASSIS: 93ZS2MSH0A8806507 - PLACA: MWZ7470 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
21. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S38T N - CHASSIS: 93ZS2MRH0A8806149 - PLACA: MWZ7480 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
22. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S38T N - CHASSIS: 93ZS2MRH0A8806140 - PLACA: MWZ6360 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: VERMELHO.
23. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S38T N - CHASSIS: 93ZS2MRH0A8806156 - PLACA: MWZ7120 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
24. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S38T N - CHASSIS: 93ZS2MRH0A8806134 - PLACA: MWZ7220 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: VERMELHO.
25. CAMINHÃO TRATOR - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 570S38T N - CHASSIS: 93ZS2MRH0A8806154 - PLACA: MWZ6420 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: BRANCO.
26. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025344 - PLACA: MXD9042 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.



NÚCLEO DE
REGISTRO
VEICULOS

27. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025335 - PLACA: MXD9052 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
28. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025336 - PLACA: MXD9682 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
29. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025337 - PLACA: MXD9582 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
30. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025338 - PLACA: MXD9622 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
31. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025339 - PLACA: MXD9612 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
32. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025340 - PLACA: MXD9662 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
33. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025341 - PLACA: MXD9642 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
34. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025342 - PLACA: MXD9632 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.
35. SEMI REBOQUE (BASE P/ TANQUE 3 EIXOS) - MARCA: SR FACCHINI - MODELO: 660953 - CHASSIS: 94BT09739AV025343 - PLACA: MXD9572 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COR: PRATA.



DEPARTAMENTO NACIONAL
DE REGISTRO DE EMPRESAS
AVENIDA JABAQUARA, 2.777 - JABAQUARA - SÃO PAULO - SP - CEP 04045-004

36. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41868 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025335 - PLACA: MXD9052.
37. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41869 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025336 - PLACA: MXD9682.
38. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41870 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025337 - PLACA: MXD9582.
39. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41871 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025338 - PLACA: MXD9622.
40. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41872 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025339 - PLACA: MXD9612.
41. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41873 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025340 - PLACA: MXD9662.
42. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41874 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025341 - PLACA: MXD9642.

43. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41875 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025342 - PLACA: MXD9632.
44. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41876 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025343 - PLACA: MXD9572.
45. **TANQUE DE AÇO CARBONO TERMICO CILÍNDRICO** (p/ Transporte de líquidos, Capacidade 36.000 litros) - MARCA: TANESFIL - N° DE IDENTIFICAÇÃO NIEV: SPCXD12136;A41877 - COR: PRATA *** Acoplado ao veículo SEMI REBOQUE - CHASSIS: 94BT09739AV025344 - PLACA: MXD9042.
46. **CAMINHÃO TRATOR** - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 450 - CHASSIS: 93ZM2ARH068702778 - PLACA: MWD3899 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2006 - COR: BRANCO.
47. **CAMINHÃO TRATOR** - MARCA: IVECO - MODELO: EUROTECH 450 - CHASSIS: 93ZM2APH068702103 - PLACA: MWD3778 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2005 - ANO MODELO: 2006 - COR: BRANCO.
48. **CAMINHÃO TRATOR** - MARCA: IVECO - MODELO: STRALIS HD 450 - CHASSIS: 93ZM2ARH068702775 - PLACA: MWC8318 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2006 - COR: BRANCO.
- (49) **CAMINHONETE** - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: SAVEIRO 1.6 TITAN - CHASSIS: 9BWKB05W09P122545 - PLACA: NKY7140 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRETO.
- (50) **CAMINHONETE** - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: SAVEIRO 1.6 TITAN - CHASSIS: 9BWKB05W39P124399 - PLACA: NKY6840 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRETO.
- (51) **CAMINHONETE** - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: SAVEIRO 1.6 TITAN - CHASSIS: 9BWKB05W69P126096 - PLACA: NKI9230 - ANO DE FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COR: PRETO.



DEPARTAMENTO
NACIONAL DE REGISTRO

199
20
J4
7

52. SEMI REBOQUE - MARCA: MIRA - MODELO: 661899 REB - CHASSIS: 9A9V10830M1AH6050 - PLACA: BUD8744 - ANO DE FABRICAÇÃO: 1991 - ANO MODELO: 1991 - COR: BRANCO.

53. SEMI REBOQUE (TANQUE) - MARCA: RODOVIÁRIA - MODELO: 636199 REB - CHASSIS: 9ARV12230MS032289 - PLACA: MQW2956 - ANO DE FABRICAÇÃO: 1991 - ANO MODELO: 1991.

54. SEMI REBOQUE - MARCA: GOTTI - MODELO: 616799 REB - CHASSIS: 9A9V11530S2AD9164 - PLACA: JYG3268 - ANO DE FABRICAÇÃO: 1995 - ANO MODELO: 1995 - COR: AMARELO.

55. SEMI REBOQUE - MARCA: GOTTI - MODELO: 616799 REB - CHASSIS: 9A9V11530V2AD9231 - PLACA: CGS6814 - ANO DE FABRICAÇÃO: 1997 - ANO MODELO: 1997 - COR: BRANCO.

03. Ocorre, contudo, que a requerida deixou de pagar as prestações em seus respectivos vencimentos, conforme entabulado em cada um dos contratos supramencionados, conforme detalhamento abaixo:

- **Contrato nº 1197/000**, deixou de pagar a partir da **33ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 711.380,14 (Setecentos e onze mil e trezentos e oitenta reais e quatorze centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (01), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.
- **Contrato nº 1938/000**, deixou de pagar a partir da **31ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 123.202,91 (Centos e vinte e três mil e duzentos e dois reais e noventa e um centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (02), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.



NÚCLEO DE
RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS
ATACADO

195
126

- **Contrato n° 1939/000**, deixou de pagar a partir da **30ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 134.409,31 (Cento e trinta e quatro mil e quatrocentos e nove reais e trinta e um centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (03), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.
- **Contrato n° 4987/000**, deixou de pagar a partir da **2ª**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 771.359,76 (Setecentos e setenta e um mil e trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (04), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.
- **Contrato n° 4986/000**, deixou de pagar a partir da **24ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 733.793,59 (Setecentos e trinta e três mil e setecentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (05), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.
- **Contrato n° 5338/000**, deixou de pagar a partir da **24ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 285.503,29 (Duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e três reais e vinte e nove centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (06), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.

- **Contrato nº 7382/000**, deixou de pagar a partir da **20ª parcela**, vencida em 16/04/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 354.517,92 (Trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (07), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.
- **Contrato nº 30188/001**, deixou de pagar a partir da **02ª parcela**, vencida em 25/01/2012, perfazendo o saldo devedor (parcelas vencidas e vincendas) de **R\$ 1.301.213,04 (Um milhão e trezentos e um mil e duzentos e treze reais e quatro centavos)**, demonstrado através da inclusa planilha de débito (08), exigível por força da cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) do respectivo contrato.

Deste modo, a empresa ré perfaz o saldo devedor total (somatória de todas as parcelas vencidas e vincendas dos 8 contratos firmados) de **R\$ 4.415.379,97 (Quatro milhões e quatrocentos e quinze mil e trezentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos)**.

05. Em razão do não pagamento acima noticiado, o autor providenciou a Notificação Extrajudicial da requerida para cada contrato, por intermédio do tabelionato competente. Embora regular e devidamente notificada a fazê-lo, a requerida permaneceu sem o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, **ficando, dessa forma, caracterizado a mora e o esbulho**, aquela com a falta de pagamento do débito, este com a não devolução dos bens alienados pela superveniente rescisão, de pleno direito, dos contratos, em face de cláusula resolutória expressa (cláusula 5ª) dos instrumentos contratuais, decorrendo para o Banco Autor o direito de serem liminarmente restituídos os bens alienados através da Busca e Apreensão.



197
26/17
8

Oportuno esclarecer que o valor total do débito da requerida, já elucidado e demonstrado através das planilhas de débito acostadas na inicial, sendo certo, em caso de pagamento, cada valor deverá ser acrescido das custas extrajudiciais e judiciais, bem como, os honorários advocatícios a base de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito devidamente atualizado.

06. Assim sendo, conforme determinam os artigos 2º e 3º, ambos do Decreto-Lei nº 911/69, estão constituídas a mora da devedora em epigrafe, considerando, outrossim, rescindidos os Contratos nos termos de suas cláusulas e ainda, de acordo com o artigo 2º do mesmo diploma legal acima mencionado.

07. Pelo exposto, requer-se liminarmente a **BUSCA E APREENSÃO DOS BENS**, bem como a expedição dos respectivos mandados. Requer ainda, após efetivada a apreensão do bens, sejam os réus citados para, querendo, contestarem a lide (empresa ré e os devedores solidários). Requer, outrossim, os benefícios da Lei nº 10.931/04, visando a venda dos bens retomados, sendo que, a ação ao final deverá ser **JULGADA PROCEDENTE**, consolidando a propriedade e a posse dos bens em mãos do autor que promoverá a sua venda, computando-se no débito dos réus os juros, correção monetária, multa, custas e despesas processuais, honorários advocatícios e demais despesas legais.

08. Outrossim, requer que as diligências citatórias se efetivem nos horários de exceção, conforme preceitua o artigo 172 e parágrafo do Código de Processo Civil, devendo em eventual apreensão do bem, ser nomeado como depositário o Sr. Mauricio Kurunczi de Santana, portador do RG nº 6.369.961-8 SSP/SP devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 003.969.838-63, devendo o mesmo ser contatado através do telefone nº: (11) 6412-2422 (ou ainda, contatando o advogado que esta subscreve, em



NUNES
ROMERO
ADVOGADOS

198
26

seu escritório, pelo telefone constante no rodapé das páginas, que se compromete a fornecer os meios necessários ao cumprimento do mandado).

09. Requer ainda, que das publicações através da imprensa oficial, conste o nome dos patronos **Dr. DANIEL NUNES ROMERO, OAB/SP 168.016** e **Dr. JORGE LUIS CONFORTO, OAB/SP 259.559**, ambos com escritório profissional da Avenida Jabaquara, 2.777, Vila Clementino, São Paulo, SP, CEP 04045-004.

10. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma delas e, especialmente a documental, face à sua natureza.

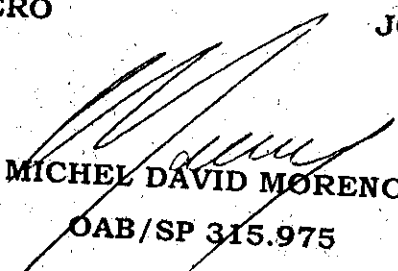
11. Dá-se a presente causa o valor de **R\$ 6.598.194,85 (Seis milhões e quinhentos e noventa e oito mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**, correspondente a soma do valor total de cada Contrato de Cédula de Crédito Bancário supra mencionado.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São Paulo, 11 de junho de 2012.

DANIEL NUNES ROMERO
OAB/SP 168.016

JORGE LUIS CONFORTO
OAB/SP 259.559


MICHEL DAVID MORENO
OAB/SP 315.975



tribunal
de justiça
do estado de goiás

Comarca de Goianira

1ª Vara Cível, Criminal, Família, Sucessões e Infância e Juventude

Despacho

Processo nº 201203751073

Cumpra-se.

Goianira, 18 de outubro de 2012.


Ângela Cristina Leão
Juíza de Direito

REPÚBLICA DE GUATEMALA

200
R. J. J. J. J.
CAIXA

DEFENSORÍA PÚBLICA

PROCESO: 11149-09-2012-8-09-0068 R15/POB9
4765904

ACTOS: 1. VÍA
2. CARTA PRECATORIA
3. CUBER ADMINISTRACIÓN DE CORREOS LIGA
4. INDUSTRIA NACIONAL DE AERIAL LIGA
5. OFICIO DE DEFENSORÍA PÚBLICA
6. VÍA
7. VÍA
8. VÍA
9. VÍA
10. VÍA
11. VÍA
12. VÍA
13. VÍA
14. VÍA
15. VÍA
16. VÍA
17. VÍA
18. VÍA
19. VÍA
20. VÍA
21. VÍA
22. VÍA
23. VÍA
24. VÍA
25. VÍA
26. VÍA
27. VÍA
28. VÍA
29. VÍA
30. VÍA
31. VÍA
32. VÍA
33. VÍA
34. VÍA
35. VÍA
36. VÍA
37. VÍA
38. VÍA
39. VÍA
40. VÍA
41. VÍA
42. VÍA
43. VÍA
44. VÍA
45. VÍA
46. VÍA
47. VÍA
48. VÍA
49. VÍA
50. VÍA
51. VÍA
52. VÍA
53. VÍA
54. VÍA
55. VÍA
56. VÍA
57. VÍA
58. VÍA
59. VÍA
60. VÍA
61. VÍA
62. VÍA
63. VÍA
64. VÍA
65. VÍA
66. VÍA
67. VÍA
68. VÍA
69. VÍA
70. VÍA
71. VÍA
72. VÍA
73. VÍA
74. VÍA
75. VÍA
76. VÍA
77. VÍA
78. VÍA
79. VÍA
80. VÍA
81. VÍA
82. VÍA
83. VÍA
84. VÍA
85. VÍA
86. VÍA
87. VÍA
88. VÍA
89. VÍA
90. VÍA
91. VÍA
92. VÍA
93. VÍA
94. VÍA
95. VÍA
96. VÍA
97. VÍA
98. VÍA
99. VÍA
100. VÍA

MANDADO : 120791434
OFICIAL : 4
DISTRIBUIDO: 05/09/2012
ENTREGA : 29/10/2012

CEP.: 0
Estado: GU

El presente es un documento de carácter confidencial y no debe ser divulgado a terceros sin el consentimiento expreso de la Defensoría Pública.

El presente es un documento de carácter confidencial y no debe ser divulgado a terceros sin el consentimiento expreso de la Defensoría Pública.

Por lo tanto, se ordena a la Defensoría Pública que, en el marco de sus competencias, se encargue de la ejecución de las medidas cautelares que se ordenan en el presente mandado, de acuerdo a lo establecido en el artículo 170 de la Constitución Política de Guatemala y en el artículo 171 del Código de Procedimiento Civil.

El presente es un documento de carácter confidencial y no debe ser divulgado a terceros sin el consentimiento expreso de la Defensoría Pública.

El presente es un documento de carácter confidencial y no debe ser divulgado a terceros sin el consentimiento expreso de la Defensoría Pública.

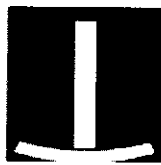
El presente es un documento de carácter confidencial y no debe ser divulgado a terceros sin el consentimiento expreso de la Defensoría Pública.

MANDADO : 120791434
OFICIAL : 4
DISTRIBUIDO: 05/09/2012
ENTREGA : 20/09/2012

MANDADO : 120791434
OFICIAL : 4
DISTRIBUIDO: 05/09/2012
ENTREGA : 04/10/2012

[Handwritten signature]

05/11/12
AS 17:15



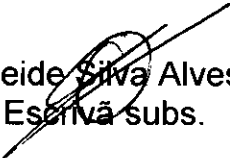
tjgo

**Tribunal
de Justiça
do Estado de Goiás
Comarca de Goianira/GO**

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nesta data, ENCERRO o presente volume vez que já atingiu o número de 200 folhas.

Goianira, 03/12/2012.


Cleide Silva Alves
Escrivã subs.